

RUI ALEXANDRE DA SILVA SANTOS JURZE

ODIVELAS E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Revitalização Estratégica do seu Núcleo Histórico

Orientador Científico: Prof. Doutor Carlos Vieira de Faria

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

LISBOA

2014

RUI ALEXANDRE DA SILVA SANTOS JURZE

ODIVELAS E OS DESAFIOS DO SÉCULO XXI

Revitalização Estratégica do seu Núcleo Histórico

Dissertação apresentada para a obtenção do
Grau de Mestre em Arquitetura no Curso de
Mestrado Integrado em Arquitetura conferido
pela Universidade Lusófona de Humanidades
e Tecnologias.

Orientador: Prof. Doutor Carlos Vieira de Faria

Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitetura, Artes e Tecnologias da Informação

LISBOA

2014

DEDICATÓRIA

Aos meus filhos, Diogo e Duarte pela generosidade do tempo que me dispensaram na falta do pai presente, pela compreensão e ajuda na concretização do ‘sonho’ do pai e pela fonte de inspiração e coragem que me transmitiram durante este trajeto.

À Áurea, pelo apoio, amor e carinho incondicionais e também pela generosidade na mestria da gestão familiar num período em que se privou de muito do seu tempo para que a minha falta não se notasse, assumindo este projeto como comum à família.

AGRADECIMENTOS

À dona Ester, mulher absolutamente fantástica em mimar-me para que nada me faltasse.

Aos meus pais e irmãos que estão na base da pessoa que sou.

Um agradecimento especial à Ana Saraiva pelo seu saber e contributo.

Aos meus amigos e colegas de curso, Brito Manuel, Jorge Francisco, Paulo Marujo, Célia Caiado, Rui Palmas, Vasco Ferreira, Levi Maria, Gonçalo Ferreira, Sofia Laia, João Pardal e André Jacob pela inspiração, companheirismo, constante boa disposição e solidariedade.

Aos técnicos da Direção Geral do Ordenamento do Território, da Câmara Municipal de Odivelas e Instituto de Odivelas pela disponibilidade de elementos para esta investigação.

Um agradecimento muito especial ao grupo de coordenação do curso de arquitetura da Universidade Lusófona, pela sempre pronta e competente resposta às minhas questões, durante todo o meu percurso académico.

Pela excelência no ensino e do conhecimento, a todos os professores da Universidade Lusófona, que estiveram no meu percurso, em especial aos professores, Luís Cardoso e Cunha, Sara Taveira, Maria Luísa Pacheco, João Borges da Cunha, Catarina Patrício, Luís Santiago Baptista, Patrícia Santos Pedrosa e Nuno Távora, pela qualidade absoluta dos seus conhecimentos transmitindo-me uma nova visão sobre a arquitetura.

Ao Professor Doutor Carlos Vieira de Faria, pelo privilégio que tive em que partilhasse comigo a sua genialidade traduzida numa elevada sabedoria e pela sua dedicação, generosidade e profissionalismo, estando sempre presente e disponível para ajudar na orientação deste projeto de investigação.

Um grande obrigado a todos os que me ajudaram direta ou indiretamente no desenvolvimento desta investigação.

RESUMO

Com a diminuição do mundo através das, sempre, novas tecnologias de informação tornando o espaço-tempo instantâneos, a sociedade contemporânea é desafiada a enfrentar novos desafios, assistindo a mudanças contínuas nos diversos sectores, onde o paradigma da mobilidade tornou-se num fator dinâmico que influencia o crescimento e o ordenamento das cidades, invertendo as lógicas das centralidades e das matrizes que definiram a sua ocupação.

Depois de um processo de aglutinação territorial e o estilhaçamento das cidades, estas enfrentam agora os desafios da metrópole polinucleada e a aproximação das metrópoles inteligentes. Neste contexto é inimaginável a continuidade desta tendência centrífuga do centro-cidade, onde impera a sua história, identidade e a memória coletiva de um povo. As temáticas da reabilitação, reconfiguração e regeneração, estando em constante debate, são indiscutivelmente o anestésico para combater a enfermidade do abandono e desertificação dos valores identitários dos núcleos históricos.

Repensar Odivelas com um documento aprofundado de ideias sustentadas, para uma estratégia urbana com capacidade polarizadora, competitiva e com capacidade de leitura constante das dinâmicas globais, no contexto da metrópole polinucleada de Lisboa, e tendo o património histórico, arquitetónico e urbanístico um papel determinante nessa polarização. Esta reflexão permitirá que Odivelas se afirme como centro polarizador, segundo os novos desígnios do urbanismo para o século XXI.

Palavras-chave: Núcleo Histórico; Dinâmicas; Regeneração; Polinucleado; Identidade.

ABSTRACT

With the decreasing of the world through, as always, new information technologies turning the space-time instant, the contemporary society is defied to face new challenges, witnessing continual changes in the various sectors; where the paradigm of mobility became a dynamic factor that influences growth and planning of cities, inverting the logics of centralities and the matrices that defined its occupation.

After a process of territorial agglutination and shatter of cities, these now face the challenges of the polynuclear metropolis and the approach of the intelligent metropolis. In this context its unimaginable the continuity of this centrifugal tendency of the center-city, where its history, identity and collective memory of a commonwealth reigns. The issues of rehabilitation, reconfiguration and regeneration, being in constant debate, are undoubtedly the anesthetic to fight the illness of the abandonment and desertification of identity values of historic cores.

Rethinking Odivelas with a thorough document of supported ideas, to a urban strategy with polarizing, competitive ability, and capable of constant reading of global dynamics, in the context of the Lisbon's polynuclear metropolis, and having the historical, architectural and urban heritage a key role in that polarization. This reflection will allow Odivelas to be stated as polarizing center, according to the new designs of urbanism for the XXI century.

Keywords: Historic Nucleus; Dynamics; Regeneration; Poly-Nuclear; Identity.

GLOSSÁRIO DE ABREVIATURAS

AML – Área Metropolitana de Lisboa
AUGI – Aglomerado Urbano de Gênese Ilegal
BMDD – Biblioteca Municipal D. Dinis
CIAM - Congresso Internacional de Arquitetura Moderna
CM Lisboa – Câmara Municipal de Lisboa
CM Loures – Câmara Municipal de Loures
CMO – Câmara Municipal de Odivelas
CREL – Cintura Regional Exterior de Lisboa
CRIL – Cintura Regional Interior de Lisboa
DGEMN – Direção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais
DGOT – Direcção-Geral do Ordenamento do Território
DGOTDU – Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPC – Direcção-Geral do Património Cultural
DGU – Divisão de Gestão Urbanística
EOPCO - Estudos de Orientação para o Planeamento do Concelho de Odivelas
GAML – Grande Área Metropolitana de Lisboa
IC – Itinerário Complementar
ICCIH – The International Committee for the Conservation of Industrial Heritage
ICOMOS – International Council of Monuments and Sites
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
INH – Instituto Nacional de Habitação
IGAPHE – Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado
IGESPAR – Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico
IPPAR – Instituto Português do Património Arquitectónico
NHO – Núcleo Histórico de Odivelas
NTIC – Novas Tecnologias de Informação e Conhecimento
PDM – Plano Diretor Municipal
PGU – Plano Geral de Urbanização
PP – Plano de Pormenor
PU – Plano de Urbanização
RECRIA – Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados
RECRIPH – Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal
REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas
REOT – Relatório do Estado do Ordenamento do Território
SMMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba
SMO – Sociedade Musical Odivelense
SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana
TIC – Tecnologias de Informação e Conhecimento
UNESCO – United Nations Education, Scientific and Cultural Organization
ZEP – Zona Especial de Proteção

ÍNDICE

ÍNDICE DE TABELAS	8
ÍNDICE DE FIGURAS	8
INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL E SOCIAL.....	20
1.1 - Da Cidade Industrial à Metrópole.....	22
1.2 - Colapso do Modelo Industrial e a Emergência de um Novo Paradigma.....	29
1.3 - Património e Núcleo Histórico na Afirmação da Cidade/Metrópole.....	33
1.3.1 - Património	33
1.3.2 - Classificação do Património e Núcleo Histórico.....	36
1.4 - Acupuntura Urbana como Estratégia de Intervenção Urbanística.....	41
CAPÍTULO II – O CASO DE ESTUDO, ANÁLISE E CARACTERÍSTICAS	47
2.1 - Evolução da Malha Urbana e Cartográfica a Partir da Matriz Fundadora do Núcleo Histórico de Odivelas, o Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo	48
2.2 - Património e o Edificado Envolvente do Núcleo Histórico.....	56
2.3 - Diagnóstico Económico, Social e Cultural de Odivelas.....	65
2.4 - Contextualização das Dinâmicas de Crescimento do Século XX.....	71
CAPÍTULO III – CONTRIBUTO DE IDEIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS	79
3.1 - A Área de Intervenção.....	81
3.2 - Novas Dinâmicas Económicas Geradoras de Competitividade Regional.....	89
3.3 - A Montagem da Operação.....	93
3.4 - O Caso de Estudo e o Ensaio de um Processo de Regeneração Urbana.....	95
CONCLUSÃO.....	101
BIBLIOGRAFIA.....	107
Convenções Internacionais Sobre o Património.....	110
Documentos Institucionais.....	111
Webgrafia	112
Dissertações	112
ANEXOS	113
ANEXO I	114
Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo – Matriz Fundadora Urbana do Núcleo Histórico de Odivelas.....	114

APÊNDICES.....	126
Apêndice 1 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo Levantamento.....	127
1.2 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo Localização e Implantação	128
1.3 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo Plantas.....	129
1.4 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo Alçados	130
1.5 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo Cortes	132
1.6 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo Pormenores	133
1.7 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo Mobiliário	135
Apêndice 2 – cartografia de portugal, zona de odivelas, DGOTDU	137
2.1 – Planta, 1903, s. e.....	137
2.2 – Carta Militar, 1914, s. e.....	138
2.3 – Carta, 1957, s. e.....	139
2.3 – Carta, 1990, s. e.....	140

ÍNDICE DE TABELAS

TABELA 1 – Património arquitetónico inventariado pelo município (CMO,2009)	58
TABELA 2 – Evolução da população residente no concelho de Odivelas, CMO-DPE e INE, p.7 (Censos, 2011)	66

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: A evolução dos sistemas urbanos: rede <i>christalleriana</i> (François Ascher, 1998, p.18)	27
Figura 2: Idem: rede em <i>hubs</i> e <i>spokes</i> , (François Ascher, 1998, p.18)	27
Figura 3: Cidades Tecnológicas em 2053, Gregor Shuster, 2013 (Revista Expresso, pp. 30, 31, 2014)	28
Figura 4: Parque Barigui, Curitiba, Brasil, (s. d.). Obtido em agosto. 2014, de https://www.google.pt/search?q=plano+de+curitiba	44
Figura 5: Parque Barigui, Curitiba, Brasil, (s. d.). Obtido em agosto. 2014, de Plano de Curitiba: https://www.google.pt/search?q=plano+de+curitiba	44
Figura 6: Ópera de Arame, Curitiba, Brasil, (s. d.). Obtido em agosto. 2014, de Jornalmercadomunicipal: https://www.jornalmercadomunicipal.com.blog.br	44
Figura 7: Ópera de Arame, Curitiba, Brasil, (s. d.). Obtido em agosto. 2014, de Jornalmercadomunicipal: https://www.jornalmercadomunicipal.com.blog.br	44
Figura 8: Largo do Intendente ‘antes’, Lisboa (Cidália, s. d.).....	45
Figura 9: Largo do Intendente ‘depois’, Lisboa (s. d.). Obtido em agosto. 2014, de cidadaniaX: https://www.cidadaniaX.blogspot.com/2013/02/imagem-de-marca-lisboaportugal.html	45
Figura 10: Vista geral de Odivelas (2009). Obtido em agosto 2014 de Odivelas.com: http://odivelas.com/wp-content/uploads/OdivelasPb.jpg	47
Figura 11: Extrato da planta de Lisboa em 1903 (DGOT, 2014).....	49
Figura 12: Extrato da planta de Lisboa em 1914 (DGOT, 2014).....	49
Figura 13: Extrato da planta de Lisboa em 1990 (DGOT, 2014).....	49
Figura 14: Av. D. Dinis, 1963 de Artur Baptista, Arquivo Municipal. Obtido em agosto 2014 de Pensar Odivelas: http://pensarodivelas.blogspot.pt/2012/04/foto-da-minha-terra-odivelas-1.html	50
Figura 15: Av. Augusto Abreu Lopes, 1968 de Artur Baptista, Arquivo Municipal. Obtido em agosto 2014 de Pensar Odivelas: http://pensarodivelas.blogspot.pt/2012/04/foto-da-minha-terra-odivelas-1.html	50
Figura 16: Planta da AML. Obtido em agosto 2014 de Câmara Municipal de Odivelas: http://www.cm-odivelas.pt/index.php/mapas-interativos#roteiro-municipal	51
Figura 17: Planta do Concelho de Odivelas. Obtido em agosto 2014 de Câmara Municipal	

de Odivelas: http://www.cm-odivelas.pt/index.php/mapas-interativos#roteiro-municipal	51
Figura 18: Quinta do Espírito Santo (Odivelas.com, 2011). Obtido em agosto 2014 Odivelas.com: http://odivelas.com/2010/03/06/quinta-do-espanhol-e-quinta-do-espirito-santo-as-duas-quintas/	52
Figura 19: Quinta da N. S ^a do Carmo (BMDD, 2011). Obtido em agosto 2014 de Biblioteca Municipal D. Dinis: http://www.biblioteca-municipal-dom-dinis/cmodivelas	52
Figura 20: Planta de acessibilidades e centralidades do concelho, s. e., Odivelas (CMO, 2006)	53
Figura 21: Loteamento das Colinas do Cruzeiro, EEC, Arquitetura, Odivelas (Portas, p. 282, 2011).....	55
Figura 22: Plantas das Reservas Ecológicas do Concelho, s.e., Odivelas (CMO, 2003).....	56
Figura 23: ZEP do NHO e Monumentos Classificados, Odivelas (D. R., 2013).....	59
Figura 24: Vista geral do Mosteiro, 1940/1950, Odivelas (Arquivo Municipal, s.d.)	60
Figura 25: Postal Ilustrado do Largo D. Dinis 1930/1940, Odivelas (Arquivo Municipal, s.d.)	60
Figura 26: Memorial, século XIV, Odivelas (Autor, 2014)	60
Figura 27: Igreja Matriz, Odivelas (Autor, 2014)	61
Figura 28: Imagens de edifícios degradados ou devolutos no NHO, Odivelas (Autor, 2014).....	62
Figura 29: Planta cronológica do edificado do NHO (Autor, 2014).....	62
Figura 30: Largo do Mosteiro D. Dinis e S. Bernardo, com o coreto do sítio original, Odivelas (Instituto de Odivelas, 1914)	63
Figura 31: Rua da Rosa, Cais do Sodré, Lisboa (Autor, 2014)	64
Figura 32: Interior do Mercado da Ribeira, Cais do Sodré, Lisboa (Autor, 2014)	64
Figura 33: Rua Augusta, Lisboa (Autor, 2014)	65
Figura 34: Frente Ribeirinha, Lisboa (Autor, 2014).....	65
Figura 35: Edifício da Sociedade Musical Odivelense, Odivelas. Obtido em agosto 2014 de: http://www.smodivelense.com/?page_id=6 , 2014.....	69
Figura 36: Jardim da Música, Odivelas (Autor, 2014).....	70
Figura 37: Densidade demográfica por freguesia C. M. Odivelas, (CMO, 2006)	71
Figura 38: Prioridades, espaços de intervenção, C. M. Odivelas, (CMO, 2006).....	71
Figura 39: Delimitação do NHO, IHRU/SIPA, C. M. Odivelas, (CMO, 2011)	77
Figura 40: Planta de Odivelas e suas funcionalidades, s.e. (Autor, 2014)	78
Figura 41: Panorâmica geral do Mosteiro S. Dinis. (Autor, 2013)	80
Figura 42: Delimitação do NHO, IHRU/SIPA, C. M. Odivelas, (CMO, 2011).....	82
Figura 43: ZEP Localização do edificado de interesse para o presente estudo, Odivelas. (Autor, 2014)	83
Figura 44: Delimitações implementadas e ideia regenerativa, Odivelas. (Autor, 2014)	84
Figura 45: Terraços abandonados, rua G. G. Fernandes, Odivelas. (Autor, 2014).....	85
Figura 46: Sobe e desce nos passeios, Av. Major Caldas Xavier, Odivelas. (Autor, 2014)	85
Figura 46A: R. Guilherme G. Fernandes e Av. M. Caldas Xavier, Odivelas. (Autor, 2014).....	85

Figura 47: Estacionamento desordenado, Odivelas. (Autor, 2014).....	87
Figura 48: Exemplos de reabilitação e reconversão, rua G. G. Fernandes, NHO e Paços do Concelho, Odivelas. (Autor, 2014)	88
Figura 49: Projeto do Polo Tecnológico O'Tech, em Famões, Odivelas, LusoCapital. Obtido em agosto 2014 de: http://jn.pt/pagina/pais/concelho.aspx?Distrito=Lisboa&Concelho=Odivelas&Option=interior&contente.id=1268430	89
Figura 50: Empresas do Grupo Inditex. Obtido em agosto 2014 de: http://universidad.ahorro.net/2012/06/21/historia-de-inditex/	91
Figura 51: Transporte O Voltas, Odivelas. Obtido em agosto 2014 de: Diário de Odivelas: http://www.diariodeodivelas.com/?p=2343	92
Figura 52: Pousadas de Terras do Bouro, Souto de Moura, 2010. Obtido em agosto 2014 de: Portugal virtual: http://portugalvirtual.pt/pousadas/amares/pt/index.html	97
Figura 53: s.n., Alexandre Vihls, Exter, Reino Unido, s. d. Obtido em agosto 2014 de: http://www.alexandrefarto.com/index.php?page=work-detail&work=1	98
Figura 54: S.n., Alexandre Vihls, Urban Art Bennale, Volkingen, Alemanha, s. d. Obtido em agosto 2014 de: http://www.alexandrefarto.com/index.php?page=work-detail&work=1	98
Figura 55: Arte Anamórfica, Julian Beever, 2010. Obtido em agosto 2014 de; http://kromo-ssomos.blogspot.pt/2010/08/julian-beever-arte-anamorfica-pavimento.html	98
Figura 56: Rua Rosa, Cais do Sodré, Lisboa, José Adrião, 2012. Obtido em agosto 2014 de: http://i.ytimg.com/vi/VRHpEkshZYg/maxresdefault.jpg	99
Figura 57: Escritos no pavimento ou pavimento carquelado, s.d.. Obtido em agosto 2014 de: http://pavimentocraquelado.blogspot.pt/2008/10/tudo-cclico.html	99
Figura 58: Mosteiro S. Dinis, vista do Largo, D. Dinis, Odivelas. Obtido em setembro de 2014, de: http://umrumo.blogspot.pt/2013/04/a-historia-do-fecho-do-instituto-de.html	117
Figura 59: Mosteiro S. Dinis, estrutura do Altar, Odivelas. Obtido em setembro de 2014, de: http://expressodalinha.blogspot.pt/2013/12/instituto-de-odivelas-mosteiro-de-d.html	118
Figura 60: Mosteiro S. Dinis, Panteão de D. Dinis, interior da Igreja, Odivelas. Obtido em setembro de 2014, de: http://expressodalinha.blogspot.pt/2013/12/instituto-de-odivelas-mosteiro-de-d.html	119
Figura 61: Mosteiro S. Dinis, Claustro da Moira, Odivelas. Obtido em setembro de 2014, de: http://www.patrimoniocultural.pt/en/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/70250	120
Figura 62: Mosteiro S. Dinis, Claustro maior, Brás Mendes Odivelas. Obtido em setembro de 2014, de: http://globalproject.wix.com/urbanismo-e-mobilidade#!mosteiro-de-odivelas	121
Figura 63: Mosteiro S. Dinis, sala de refeições, Luís Lopes, Odivelas. Obtido em setembro	

de 2014, de: http://capeiaarraiana.pt/2014/01/22/clube-cultural-100-fugas-visita-mosteiro-de-odivelas/	122
Figura 64: Mosteiro S. Dinis, cozinha, Odivelas. Obtido em setembro de 2014, de: http://capeiaarraiana.pt/2014/01/22/clube-cultural-100-fugas-visita-mosteiro-de-odivelas/	123
Figura 65: Mosteiro S. Dinis, fogão e retábulo de doçaria, Odivelas. Obtido em setembro de 2014, de: retábulo doceiro http://odivelas.com/2010/01/16/retabulo-doceiro/-de-odivelas	124
Figura 66: Mosteiro S. Dinis, doçaria conventual, marmelada branca, Odivelas, Brás Mendes. Obtido em setembro de 2014, de: retábulo doceiro http://odivelas.com/2010/01/16/retabulo-doceiro/-de-odivelas	125

INTRODUÇÃO

Este projeto de investigação de Mestrado em Arquitetura tem como título: *Odivelas e os desafios do século XXI – Revitalização Estratégica do seu Núcleo Histórico*. Como parte integrante na metrópole polinucleada de Lisboa, este trabalho pretende estudar, perceber e interpretar que estratégias Odivelas poderá implementar com a revitalização do seu núcleo histórico. Esta escolha teve como motivo, para além da minha vivência diária neste lugar, um interesse por núcleos históricos que são a génese identitária das cidades e portadores do legado histórico da sociedade, independentemente das reconfigurações que sofreram ao longo da sua existência através de dinâmicas próprias de cada época.

1. Problemática da pesquisa

O objetivo deste estudo é então perceber o processo de crescimento urbano que foi determinado pela revolução industrial do final do século XIX e do início do século XX e identificar as transformações originadas pela transferência de pessoas do campo para a cidade na busca de emprego e de melhores condições de vida. É de facto esta a imagem que se tem do processo evolutivo da cidade histórica, processo que esteve na base da emergência da cidade industrial (moderna, segundo alguns autores), motivado pelo galopante aumento da população urbana e que determinou a explosão e o estilhaçamento do núcleo urbano primitivo.

Com o crescimento da sua área urbana, esta cidade industrial foi assumindo uma feição morfológica de metrópole concêntrica (mononucleada) resultante de um processo de suburbanização facilitado pela melhoria de transportes e comunicações. De salientar a importância da generalização do automóvel que facilitou esta multiplicação de *núcleos dormitórios* cuja população se deslocava diariamente para o centro da metrópole, principal foco onde se concentrava o emprego. Importa lembrar que estas migrações pendulares (casa-emprego-casa) se processavam com muitas dificuldades em horas de ponta, provocando enfadonhos e penosos engarrafamentos¹.

¹ Relembrar episódio caricato de numa das encarnações político-partidárias como candidato do PS à Câmara de Loures, em 1993, António Costa ter a original ideia de colocar um burro a correr com um Ferrari, entre este município e Lisboa. Quem ganhou foi o burro. Este episódio serviu para ilustrar "a urgência da extensão do metro a Odivelas". (António Cotrim para Agência Lusa, Lisboa 1993).

O encarecimento do petróleo no início dos anos 1970 e o consequente agravamento da crise que atingiu o modelo dominante de economia industrial, as metrópoles radiocêntricas, agora denominadas de metrópoles mononucleadas, começaram a conhecer um processo de desindustrialização com o aparecimento de vazios industriais. Esta desindustrialização explicava-se pelo aumento exorbitante do preço do solo nas zonas centrais, tendo muitas dessas empresas optado pela sua deslocalização para a periferia. Na sequência desta deslocalização industrial, um outro fenómeno surgiu: a diminuição dos habitantes das zonas centrais de que resultou o seu despovoamento e a degradação do edificado.

Esta sequência de acontecimentos acabou por originar um novo paradigma económico e de organização urbano-metropolitana, baseado agora em cidades dispersas e fragmentadas, configurando aquilo a que se começou por designar de metrópole polinucleada, importa saber que estratégia Odivelas deve adotar para potenciar uma capacidade polarizadora, no contexto da metrópole polinucleada de Lisboa. Subjacente a esta questão está a hipótese que afirma o património histórico, arquitetónico e urbanístico como podendo desempenhar um papel determinante face à concorrência de outros polos, no contexto da metrópole polinucleada.

Outra questão que necessita de resposta é saber que políticas municipais adotar no sentido de modificar esta tendência centrífuga do centro-cidade, tendência que tem permanecido até ao momento. No contexto da metrópole polinucleada de Lisboa, será que Odivelas poderá vir a desempenhar um papel polarizador idêntico ao de outros núcleos (Oeiras, Almada, Seixal, etc.)?

Reconhecidos os pontos que motivaram esta pesquisa, procurar-se-á a partir da análise dos estudos produzidos pela Câmara Municipal de Odivelas, estudar a estratégia de valorização do património proposta para o núcleo histórico de Odivelas e verificar se nesses documentos estão contemplados um reforço do papel desta cidade no contexto metropolitano de Lisboa.

A metodologia adotada neste projeto de investigação foi acompanhado por vários percursos urbanos, dentro de Odivelas e principalmente no seu núcleo histórico, para desenvolver uma análise exaustiva e fundamentada das potencialidades e fragilidades desta cidade e deste lugar, quer nos processos de desertificação e abandono, quer de numa profunda reflexão sobre as matrizes regionais e locais que marcaram as dinâmicas urbanas de Odivelas.

Perspetivando uma análise mais exaustiva, promoveram-se encontros com equipas multidisciplinares, arquitetos, artistas plásticos, engenheiros, gestores, economistas e sociólogos, para dar conta das suas opiniões. Estes percursos de observação e encontros permitiram uma exaustiva e fundamental recolha de elementos, que serviram de base ao desenvolvimento desta dissertação, estes percursos também propiciaram várias experiências no âmbito fenomenológico.

A possibilidade de encontros e pesquisa em alguns organismos públicos foram importantes para documentar e complementar alguns contatos com habitantes de Odivelas e do seu núcleo histórico. Permitiram assim uma investigação centrada na temática da regeneração, reconfiguração e reabilitação urbana, apesar de se começar pelo núcleo histórico de Odivelas.

Foi fundamental primeiro entender o aglomerado urbano, para então perceber-se como estruturar a investigação definindo-se com uma estratégia no âmbito geral até ao caso de estudo, finalizando com um contributo de ideias para a regeneração, reconfiguração e reabilitação deste núcleo.

Procurando-se encontrar resposta através de conceitos ou teorias que fundamentassem a estrutura desta dissertação, como sejam, as questões sociais globais, a cidade, o núcleo histórico e a acupuntura urbana, esta pesquisa documental e bibliográfica permitiu orientações precisas e de forma esclarecida na abordagem ao tema desta investigação. Iniciando-se um processo de respostas às questões levantadas, permitindo uma aproximação ao caso de estudo, através da análise de projetos, cartografia, planos e programas de ordenamento do território, focados na AML e Odivelas, com o objetivo de entendimento do que se fez a este nível nos dois contextos, promovendo uma discussão positiva e críticas das opções e políticas implementadas, legislação em vigor sobre Odivelas e reabilitação urbana, foram fundamentais para uma orientação precisa no esclarecimento sobre vários temas, entre os quais o património de Odivelas e a reabilitação urbana.

Toda a bibliografia e documentos consultados foram escolhidos a partir de fontes credíveis, complementando de forma transversal este projeto de investigação que está estruturado e redigido conforme o sistema APA.

2. Estado da Arte

Sobre este ponto, referem-se algumas obras que assumem um papel fundamental para a execução desta dissertação, tornando-se essenciais para o

desenvolvimento de uma coerência de raciocínios para este projeto de investigação e que a seguir se referenciam.

Numa perspetiva mais geral, as obras *Novos Princípios do Urbanismo* (2010) e *Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade* (1998) de François Ascher (1946-2009), foi interessante entender o conceito da Metrópole, a complementar o livro e *Breve História do Urbanismo* (2010) de Fernando Chueca Goitia (1911-2004) deram uma visão social e urbanística global a esta investigação, através de uma visão do progresso e problemas da sociedade e do urbanismo desde os primórdios e principalmente desde a Revolução Industrial,

A *Alegoria do Património* (2001) de Françoise Choay (1925), permitiu perceber a importância do património e como intervir na sua conservação e restauro, permitindo entender as polivalências e a possibilidade de novas funções de um objeto arquitetónico.

Com características mais teóricas, mas não menos importantes para o entendimento do Lugar, a obra *Não-Lugares* (1994) de Marc Augé (1955) e *A Sedução do Lugar* (1926) de Joseph Rykwert (1926) tornaram a perceção do Lugar e a sua identidade claros, entendendo a diferença entre estes e os Lugares transitórios e efémeros.

Ainda nesta temática teórica refira-se Jane Jacobs (1916-2006) com a obra *Morte e Vida das Grandes Cidades* (1961), onde a discussão do espaço público e os seus modelos são expostos de forma exemplar, percebendo-se a preocupação da autora pelo sucesso urbanístico dos mesmos. Com propostas de alterações do planeamento urbanístico enaltecendo o espaço público através de jardins, Ebenezer Howard (1850-1928) edita *Cidades-Jardins de amanhã* (1902).

A obra *A Cidade em Portugal – Uma Geografia Urbana* (1992), de Teresa Barata Salgueiro (1969), permitiu uma clarificação da evolução dos centros urbanos, desde a formação dos aglomerados urbanos e sua história e morfologia, funções, posições e desenvolvimento. Toda esta obra constitui-se exemplar no enquadramento histórico das questões da arquitetura, património, urbanismo e no planeamento urbano.

Com o livro de Fernando Távora (1923-2005), *Da Organização do Espaço* (2006), entende-se que a identidade de um lugar deverá ser respeitada, cabendo ao arquiteto ser o observador, conhecedor e respeitador desse mesmo Lugar, não bastando reclamar a conservação do património.

As dinâmicas sociais ficaram muito mais esclarecidas com a obra *As Cidades na Cidade* (2009), de Carlos Vieira de Faria (1939), onde se pode perceber a fragmentação e fragilização da coesão e mediação sociais na sociologia urbana e os *handicaps* socioculturais da sociedade traduzidas no desaparecimento das mediações tradicionais. Inspirado nesta obra, foram empreendidas algumas ações acima referidas no ponto que se fala da Metodologia.

Para um melhor entendimento dos conceitos do património e núcleo histórico, Françoise Choay, com a obra *As Questões do Património: Antologia Para um Combate* (2011), permite o entendimento de teorias em torno do património, permitindo-nos entender a evolução da reabilitação e conservação do património arquitetónico e as controversas teorias de Ruskin e Viollet-le-Duc.

A organização do território e a influência dos habitantes na reconfiguração urbana do mesmo, através das suas necessidades, estão latentes na obra, *O Urbanismo Português: Séc. XIII - XVIII Portugal – Brasil* (1999), de Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, com uma ilustração esclarecedora das estratégias urbanas nacionais.

Numa interpretação da cidade enquanto arquitetura estética, Aldo Rossi (1931-1997), no livro *Arquitectura da Cidade* (2001), defende que a morfologia urbana deve ter em consideração a evolução e complexidade da mesma, opondo-se à rutura entre a cidade histórica e a cidade moderna.

A *Carta Europeia do Património Arquitetónico*, redigida pelo Conselho Europeu (1975) procura sensibilizar a mentalidade europeia para a defesa e manutenção dos seus monumentos e conjuntos arquitetónicos, tema de maior importância para a defesa do presente projeto de investigação, esta *Carta* é um complemento das anteriormente redigidas pelos CIAM por incluir as construções vernaculares construídas pelo Homem e desde que sejam reveladoras da sua história e identidade. Já a Assembleia-Geral do ICOMOS (1987) defende as diretivas da *Carta de Veneza*, apresentando a salvaguarda dos núcleos urbanos antigos, vítimas do planeamento ‘pós-industrial’, desde que reúnam um valor histórico reconhecido, resultando deste modo a Carta Internacional Sobre a Salvaguarda das Cidades Históricas.

Nuno Portas (1934), no seu livro *Os tempos das formas. Vol. I: A Cidade Feita e Refeita* (2005) desenha políticas de planeamento das cidades, a partir de textos apresentados pelo próprio em colóquios, realçando a responsabilidade social e técnica dos arquitetos. Do mesmo autor, o livro *Políticas Urbanas II: transformações, regulação e projeto* (pp. 279-283) (2011), com um excerto sobre a expansão urbana de Odivelas,

são realçadas as urbanizações de promotores privados e a expansão territorial desta cidade.

Na introdução às normativas e regulamentos em vigor na AML, o Plano Estratégico de Lisboa (2009), através do Relatório do Estado do Ordenamento do Território, tal como o Plano de Regional de Ordenamento do Território da AML, foram fundamentais para contextualizar Odivelas neste âmbito através das políticas, articulações e estratégias previstas sendo esclarecedor nas dinâmicas atuais para o futuro desenvolvimento desta Área e as estratégias de cooperação intermunicipal, através da Carta Estratégica 2010-2024.

Contextualizando a cidade de Odivelas, foi fundamental o recurso ao documento *Estudos de Orientação Para o Planeamento do Concelho de Odivelas, Vol. I*, editado pela Câmara Municipal de Odivelas (2003). A sua consulta tornou possível fazer um diagnóstico económico, social e cultural deste Concelho com o objetivo de elaborar um estudo concreto de transformação e melhoria urbanística deste lugar.

Também com recurso aos escassos elementos sobre esta cidade existentes na DGOTDU, a evolução demográfica da AML desde o século XIX, através de plantas, podendo-se identificar através da carta militar cedida, as várias quintas e ribeiras desta região. Apesar dos Planos Diretores Municipais terem primordial importância nas questões urbanas a propósito de garantir as normativas desses nos projetos de licenciamento e execução, na presente investigação estes não se aplicam porque estas regras só seriam aplicadas para balizar e dimensionar um espaço que maioritariamente está incluída numa ZEP, definida pelo IGESPAR e até porque o *Plano Diretor Municipal* (PDM) existente é de 1993 efetuado pela Câmara Municipal de Loures (CM Loures), com sucessivas adendas até ao presente.

Já numa perspetiva do entendimento de todas as dinâmicas deste Lugar desde a sua fundação o livro *Odivelas – Um Mosteiro Cisterciense* de Manuela Maria Justino Tomé (2001), a autora faz um relato, conciso e exaustivo de toda a tradição e vivências em volta do Mosteiro S. Dinis, incluindo relatos de época complementando com uma cronologia da evolução construtiva deste Mosteiro. Também a obra *Tradição e Mudança, Loures* da CM Loures (1986), faz um relato de todo vale fértil de Odivelas, suas Quintas e vivências, transmitindo estas obras, entre outras, uma realidade da Identidade e tradição do núcleo histórico de Odivelas.

3. Desenvolvimento e organização do trabalho

De forma a poder cumprir o objetivo proposto neste projeto de investigação, a sua estrutura assentará fundamentalmente em três capítulos, os quais partem de uma linguagem expositiva, particularizando para uma interrogativa, finalizando com uma linguagem conclusiva e de resposta às questões levantadas.

No primeiro capítulo, para um melhor entendimento da evolução da cidade considera-se importante aprofundar a evolução do Modelo Industrial que originou a cidade de mononucleada, expandindo-se para o conceito da metrópole polinucleada. Nesta linha de raciocínio, importa compreender e contextualizar num enquadramento teórico e histórico dos conceitos da evolução social, durante esse percurso da cidade, até ao colapso deste modelo.

As questões do património e os conceitos evolutivos durante o século XX, em conjunto com os núcleos históricos ou centrais, são temas de abrangência no terceiro ponto. Com uma referência à acupuntura urbana, tema atual e com consequências positivas já comprovadas, através de intervenções pontuais, será tema do último ponto do primeiro capítulo.

A compreensão destes temas no segundo capítulo, desde as suas origens, serão cruciais para poder fundamentar o caso de Odivelas no contexto da metrópole polinucleada de Lisboa através de uma análise exaustiva das potencialidades e fragilidades desta cidade. Neste contexto, fazem parte um levantamento do património, com enfoque no Mosteiro, Memorial e Igreja Matriz, do núcleo histórico de Odivelas, cadastrando cronologicamente e grau de estado de conservação dos edifícios incluídos na ZEP. Refletindo-se que a motivação desta pesquisa incida essencialmente na problemática dos processos de reconfiguração, reabilitação e regeneração urbana, respeitando a importância de assegurar um justo equilíbrio entre a salvaguarda da sua identidade morfológica, património histórico e a capacidade de construir novas soluções urbanas de uma forma sustentável e de acordo com uma visão arquitetónica e sociológica, que não comprometa as suas condições de singularidade.

As dinâmicas de crescimento de Odivelas no século XX, consistem numa enorme pesquisa da legislação, documentos, planos estratégicos, planos diretores e um *sem fim* de documentação, tornando-se estes elementos e levantamentos fundamentais na base do presente estudo, complementando algumas ideias para a inversão da atual situação e procurando-se refletir a estratégia de abordagem e reflexão da problemática de Odivelas neste século que agora começou.

O terceiro capítulo assenta genericamente, na regeneração e reconfiguração do núcleo histórico de Odivelas, nomeadamente, na malha urbana adjacente ao Mosteiro, onde atualmente se insere o Instituto de Odivelas *Infante D. Afonso*. Esta abordagem é um contributo para uma eventual solução urbanística, arquitetónica, patrimonial e social. Seguindo esta perspetiva é apresentada a área de intervenção, através de um balizamento do que será o Núcleo Histórico de Odivelas, considerando que dentro deste existe a ZEP, a partir dessa definição apresentam-se as fragilidades e ideias para as contrariar.

O estudo das novas dinâmicas geradoras de competitividade regional são fundamentais para a viabilização da ideia de regeneração e reconfiguração urbana, através da montagem da operação a partir de uma metodologia a desenvolver entre as entidades oficiais, sociais e políticas.

Finaliza-se este último capítulo, com a apresentação de um ensaio de um processo de reconfiguração e regeneração urbana, com a definição de linhas orientadoras e ideias sustentáveis para uma nova cidade.

CAPITULO I – CONTEXTUALIZAÇÃO TEMPORAL E SOCIAL

No seguimento da introdução e a partir de uma linguagem global e expositiva, compreender a evolução social e urbana, num enquadramento teórico e histórico da evolução da cidade industrial até à cidade metrópole. Será uma das premissas para melhor entender o objetivo final desta dissertação (simplificando a abordagem aos capítulos seguintes que estão fundamentados em torno de Odivelas).

Como enquadramento ao acima referido e numa abordagem genérica, segundo os princípios de François Ascher, a primeira modernidade classifica-se cronologicamente desde o final da Idade Média até consequentemente antes da Revolução Industrial. A segunda modernidade abrange todo o período em que o modelo de economia industrial foi dominante nos séculos XIX e XX. A terceira modernidade inicia-se com o colapso daquele modelo de economia em consequência da revolução tecnológica na base das memórias artificiais e das nanociências. Esta terceira modernidade será abordada no ponto a seguir (Ascher, pp. 25-27, 2012).

Estes princípios são uma definição muito vaga e pouco cómoda mas é usada no contexto das transformações transversais da sociedade em cada época, essas transversalidades são de toda a ordem social, económica, urbana, cultural, política, ou seja, são a transição e a evolução a todos os níveis, da sociedade para um novo patamar, que segundo Ascher, “ (...) *num terceiro episódio da modernização, diversos autores qualificaram de modernidade ‘radical’, de modernidade ‘avançada’, de ‘sobremodernidade’ ou mesmo de ‘baixa modernidade’*” (Idem, p.33).

Neste contexto, recuemos à primeira modernidade onde a sociedade tradicional era mercantil e vivia basicamente da agricultura e da manufatura, em pequenas cidades medievais e muralhadas. Nestas cidades a cultura religiosa era o pilar da sociedade e a economia era basicamente agrícola, na maioria dos casos desenvolvida pelos conventos religiosos, os quais tinham a tripla função da colonização, domínio da região e de constituírem escolas agrícolas, criando aglomerados populacionais garantindo-lhes a alimentação providenciando os conventos os meios de defesa, enquadrando-se neste contexto o povoado de Odivelas no século XIII. A economia também era exercida pela manufatura recriada por artesãos em oficinas através da força braçal e animal. Esta era uma sociedade de produção agrícola devota a Deus, sendo a arquitetura a única ciência de vanguarda (Ascher, p. 25, 26, 2012).

Já nos séculos XV-XVI, “a cidade medieval é substituída pela cidade clássica” (Ascher, p. 26, 2012) e com ela o surgimento de novos pensadores que promovem a Revolução Humanista no seio de uma sociedade devota a Deus, revolucionando o pensamento através de uma cosmovisão diferente da do mundo rural, justificando que o mundo gira á volta do sol, questionando a autoridade da Igreja Católica e afirmando a missão do Homem/Mulher no aperfeiçoamento da criação do mundo. Enquanto isso, começam a aparecer os primeiros sinais de industrialização, apesar de muito rudimentar, na base de um melhor aproveitamento da energia hidráulica e da construção de teares. Esse novo mundo maquinico começa a fazer parte do individuo quebrando barreiras e conseguindo feitos e construções inimagináveis. A racionalização e a diferenciação social são alguns sinais de que o mundo estava a mudar.

É no Renascimento que o Estado passa a ser o novo poder, preparando a primeira revolução urbana, a da cidade clássica, traçando avenidas, praças e jardins urbanos, afastando e transformando as muralhas medievais, terminando com a amálgama de ruelas, vielas e hortas, típicas da cidade medieval (Ascher, pp. 26-27, 2012).

Com as novas descobertas marítimas o horizonte e a mentalidade da sociedade muda radicalmente. Começa-se a pensar na mundialização e com este pensamento nascem as cidades comerciais, passando o controlo do comércio e a exploração de novos espaços a ser uma das grandes prioridades, aumentando a capacidade de armazenamento das cidades. Dando origem a novos edifícios e obrigando a um novo pensamento urbano, a arquitetura constitui-se, durante este percurso até ao *Barroco* (séculos XVII-XVIII), como uma disciplina moderna, integrando valores e técnicas novas não descurando as antigas.

O Estado redefine e separa o que é público do privado, os espaços interiores dos exteriores, atribuindo-lhes funções e são definidos espaços de forma racional para indivíduos diferenciados. As cidades expandem-se proliferando os subúrbios, esta nova cidade traduz-se pela ampliação do território e a mobilização de novas ciências e técnicas, tendo esta cidade como objetivo final a ambição de controlar o futuro sendo a partir dela que nascerão as utopias (Ibidem).

O fundamento deste apontamento é o de permitir uma referência genérica cronológica da sociedade e como evoluiu conseguindo um lugar na futura cidade industrial, colocando-nos numa posição mais esclarecida para o tema, que tem principal enfoque todas estas dinâmicas a partir da Revolução Industrial.

1.1 - DA CIDADE INDUSTRIAL À METRÓPOLE

Perante a evolução do novo modelo de sociedade e urbanismo, começa a desenhar-se a cidade industrial, interligando-se à segunda modernidade e paralelamente à revolução agrícola que através das novas máquinas existentes a produção aumenta exponencialmente, expulsando dos campos grandes quantidades de agricultores. Com toda esta atividade, as cidades crescem assustadoramente demográfica e espacialmente (Idem, p.27, 2012).

Os primeiros sinais de transformações da cidade industrial apareceram primeiro em Inglaterra, depois em França e na Alemanha, propagando-se a toda a Europa, promovendo um aumento exponencial da economia, mas também, de forma cada vez mais vincada as diferenças sociais, com o aumento do poder económico de alguns, inicia-se um grande investimento na ciência, recorrendo-se a esta na exploração dos recursos naturais (Goitia, p.144, 2010).

Para entendermos toda esta dinâmica recuperemos o início, quando em 1775 é descoberta a máquina a vapor (Ibidem), e o carvão mineral que exponenciou o aquecimento, provocando estas descobertas uma revolução mecânica e consequentemente agrícola, em que o homem que produzia tudo manualmente ou com recurso à ajuda animal, passa a auxiliar a máquina tornando excedentário todo o sistema produtivo. Inicia-se uma transformação económica e social transversal com a mecanização. Esta evolução permitiu exponenciar os níveis de produção das fábricas e o desenvolvimento dos transportes, nomeadamente, o comboio e os navios a vapor, tornando as distâncias e o tempo mais pequenos.

Coincidentemente a estas novas descobertas concretiza-se a Independência dos Estados Unidos da América (1776) e a Revolução Francesa (1789), fundamentando-se esta última, numa ideologia liberal, em que a liberdade, a igualdade e a fraternidade, eram palavras de ordem, tornando o povo soberano e as monarquias constitucionais (Néré, p.13, 1977).

Provocando esta nova forma de pensar o fim do religioso, ou seja, a igreja deixa de poder interferir nos assuntos do Estado e vice-versa. O Estado passa a ser o garante da paz, chegando no século seguinte a Friedrich Nietzsche (1844-1900) afirmar '*a morte de Deus*', a razão estava no povo e na ciência. Confirmando que a ciência estava acima de tudo Charles Darwin (1809-1882) questiona a origem do homem e das espécies (Richardson, 2004).

Com toda esta contemporaneidade de acontecimentos percebe-se a mudança radical do pensamento e a tremenda evolução intelectual que aliados á revolução industrial que também estava a acontecer, os modelos sociais, económicos, urbanos e políticos, nunca mais seriam os mesmos.

Para sustentar estas novas ideias numa monarquia constitucional, de uma nova visão relacional com a igreja e afirmação da ciência e industria, o Estado propicia às cidades a monumentalização dos edifícios que simbolizam o estado, enfatizando o poder absoluto deste, como por exemplo Paris de Haussman (1809-1891) ou o Parlamento inglês, e o *Neogótico* de Augustus Pugin (1812-1852), arquiteto da casa real (Goitia, pp. 133-143, 2010).

Em Portugal, o declínio do pensamento religioso tem o seu epílogo quando por decreto de Mouzinho da Silveira, a 30 de maio de 1834, levou à extinção de todos os conventos e mosteiros contemplativos e extingue as ordens religiosas, sendo os seus bens secularizados e incorporados na Fazenda Nacional (Torre do Tombo, 2008).

Esta revolução intelectual e urbana articulada com os novos meios mecânicos permitiram que a sociedade evolui-se a uma velocidade nunca antes verificada tornando o mundo cada vez mais pequeno. Em 1860 esta evolução é definitivamente confirmada com a descoberta da energia elétrica, provocando uma grande revolução no modo de vida da sociedade, passando esta a ter iluminação artificial e energia elétrica na indústria (Idem, p. 146).

Com a descoberta do dínamo e do petróleo, a invenção do motor de explosão, promove a produção em série. Esta Revolução Industrial-Eletromecânica impulsionou uma tremenda viragem na história para uma nova modernidade, um novo progresso, um novo homem, uma nova sociedade, uma nova cidade (Ibidem).

Nesta fase as mutações das dinâmicas sociais e urbanas, são devastadoras transformando as cidades, que são o produto desenhado ao longo dos séculos, tão rapidamente que é necessário entender o começo dessas alterações, propondo-se que, por um lado, se analise não só as questões sociais e as coerências dinâmicas urbanas, mas por outro, também as teorias sobre a cidade e o urbanismo (Idem, p.146-161).

Parecendo esta uma visão puramente economicista, a organização económica desempenha um papel cada vez mais ativo na organização urbana, social e política, sendo particularmente evidente com Ildefonso Cerdá (1815-1876), em Barcelona e Haussman, em Paris, refletindo as suas teses uma coerência entre as necessidades económicas, as conceções funcionais, as posições estéticas e os objetivos

sociopolíticos, promovendo o nascimento da grande indústria, através dos caminhos-de-ferro, no deslumbramento da eletricidade, na questão social e do positivismo (Ascher, p.52, 1998).

Com estas transformações urbanas e a Revolução Industrial-Eletromecânica a acontecer, os níveis de produção da Indústria aumentam exponencialmente, permitindo a concentração das fábricas num só local, originando grandes agrupamentos industriais e consequentemente a necessidade de mão-de-obra para trabalhar nessas fábricas, potenciando desta forma o crescimento das grandes cidades industriais, aumentando o número de habitantes de dezenas para até mesmo centenas de milhares de habitantes em poucos anos, confirmando estes fatos as palavras de François Ascher quando escreve: *“A primeira necessidade é, com efeito, adaptar as cidades às exigências da produção, do consumo e das trocas mercantis”* (Idem, p.28, 2012).

Estes novos habitantes eram oriundos, na sua maioria dos campos, na procura de melhores rendimentos e consequentemente melhor nível de vida. Esta mão-de-obra é contratada para a produção em massa, devido à abertura de novos mercados que os novos meios de transporte proporcionaram, sendo esta mão-de-obra tratada como se fosse mercadoria nesta primeira fase da industrialização (Goitia, pp. 146-149, 2010).

Com o destaque urbanístico destas fábricas e tudo o que estas envolvem na cidade industrial nascem os chamados bairros operários que se desenvolvem em condições de vida absolutamente desumanas, tomando forma e características diferentes nos vários países, tendo todos em comum a frieza e a grande densidade no aproveitamento do terreno, prescindindo-se dos pátios e espaços livres, com pouca ventilação e um infecto pátio nas traseiras, a maior parte das habitações não tinham luz natural, promovendo estas condições um alarmante aumento da taxa de mortalidade através de epidemias (Idem, p. 150).

Neste contexto, não podemos deixar de referir algumas *imagens* transmitidas por escritores contemporâneos desta época, descrevendo nas suas novelas e poesias testemunhos das profundas desigualdades que acompanharam as paisagens urbanas do século XIX e que se urbanizaram durante o período da industrialização. Este é o exemplo da cidade de Londres, considerada a Cidade Industrial, que foi descrita por Dickens (1812-1870) nas suas novelas e por William Blake (1757-1827) nos seus poemas, como o centro do Império Britânico e Capital do mundo, mas também como a cidade impiedosa dos pobres. (Roa, p. 29, 2012).

Perante o exposto, todos os problemas adjacentes à cidade industrial com a calamidade urbanística e as condições de vida absolutamente infra-humanas alguns industriais esclarecidos como Frederick Winslow Taylor (1856-1915) e Henry Ford (1863-1947), que através do *Taylorismo* e *Fordismo*, respetivamente sentiram a necessidade de corrigir os males causados por eles próprios com as suas indústrias, começando a construir os seus bairros operários periféricos às suas indústrias, tornando os operários totalmente dependentes da sua atividade através do zonamento, que mais tarde Le Corbusier (1887-1965) e a *Carta de Atenas* levarão ao extremo (Ascher, p.28, 2012).

Esta nova atitude permitiu repensar a cidade através de novas ideias e propostas para uma nova cultura urbanística da cidade, como foi o caso do modelo de cidade desenhado pelo utopista Ebenezer Howard, no final do século XIX. O princípio da cidade que seria uma comunidade autónoma rodeada por um espaço verde entre o campo e a cidade, em que o Centro seria o íman, a força atrativa e organizadora, pretendendo com este princípio aproveitar as vantagens do campo e consequentemente eliminando as desvantagens da cidade. Esta teoria da Cidade Jardim veio a ser desenvolvida posteriormente por outros estudiosos das mais diversas esferas profissionais e de pensamento (Howard, p. 116, 1996).

A partir deste conceito, surge o urbanismo moderno, emergindo vários movimentos na tentativa de solucionar o caos urbano e desenhar a cidade ideal ou pós industrial. Françoise Choay defende o modelo culturista, em que nos princípios ideológicos prevalecem o conceito cultural, enfatizando que a cidade não é o Homem isolado mas sim o seu conjunto. A cidade é limitada a trinta mil habitantes, delimitada por um espaço verde para que a conurbação seja evitada, as ruas, a diversidade, a topografia, o sol, o vento, são premissas fundamentais para o desenho da cidade, recusando a simetria, esta autora, propõe uma cidade dividida em zonas específicas com funções distintas Habitat, Trabalho 'industrial, liberal e agrícola', Cultura e Lazer (Choay, p. 27, 1998).

Outro dos modelos muito estudado e com muitos adeptos foi o modelo naturalista que teve como principal impulsionador o arquiteto Frank Lloyd Wright (1867-1959), o qual apresenta uma proposta anti industrialista, negando o progresso e a tecnologia, subordinando a arquitetura à natureza (Idem, p. 30).

Apesar da expansão de novos modelos urbanísticos, refira-se que as periferias e diferenças sociais continuaram a vingar, em Lisboa o exemplo destes acontecimentos

é a avenida Gago Coutinho ou o bairro do Restelo, onde a construção de imponentes moradias, junto ao rio, contrasta com a periferia de bairros construídos no âmbito do realojamento (França, p. 110, 2005).

Contudo, se por um lado, o automóvel tornou-se na alavanca de expansão, passando a ser um dos problemas mais perturbadores e incómodo da vida citadina, contaminada com construções frágeis e precárias, perante uma realidade urbana tão complexa e fragmentada pelas vias de comunicação. Por outro e recuando a 1853, quando o ascensor é inventado por Elisha Otis (1811-1861) permitiu a construção em altura revolucionando o modo de pensar os edifícios. Desta forma a Europa que era a criadora cultural universal é ultrapassada pelos Estados Unidos da América, com a construção de edifícios com altitudes nunca antes testados mudando radicalmente estas inovações a maneira de viver e estar do ser humano. Confirmando-o Louis Sullivan (1856-1924) “ (...) o desenvolvimento da produção do aço abriu caminho a construções seguras, estáveis, económicas e passíveis de alcançar alturas, possibilitando alojamento ao imparável aumento da densidade populacional (...) ” (Rodrigues, p. 13, 2010).

Apesar de todas estas ideias desenvolvidas, as cidades continuam a crescer descontroladamente com uma grande concentração populacional e todas as suas multifuncionalidades dinâmicas, a este fenómeno Ascher designa por “metropolização” (Ascher, 2012, p. 62). É nas metrópoles que se concentram as categorias sociais mais abastadas, a maior parte dos capitais, dos valores prediais e imobiliários, simultaneamente também é aqui que existe a maior concentração de pobres, desempregados e excluídos, a atividade terciária também é a mais evidente nas metrópoles (Idem, p. 39).

A metropolização começa por ter um carácter mononucleado radial concêntrico, existindo um centro e tudo funciona à sua volta, mantendo a contínua desertificação dos campos, procurando os trabalhadores melhores condições de vida, gozando as habitações de ventilação e luz natural, criando espaços verdes dando uma estrutura mais orgânica à cidade. É necessário relacionar espacialmente o centro representativo e de negócios, os centros de produção, os de residência e os espaços livres para recreio e para expansão (Ascher, p. 10, 11, 1998).

Com esta nova realidade surgem as zonas residenciais ou cidades dormitórios que trouxeram as primeiras incongruências no planeamento, os centros representativos de negócios estavam instalados nas áreas centrais, provocando um movimento

pendular de pessoas das periferias para os centros e inversamente, originando a criação de novas infraestruturas de transporte e congestionamentos nos centros. Toda a organização do espaço será nula se não existirem acessos adequados, meios de transporte coletivos eficazes e uma rede de trânsito capaz e inteligentemente planeados, os transportes aumentaram a área de influência dos centros urbanos e consequentemente a sua escala (Ibidem).

Com a desindustrialização e as redes de telecomunicações introduziram um novo modelo de hierarquização do território, em que o princípio de proximidade perde importância a favor da criatividade. Estes movimentos começam a originar uma metrópole polinucleada ou policentrada, *metropolinuclear* (Idem, p. 44), transformando normalmente as cidades em espaços difusos, fragmentados e promovendo o declínio económico das zonas centrais e vazios industriais urbanos (Ibidem).

É neste contexto que Ascher no seu livro *Metapolis* (1998) esquematiza os sistemas urbanos através da rede christalleriana [fig. 1], “em que as cidades se distribuem segundo hierarquias na qual a influência e as relações se processam em função da dimensão” (Idem, p.18) e a rede em hubs e spokes [fig. 2], que é um sistema urbano, onde se pode considerar que Odivelas está inserida que é um “sistema urbano metropolitano onde apenas as cidades maiores ‘hubs’ mantêm relações diretas com várias outras, enquanto as menores estão apenas ligadas diretamente a uma cidade principal” (Ibidem).

A paisagem urbana mudou para uma extensa cidade-região polinucleada, em consequência do aumento das cidades e da execução de uma extensão de infraestruturas pouco coerentes, generalizada pela rodovia para utilização automóvel enquanto sistema de transporte dominante, menosprezando as mudanças provocadas pela fomentação da fragmentação urbana e social, com uma segregação horizontal do uso do solo no interior da extensa região metropolitana (Idem, pp. 61-64, 2012).

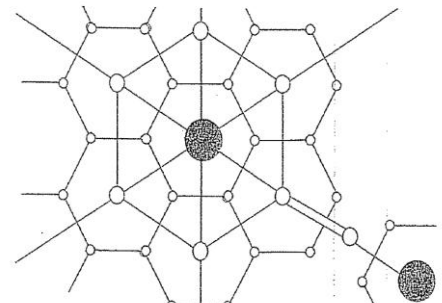


Figura 1: A evolução dos sistemas urbanos: rede christalleriana, (Ascher, 1998, p.18)

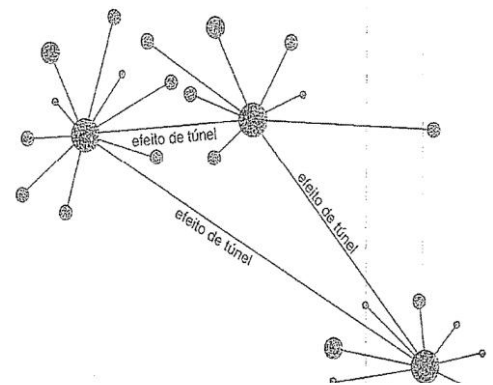


Figura 2: A evolução dos sistemas urbanos: rede em hubs e spokes. (Ascher, 1998, p.18)

Com esta transformação da cidade e com a limitação imobiliária dos centros das cidades, a tendência para a urbanização periférica ou “*periurbanização do habitat*” (Idem, 2012, p.159), foi facilitada por políticas públicas, direitos de mudança de uso dos solos, apoios à construção nova, favorecendo a moradia individual. Esta atitude promove a região metropolinuclear através das várias polarizações de uma região metropolitana, desprovendo desta forma a região metropolitana (Ibidem).

Numa perspetiva futurista e ainda utópica, são as metrópoles de alta tecnologia, prevendo-se que as cidades em 2053 irão proporcionar mais bem-estar. Os edifícios serão mais inteligentes, os transportes públicos e as bicicletas irão substituir os automóveis devido ao fenómeno de fixação das pessoas nas cidades, que no início do século XX era 13% da população mundial e em 2050 estima-se que esse valor possa chegar aos 70%, apesar de na Europa já atingir hoje os 75% (Expresso, 2014), atingindo Lisboa os 62% (INE, 2011).

Nestas futuras cidades mais inteligentes, as melhores serão aquelas que consigam conciliar a eficiência tecnológica, com o bem-estar, a cultura e o sentimento de pertença a quem nelas habita. No contexto das cidades com Núcleos Históricos, como as portuguesas, a sustentabilidade energética vai ser um fator importante, haverá mais transportes públicos, os peões e os ciclistas serão reis, estando em desuso o automóvel porque haverá fortes restrições de acesso a esses núcleos (Expresso, 2014).



Figura 3: Cidades de alta tecnologia em 2053, (Gregor Schuster, 2013)

Nestas circunstâncias e depois da aglutinação a que estiveram sujeitos os centros identitários, urge unir forças dos vários polos da metrópole, aproveitar convenientemente o impacto que têm as cidades históricas e consolidadas, contrariando a perda continuada de núcleos, através da possibilidade de funcionarem em rede. Como exemplo, Lisboa região cada vez mais metropolinuclear e com grande potencial numa lógica afirmativa da polarização, enriquecendo-a como conjunto metropolitano através do turismo que cada vez mais é o futuro das cidades, criando triângulos de visita entre os vários polos, tendo Odivelas património e potencialidade para adquirir o estatuto de um novo polo enriquecedor dessa metrópole que é a Área Metropolitana de Lisboa (AML).

1.2 - COLAPSO DO MODELO INDUSTRIAL E A EMERGÊNCIA DE UM NOVO PARADIGMA

Exigindo este tema um entendimento das mutações anteriores e porque o Modelo Industrial colapso, importa redesenhar um panorama social e económico do último século procurando entender como esta transformação socio-urbana aconteceu tão rapidamente e que influências causaram às cidades que são o produto desenhado ao longo dos séculos.

Recuemos até ao início do século XX, através do modelo de produção *Taylorista*, teoria elaborada pelo engenheiro norte-americano Frederick Winslow Taylor, que consistia num conjunto de teorias para o aumento da produtividade do trabalho fabril através de esteiras fabris com o objetivo de simplificar ao máximo a produção tornando únicas e repetitivas as operações de fabrico.

Já no Fordismo a produção deveria ser em massa, um modelo paternalista para com os seus funcionários que pretendia a racionalização da produção para diminuir custos, a fábrica Fordista reduzia as atividades humanas com o intuito de minimizar o operador monofuncional. Para potenciar a produção, o industrial norte-americano Henry Ford, pretende que os seus operários sejam vistos como consumidores da sua própria produção, revendo a política salarial da empresa pretende que os trabalhadores sejam pagos o suficiente para comprar os seus automóveis, nascendo assim, a produção automóvel em massa (Ascher, 1998). Modelos sociais retratados na película “*Tempos Modernos*” de 1936, de Charlie Chaplin (1889-1977), como uma forte crítica ao Capitalismo.

Ainda antes das décadas de 1950 e 1960 onde o padrão capitalista teve o seu auge com a acumulação de capitais, viabilizando o Modelo Industrial através de novos

processos de produção, afetando de forma transversal a nova forma de pensar a organização do tecido trabalhador. Surge o *Keynesianismo* que defende o *welfare State* ou Estado Providência e a teoria geral do emprego nas décadas de 1930/1940, John Keynes (1883-1946) economista britânico, defende melhores regalias e melhores salários para os funcionários e a intervenção do Estado na economia e que este regulamente o setor económico, exigindo este autor uma forte garantia das políticas sociais (Idem, pp. 49-58, 2012).

Com esta nova realidade económica e social de aparente harmonia entre patrão e empregado, na década de 1960 surgem muitas insatisfações com o modelo de produção capitalista, as lutas e reivindicações nos locais de trabalho começam a surgir demonstrando os trabalhadores a saturação pelos modelos em referência, implementando um forte poder sindical, insatisfações e lutas que perseguiram com a crise da década de 1970 e a consequente decadência do Modelo Industrial.

Esta crise foi desencadeada em 1967, logo após à *Guerra dos Seis Dias*², que forçou os membros da OPEP a tomar atitudes drásticas, com o propósito de centralizar a política de preços do petróleo, obrigando ao mundo Ocidental a rever as suas políticas produtivas e energéticas (Pindyck, Rubinfeld, 1994).

Perante a decadência dos processos produtivos, o *Toyotismo* destaca-se através do avanço tecnológico economizando recursos de produção, através de uma produção mecanizada evitando grandes fábricas com milhares de trabalhadores. Este modelo defendido pelos engenheiros japoneses Eiji Toyoda (1913-2013) e Taiichi Ohno (1912-1990), têm o seu epílogo na década de 1980 numa interpretação dominante do capitalismo mundial, década caracterizada pela crise da superprodução, procurando as economias mundiais a produção de variedade de bens a baixos preços (Ibidem).

Estas novas ideologias políticas e a queda do consumo de produtos industrializados a diminuição de funcionários na indústria e consequentemente o aumento das taxas de desemprego, provocam uma queda da taxa de crescimento da produtividade mundial, desta forma o neoliberalismo impõem-se, com a privatização do Estado e com alterações aos direitos do trabalhador (Idem, p.230).

Este novo modelo de gestão de produção está vinculado à Terceira Revolução Industrial, onde a concorrência, a valorização do capital e as adaptações da estrutura

² Conflito Israelo-Árabe que durou seis dias.

produtiva passam para uma escala global através da liberdade de mercados e onde deixam de existir fronteiras sociais e espaciais (Ibidem).

Com a crise dos anos 1970, as novas políticas produtivas e da economia e a desindustrialização, inicia-se um novo modelo empresarial, optando as empresas a deslocalizar-se para as periferias porque o preço do uso do solo nas zonas centrais atingiu preços exorbitantes, iniciando-se desta forma o despovoamento das zonas centrais e a consequente degradação do edificado.

Com a permanente transformação e a criação de cidades dentro das cidades, através da expansão *periurbana* (Ascher, p. 159, 2012), com graves problemas de infraestruturas, volumetria e descontinuidade, a sociedade revela uma constante insatisfação absorvendo o novo mundo moderno deixando para trás a cidade tradicional, com uma rapidez que, “ (...) *cresce, cresce sempre, porque para a cidade, parar é morrer (...)* ” (Távora, p. 35, 2006), esta caracterização, através da cidade e da sociedade urbana, revela que estamos no tempo do vale tudo.

Delapida-se a identidade que seria o melhor documento histórico da sua evolução, com a destruição dos seus valores patrimoniais fruto da rapidez de ocupação dos solos, distanciando-se cada vez mais da natureza, aglutinando as vilas e aldeias mais próximas, que eram premissa do planeamento tradicional. Nesta sociedade as estradas passam a mega-vias de comunicação cujo objetivo era chegar a determinado ponto o mais rápido possível, relativizando o que for necessário destruir.

Neste novo paradigma de organização urbano-metropolitana, das cidades dispersas e fragmentadas configura-se a metrópole polinucleada, passando de forma independente cada polo a elaborar propostas transnacionais ou globais através da utilização das Novas Tecnologias de Informação do Conhecimento ‘NTIC’.

Sendo a ‘estrela’ deste paradigma o espaço-tempo, a instantaneidade e a velocidade do tempo passam a ser fundamentais na nova realidade global da mega cidade ou metápolis e das novas realidades urbanas em que as redes de telecomunicações introduzem um novo modelo de hierarquização do território, cujo princípio da proximidade perde importância tomando como maior valência a criatividade (Ascher, pp. 86, 87, 2012).

Nesta perspetiva em que as TIC permitem a nomadização do trabalho, provocando a necessidade de uma economia cognitiva com novos meios financeiros e de serviços especializados, pondo em causa o Estado-Providência que era muito dispendioso, emergem os principais componentes das transações internacionais e os

hiperespaços, onde o real e o virtual, a intimidade e a sociabilidade familiarizam-se. Os centros de controlo da economia global e a localização dos pontos-chave para o desenvolvimento desta realidade atraem as indústrias de ponta que passam a ser os principais pontos de referência, sendo a inovação e a investigação aplicada os de maior valor nesta economia cada vez mais terciária (Ibidem).

Com esta nova forma de vida e com a modernização dos meios de transporte, nascem os novos modelos urbanísticos, colmatando estes as grandes distâncias entre o local de trabalho e a residência. O automóvel permite uma maior distância dos antigos e longínquos centros históricos, tornando estes cada vez mais distantes, desatualizados e insuficientes nesta nova realidade da nova sociedade pós-industrial, por falta de estacionamento, ruas de dimensão reduzida. A introdução de novas infraestruturas e a adaptação às novas polo tipologias exigidas por este novo modelo socioeconómico são as principais razões para esta inadaptabilidade desta nova sociedade aos núcleos históricos (Ibidem).

Esta novidade urbana conjugada com a sociedade de consumo, cada vez mais insaciável, promove o processo de decadência dos núcleos históricos das cidades, ficando estes cada vez mais estrangulados pelo tráfego e pela alteração dos seus principais usos, o comércio tradicional e a habitação. Obrigando esta nova realidade, numa primeira fase a substituir o comércio tradicional por centros comerciais e mais tarde levando para a periferia as grandes superfícies comerciais, colocando a sociedade de consumo no seu auge, abdicando da sociedade da proximidade e dos afetos.

Após um século em que prevaleceram o caos social e urbano em consequência da explosão demográfica e da evolução da sociedade desde a Revolução Industrial, de duas Guerras Mundiais, das lutas sociais, onde surgem novas ideologias políticas, a emancipação da mulher, o auge e o fim do Capitalismo, podemos afirmar que social e arquitetonicamente o século XX foi absolutamente marcante na história da Humanidade.

Apesar de tudo, com esta aceleração da modernização em que o paradigma do espaço-tempo, a instantaneidade e a sustentabilidade, têm prioridade e depois das múltiplas reflexões na passagem para o século XXI, é de evidenciar os progressos e dramas económicos e sociais realizados no último século. Provocando esta rápida evolução a entrada numa terceira fase da modernização, através de uma sociedade mais racional que está na base da modernização, mais individualista pelo confronto com circunstâncias individuais e mais diferenciada, revelando o desenvolvimento da complexidade da vida social e conhecimentos científicos.

1.3 – PATRIMÓNIO E NÚCLEO HISTÓRICO NA AFIRMAÇÃO DA CIDADE/METRÓPOLE

Em consequência dos pontos anteriores e a partir do colapso do Modelo Industrial, o declínio dos núcleos históricos aglutinados e manipulados pelas cidades através da desindustrialização, a desertificação e consequente crise do comércio são uma realidade, afirmando-se cada vez mais a cidade como metrópole polinucleada funcionando de forma centrífuga relativamente a esses núcleos.

Neste contexto está implícito estudar como adaptar estes núcleos à cidade contemporânea dominada pela sobremodernidade produtora de espaços abandonados, fragmentados ou de passagem e o crescimento associado ao aumento de circulação, da comunicação e do consumo, serão estes espaços que modelaram novas formas de interação, através da criatividade.

Apesar de todas as crises enquadrarem o Homem/Mulher numa reflexão, defendendo ou contrariando paradigmas, teorias ou conceitos e ser impossível libertarmo-nos do passado e entrar em rutura com toda a identidade e com a nossa génese, é necessário um justo equilíbrio entre o passado e o futuro, sendo o património um enorme potencial para a convergência da identidade e da génese de um povo. Nesta perspetiva importa valorizá-lo e entendê-lo para conseguirmos um entendimento do núcleo histórico/zona central.

1.3.1 - Património

A obra *De Architectura* de Marcos Vitruvius Polião (c. século I a. C.) pode-se afirmar como o primeiro tratado da arquitetura, que apesar de não ser ilustrada, foi sem dúvida a primeira tentativa de regulamentação do património através da arquitetura tornando-se muito discutida e utilizada no *Renascimento* através dos *Tratadistas*.

Para além dos tratados realizados, influenciados por Vitruvius, as obras dos *Tratadistas* eram acima de tudo divulgadoras dos vários estilos arquitetónicos europeus, Sebastiano Serlio (1475-1527) com a obra *Os Sete Livros da Arquitetura*, Leon Batista Alberti (1404-1472), com *Os Dez Livros da Arquitetura*, Andrea Palladio (1508-1580) e *Os Quatro Livros de Arquitetura*, ou Giacomo Vignola (1507-1573), que executou a obra de Vitruvius ilustrada e influenciou em grande medida as obras de Miguel Ângelo (1475-1564), entre outros, foram os grandes impulsionadores dos *Tratados de Arquitetura* (Upjohn, Wingert, Mahler, 1975).

Com o Renascimento e Humanismo no século XV, aborda-se o conceito de monumento, através da valorização das antiguidades arquitetónicas, iniciando-se o conceito de património. O *Renascimento* é antes de mais um novo espírito que transforma as artes, as letras, as ciências e todos os modos de pensamento no século XV e XVI, também é conhecido como *Quattrocento* dos italianos. A grande vaga artística que tinha invadido a Europa Gótica do século XIII, tinha então perdido toda a sua força, no século XIV envolta numa certa acalmia a arte retoma o fôlego no século seguinte. (Idem, pp 46-102).

Entretanto no século XVII, devido à decadência da Igreja e numa altura em que o *Renascimento* com a sua estética e beleza pura, racional e serena pareciam triunfar, nasce o Barroco, muito por influência da Igreja para cativar fiéis, que tinha como premissas que “*devia atingir-se a fé mais pela emoção dos sentidos do que pelo pensamento*” (Idem, p. 15), que veio a prolongar-se até ao século XVIII com o nome de *Rocaille* ou *Rococó* (Ibidem), estilo arquitetónico muito utilizado em Portugal e com muitas referências, nomeadamente a Igreja Matriz de Odivelas.

Já no século XVIII e através das ilustrações de Giovanni Piranesi (1720-1778) que alertam as consciências para o valor patrimonial e arquitetónico em perda e ruína, inverte mentalidades relativamente ao património. Contagando este estigma no século seguinte o inglês John Ruskin (1819-1900), que considerava que os monumentos deveriam ser conservados e com uma continuada manutenção, mantendo-se intocáveis, opostamente Viollet-le-Duc (1814-1879), defendia que o restauro poderia utilizar formas e materiais que nunca o objeto tivera.

Viollet-le-Duc foi responsável pelo restauro da Catedral de *Notre-Dame*, em Paris, intervenção que teve grande impacto na defesa do património. Apesar do antagonismo, estes tornaram-se pioneiros e contribuíram de forma indelével para a defesa do património (Salgueiro, 1992, p. 388).

Como um ensinador, do olhar e do, ver as coisas, os desenhos das cidades e os lugares de Ruskin influenciam e alteram mentalidades quando surge com indignação, pela forma de intervenção nos edifícios antigos considerando que a utilização do ferro é domínio da engenharia e não da arquitetura, sendo um dos principais críticos ingleses da arte da era Vitoriana do século XIX.

Ruskin era um estudioso, deixando um legado literário de mais de 250 obras, entre as quais se destacam *The Seven Lamps of Architecture* (1849), demonstrando o seu interesse pelo Gótico (Ruskin, 1990) e *The Stones of Venice*, depois de uma viagem

a Itália em 1835, desenvolvendo ilustrações arquitetónicas dessa viagem (Idem, 1925), que são autênticos Tratados da arquitetura. Defendendo que as obras dos edifícios góticos suplantavam toda a arquitetura devido ao sacrifício dos pedreiros em esculpir com grande minúcia cada pedra, por isso defendia que “ (...) *Podemos viver sem a arquitetura de uma época, mas não podemos recordá-la sem a sua presença. Podemos saber mais da Grécia e da sua cultura pelos seus destroços do que pela poesia e pela história.*” (Idem). Dentro da ideia romântica dos ingleses de recuperação do estilo Gótico, surge Augustus Pugin (1812-1852), impulsor do *Neogótico* e arquiteto real inglês, responsável por inúmeras obras, entre as quais o Parlamento Inglês.

Com espírito de vanguarda, Ruskin através da renovação do ornamento e das formas da arte decorativa, tem o seu epílogo na *Arte Nova*, através do movimento *Arts & Crafts* e mais tarde no modernismo do século XX.

Com todas as transformações a acontecerem através do crescimento desordenado das cidades e a destruição massiva de edifícios e monumentos leva a que os Humanistas alertem os responsáveis políticos para a conservação do património, iniciando-se o processo de classificação dos edifícios, passando as antiguidades, como eram apelidados na altura, a ser denominados de monumentos históricos (Choay, 2011).

No século XIX, em consequência da evolução dos conhecimentos, nascem três ciências, a etnografia, arqueologia e história da arte, que origina o Romantismo que deriva da relação entre o Homem e a Natureza apresentando-se este movimento contra os efeitos devastadores da Revolução Industrial passando a valorização patrimonial a sobrepor-se ao valor estético, numa primeira fase a primazia da conservação e restauro era para os edifícios eruditos (Idem).

Já no século XX, apareceram uma série de críticos e defensores do património. Alois Riegl (1858-1905), apesar de não poder prever o futuro valor económico do património histórico, era defensor da invocação deste valor da antiguidade e que fosse preponderante no século XX (Choay, pp. 251, 252, 2011). Adolf Loos (1870-1933), em sequência da *Arte Nova*, defendia que *ornamento é crime*, enquanto o ornamento é caro o depurado é barato, poupando o de bom gosto (Idem, pp. 81-85), tornando-se este arquiteto um dos percursores do Modernismo.

Os futuristas como Antonio Sant’Elia (1888-1916), que afirmava que não existia arquitetura desde o século XVIII, afirmando que a “ (...) *a beleza do cimento e do aço é profanada por decorações de carnaval (...) são repescadas do Egipto Antigo, da Índia*

(...) ”. (Idem, pp. 97-99). Por outro lado Kasimir Malevitch (1879-1935), “ (...) *o novo arquiteto será aquele que terá rejeitado Grécia e Roma e que, com o seu novo e passante talento empregará a nova linguagem da arquitetura. As cidades devastadas aguardam os vossos milagres (...) mas, por favor não tragam encadernações de velhas Bíblias e de Antigos Testamentos*” (Idem, pp. 103-105).

Neste raciocínio todas as teorias positivas ou negativas, foram fundamentais para a defesa do património e a manutenção de singularidade deste, opondo-se a um estilo universal e à generalização de soluções. Que depois de séculos de indefinições e a inexistência de uma regulamentação sobre o monumento ou o conjunto de edifícios históricos, em 1903 o Projeto de Legislação dos Monumentos Históricos solicitado pelo Estado austríaco começa a dar a importância devida ao monumento histórico (Choay, 2011).

Depois da primeira Guerra Mundial (1914-1918) e devido à destruição massiva de edifícios de importância histórica e arquitetónica, a Itália começa a classificar conjuntos de edifícios, lugares e cidades, estando na vanguarda neste tema, contagiando esta valorização patrimonial a todo o Ocidente.

1.3.2 – Classificação do Património e Núcleo Histórico

Sendo o património tão potenciador do núcleo histórico como um tema tão complexo e controverso, só na segunda década do século XX é que se começou a estabelecer noções sobre a gestão patrimonial mundial através de convenções internacionais em que participaram diversos Estados. Firmando várias Cartas de compromisso, algumas delas convergentes em muitos aspetos na preservação de edifícios ou cidades com valor histórico e também na viabilização através de apoios legislativos, financeiros e políticos para sustentarem a integração do património na vida contemporânea das cidades, permitindo assim aos Estados uma reflexão na organização territorial, política e civilizacional.

Sendo a *Carta de Atenas* de 1931, a primeira das Cartas, nesta constavam as conclusões da *Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*. Faziam parte do conteúdo a defesa da conservação e regulamentação da manutenção dos monumentos, a zonificação da envolvente aos monumentos que também deveria ser definida como área de proteção. O acompanhamento dos trabalhos novos ou de reabilitação dos monumentos e edifícios envolventes devem ser acompanhados por

arquitetos assim como uma equipa multidisciplinar como por exemplo especialista em conservação e restauro (CIAM, 1933).

Após esta *Carta* sucederam-se outras, embora seja importante reter que ao longo dos anos que a sucederam tem-se aprofundado, cada vez mais, o conceito de património no contexto do núcleo histórico como valor cultural e social, enaltecendo-os e introduzindo a conservação que se refere à reabilitação/manutenção dos edifícios, na renovação está implícito a demolição e reconstrução de edifícios, mantendo a malha urbana existente, e por fim, a reabilitação aplicada ao edifício a manter, implicando apenas alguns restauros e conservação (Salgueiro, 1992, p. 390).

Com o primeiro grande exemplo de sucesso no restauro e conservação que foi o Plano de Reabilitação do Centro Histórico de Bolonha (1963) ficou demonstrado que a integração da sociedade é fundamental num bom Plano de Reabilitação, adaptando-se às necessidades contemporâneas de cada época e promovendo desta forma a utilização sem perder a identidade desse lugar.

No início da década de 1960, alguns arquitetos iniciam um processo de reflexão crítica à descaraterização urbana das cidades, incidindo sob a salvaguarda do património, da identidade e da memória coletiva, dando origem, em 1964, à *Carta Internacional Sobre a Conservação e Restauro dos Monumentos e dos Sítios*, conhecida por *Carta de Veneza* (ICOMOS, 1964). Que consistia basicamente em manter os núcleos históricos conforme estão, implementando políticas de restauro para estes conjuntos, despoletando inúmeras discussões, degenerando em dualidades de teorias como a singularidade/identidade, exigindo a cada sociedade a sua autonomia na gestão do seu edifício ou do seu lugar, cabendo a esta gerir da melhor forma o seu património e nunca esquecer da “ (...) *utilização ética das nossas heranças edificadas* (...) ” (Choay, 2011, p. 51).

Em 1975 em Estrasburgo é redigida a *Carta Europeia do Património Arquitetónico* (Concelho da Europa, 1975) por iniciativa do Conselho da Europa ao proclamar este ano, como o *Ano Europeu do Património Arquitetónico*. Implementou-se com esta *Carta* que o conjunto dos países europeus deveriam sensibilizar a opinião geral sobre os insubstituíveis valores culturais, sociais e económicos dos monumentos, conjuntos e sítios, nos meios urbano e rural herdados do passado. Promovendo através de uma política europeia comum uma ação concertada que recomende os governos e Estados membros a adotar medidas legislativas, administrativas, financeiras e educativas com o intuito da conservação do património arquitetónico. Sendo esta *Carta*

mais abrangente e com a premissa de os Estados membros tomarem medidas próprias para salvaguardar o património cultural comum da Europa e encorajar o seu desenvolvimento, através do compromisso assumido, como tal:

O património arquitetónico é de expressão insubstituível da riqueza e da diversidade da cultura europeia, é herança comum de todos os povos e que a sua conservação implica, por consequência, a solidariedade efetiva dos Estados Europeus; Considerando que a conservação do património arquitetónico depende largamente da sua integração no quadro de vida dos cidadãos e da sua consideração nos planos de ordenamento do território e de urbanismo (Idem).

Sendo este documento, o mais completo e concreto na problemática do património e núcleos históricos e principalmente porque se aplica ao caso de estudo da presente investigação, transcreve-se alguns dos seus princípios e pensamentos com o objetivo, importantíssimo, de lembrar que existem compromissos assumidos e que não podemos manter o atual estado de abandono do núcleo histórico de Odivelas.

1.º O património arquitetónico europeu é formado não apenas pelos nossos monumentos mais importantes mas também pelos conjuntos que constituem as nossas cidades antigas e as nossas aldeias com tradições no seu ambiente natural ou construído (Idem).

Neste primeiro princípio reflete-se a necessidade de existir uma preocupação com o enquadramento dos monumentos, que até então eram o único alvo de investimento na recuperação ou restauro, se o enquadramento for alterado o monumento poderá perder o seu carácter patrimonial, para além dos conjuntos poderem oferecer qualidades de ambiente diversificados que articulados com o património poderão testemunhar a presença de história e da sua importância.

2.º A encarnação do passado no património arquitetónico constitui um ambiente indispensável ao equilíbrio e ao desabrochar do homem (Idem).

Com este princípio esclarece-se que o Homem independentemente da sua civilização ou mudanças sente a necessidade do património, pertencendo este património à memória do Homem de hoje e na sua falta amputa a gerações futuras a riqueza e a diversidade daquilo que lhes pertence.

3.º O património arquitetónico é um capital espiritual, cultural, económico e social de valor insubstituível (Idem).

A preservação do património é o aspeto fundamental deste princípio que realça que apesar de cada geração interpretar de maneira diferente o passado, dele retira

ideias novas. Sendo este saber insubstituível por grandes criações, de realçar também que a poupança de recursos poderá estar na utilização desse património.

4.º A estrutura dos conjuntos históricos favorece o equilíbrio harmonioso das sociedades (Idem).

Com referência aos conjuntos históricos, como meio adequado ao desenvolvimento de um leque de atividades, este princípio releva também a possibilidade de uma integração das populações e evitar a segregação das classes sociais.

5.º O património arquitetónico tem um valor educativo determinante (Idem).

Sendo o património arquitetónico uma fonte de explicações e comparações das formas e exemplos das suas utilizações, este é um fator determinante na imagem e no contato direto para a aquisição de uma importância na formação dos homens. É portanto, importante conservar vivos os testemunhos para as gerações mais jovens, que futuramente terão responsabilidade sobre esse património, são estes os aspetos mais relevantes do quinto princípio.

6.º Este património está em perigo (Idem).

O alerta é a principal ‘deixa’ neste princípio, referindo-se á ameaça pela ignorância, pelo abandono e pela degradação. Mostrando uma preocupação pela pressão imobiliária e pelo urbanismo destruidor da circulação e económico.

7.º A conservação integrada afasta as ameaças (Idem).

A maior preocupação neste princípio consiste na conservação integrada, que deverá ser o resultado de uma ação conjugada entre técnicas de restauro e a procura de funções apropriadas. Neste princípio o espírito de justiça social é primordial e não deve provocar o êxodo dos habitantes de condição modesta. A conservação integrada não deverá ser exclusiva da arquitetura contemporânea em conjuntos antigos, deverá enquadrar-se ao existente, respeitando as proporções, a forma e a disposição de volumes, bem como os materiais tradicionais.

O oitavo princípio propõe aspetos de gestão jurídica e política na conservação do património, através da utilização de equipas multidisciplinares qualificadas, incluindo uma garantia de continuidade dessa conservação e restauro, através da formação e criação de emprego. Relativamente ao nono, invoca a uma participação de todos os cidadãos nas decisões sobre o património, já que “*cada geração não dispõe do património arquitetónico, senão a título transitório*” (Idem).

10.º O património arquitetónico é um bem comum do nosso continente (Idem).

Por último o décimo princípio propõe que todos os problemas de conservação são comuns a toda a Europa e devem ser tratados de uma forma coordenada. Cabe ao Conselho da Europa assegurar a coerência da política dos seus Estados membros e de promover a sua solidariedade.

Carta Europeia do Património Arquitetónico, adotada pelo Comité dos Ministros do Conselho da Europa, proclamada no Congresso sobre o Património Arquitetónico Europeu, Amsterdão de 21 a 25 de Outubro de 1975 (Idem).

Em continuidade à *Carta Europeia* de 1975, em 1985 esta é reforçada com a *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitetónico da Europa* (Conselho da Europa, 1985), o qual define como património arquitetónico, os monumentos, os conjuntos arquitetónicos e os sítios, acrescentando que deverão ser definidas delimitações geográficas de zonas de proteção destes elementos, implementando-se desde então o “*regime legal de proteção do património arquitetónico*” (Conselho da Europa, 1985, art.º 3º).

Num alerta ao impacto de destruição dos conjuntos urbanos, provocado pelo urbanismo liberal da cidade pós-industrial, em 1987 a ICOMOS nos Estados Unidos da América elabora uma *Carta* centrada nos conjuntos urbanizados independentemente da escala com o teor de que todas as cidades, vilas, centros ou bairros devem reunir uma morfologia que seja representativa da história urbana, sendo este documento um complemento à *Carta de Veneza*, com a grande inovação da valorização do Lugar ‘do cheio e do vazio’, desde que tenha valor histórico que permita a transmissão a novas gerações (ICOMOS, 1987).

No contexto português e complementando a documentação descrita, propõe-se uma passagem contemporânea, pela documentação que regulamenta este tema da Direção Geral do Território, “*Os Núcleos Históricos ao serem parte integrante do centro urbano antigo das cidades, constituem-se por conjuntos urbanos com interesse histórico cuja homogeneidade permite considerá-los como representativos de valores culturais, nomeadamente históricos, arquitetónicos, urbanísticos ou simplesmente afetivos, cuja memória importa preservar*” (DGOTDU, p.129, 2005).

Do exposto importa relevar o conceito de revitalização estratégica que nesta pesquisa é re combinado com o conceito de metrópole polinucleada. Tendo presente a problemática apresentada na Introdução, o objetivo desta pesquisa é saber em que medida a revitalização do centro histórico de Odivelas pode constituir uma estratégia que potencie a capacidade polarizadora desta aglomeração urbana no contexto da

metrópole polinucleada de Lisboa. Dito por outras palavras, é importante perceber em que medida a revitalização urbana e arquitetónica do seu núcleo histórico poderá constituir uma estratégia para enfrentar a competição de outros aglomerados urbanos que integram a Área Metropolinucleada de Lisboa.

Desta forma, o recurso ao conceito de Revitalização Estratégica, conceito presente no título desta dissertação, tem como objetivo motivar intervenções necessárias à reabilitação de um conjunto de edifícios de reconhecido valor patrimonial, sendo de considerar também a reconfiguração do espaço público envolvente que complementa esse conjunto, evoluindo este conjunto de intervenções para a regeneração e revitalização da área urbana em estudo.

Inspirado em Laia (2014: 45-47) este conceito refere-se também à articulação de intervenções de reabilitação ou reconfiguração pontual do edificado existente e às consequentes mudanças sociais, culturais e económicas no desenvolvimento local, objetivando a inversão da situação obsolescente em que se encontra um conjunto urbano. Relacionando-se também com a requalificação ações diversificadas, cujo principal objetivo é a reconversão de espaços que perderam as funcionalidades do passado, constituindo-se a revitalização urbana como um elemento de carácter acelerador, dinâmico e estratégico, com o objetivo da melhoria das condições de vida nesses espaços ou conjuntos urbanos degradados, tornando-se Odivelas com esta transformação num polo de importância estratégica no contexto da AML.

1.4 - ACUPUNTURA URBANA COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO URBANÍSTICA

Este constante processo de transformação da sociedade produtora de mudanças e transformações que evoluiu com a modernidade, onde as sociedades ocidentais estão em constante mutação. Percebe-se que estamos a entrar na terceira revolução urbana, implicando essas mutações necessárias e importantes transformações na produção e gestão das cidades e do território.

No atual contexto de crise em que as transformações são dificultadas por questões financeiras está implícito que as mutações em referência desta nova revolução urbana não se apliquem apenas a novos centros, mas também a intervenções no património, ou revalorização dos núcleos históricos com intervenções marcantes e pontuais com efeito imediato e propagador, na perspetiva da reconfiguração e regeneração com novos habitantes nestes locais. Para que isso aconteça, está implícito

estudar como adaptar a cidade contemporânea com ideias e soluções sustentáveis e propagadoras ao resto da cidade.

Contrariando esta tendência, da cidade abandonada, pequenas intervenções são capazes de gerar melhorias significativas nas cidades. O conceito de *Acupuntura Urbana* faz parte de uma teoria de ecologia urbana em que propõe, principalmente, o desenvolvimento sustentável criando um conjunto de ações de revitalização que podem mudar a vida da cidade através de três desafios fundamentais, a mobilidade, a sustentabilidade e a tolerância à sociodiversidade (Lerner, p. 7-9, 2003).

Para que haja equilíbrio entre estes fatores, é fundamental a mistura destes, quantos mais elementos relacionados a estas questões, melhor os efeitos positivos na cidade, haverá mais contato entre as pessoas e mais diversidade. Contribuindo para que os locais se tornem mais humanizados, sendo este o ponto mais importante para que resultem estas intervenções. A confirmar estas questões uma frase do autor que diz, “*A cidade é uma integração de funções. Quanto mais você integrar as funções urbanas, quanto mais misturar renda, idade, mais humana a cidade, ficará*” (Lerner, p.57, 2003).

A *Acupuntura Urbana* reflete um tipo de intervenção pontual, muito concreta e de rápida execução propagando os seus benefícios ao resto da cidade, abreviando os longos períodos para planeamento de uma estratégia. Propostas para dignificar o imperfeito, reorganização do sistema de transportes, rever os espaços públicos e revitalização do comércio, poderão ser propostas para manter o crescimento da cidade sem a mortalizar nos pontos mais sensíveis e críticos como são neste momento os seus núcleos históricos. Na maioria dos casos por falta de investimento público e privado nesses locais, tornando-os ultrapassados e pouco interessantes. Não entendendo que estas intervenções belisquem a estrutura da cidade nem lhe retirando nenhum pedaço, mas sim readaptá-la a uma nova realidade e conseqüentemente a novas funcionalidades mais contemporâneas (Ibidem, pp. 45-49).

Exemplifico o caso da cidade de Curitiba, no Brasil, que é um caso pioneiro e emblemático neste modelo de atuação e que se destacou pela forma de intervenção urbana e particularmente ambiental, pela sua revolucionária proposta para a mobilidade, pela sua atuação na recuperação de espaços para os cidadãos, pela sua aposta nos espaços verdes e pelos seus programas de consciencialização dos cidadãos. Tornando esta cidade numa referência internacional no desenvolvimento urbano-sustentável.

Na década de 1960, Curitiba estava com um forte crescimento demográfico, provocando um alarme entre os responsáveis pela cidade, com os riscos de congestionamento e as mudanças de caráter da mesma. Numa tentativa de antecipação a esta nova realidade pôs-se em marcha a elaboração do Plano Diretor, aprovado em 1965, posto em prática, com alguns ajustes em 1971, quando Jaime Lerner (1937) se torna o Presidente da Câmara de Curitiba, liderando a grande transformação desta cidade com ideias lideradas pela sua filosofia de *Acupuntura Urbana* (SMMA de Curitiba, 2014).

Do ponto de vista urbano, a acupuntura, situa-se no oposto dos modelos de planeamento tradicionais, de longos períodos de execução e de difícil gestão, conforme Jaime Lerner relata;

"Penso que podemos e devemos aplicar algumas 'magias' da medicina nas cidades, pois muitas estão doentes, algumas quase em estado terminal. Do mesmo modo que a medicina necessita de interação entre o médico e o paciente, no urbanismo, também é necessário fazer com que a cidade reaja. Tocar uma área de tal modo que possas ajudar a curar, melhorar e criar reações positivas em cadeia. É necessário intervir para revitalizar, fazer com que o organismo trabalhe de outro modo." (Lerner, p. 7, 2003)

Como medidas adotadas para o sucesso desta intervenção em Curitiba, destacam-se a renovação de transportes mais eficientes servindo os 'pontos-chave' da cidade e de baixo custo, com corredores de superfície estruturais com faixas exclusivas para estes, oferecendo à população um meio de transporte até sítios centrais da cidade, ao mesmo tempo retirou-se tráfego rodoviário. O automóvel é provocador de *"Cholesterol Urbano"* (Ibidem, p. 85), porque, *"O automóvel é a nossa 'sogra mecânica'. Temos que manter boas relações com ela, mas não podemos deixar que ela comande as nossas vidas. É preciso saber se relacionar com o automóvel, mas não ser escravo dele. As ruas são cenários prontos, caros demais para servir apenas uma função. Por isso, podem e devem ter um uso múltiplo e escalonado no tempo."* (Ibidem, p. 58). Algumas ruas transformando-as em ruas pedonais criando estas espaços de passeio e comércio.

Outras das referências neste tipo de intervenção são um conjunto de intervenções pontuais de recuperação dos espaços públicos degradados. A criação de grandes espaços verdes causam um impacto de relevância na população, espaços verdes que reutilizaram terrenos urbanos baldios, transformando-os em reserva ecológica, até porque, *"Alguém poderia imaginar o que seria a orla do Rio sem as*

árvores nas ruas transversais? Árvore é acupuntura que cura a dor da ausência de sombra, de vida, de cor, de luz.” (Ibidem, p. 75).



Figuras 4 e 5: Parque Barigui, Curitiba (Posto de turismo de Curitiba, s. d.)



Figuras 6 e 7: Ópera de Arame, Curitiba (Posto de turismo de Curitiba, s. d.)

Paralelamente implementou-se um programa de plantação intensiva de árvores, contrastando a cidade com o único parque existente criado em 1886 e que agora conta com 30 parques [fig. 4 e 5] com mais de oitenta milhões de metros quadrados em superfície verde (SMMA de Curitiba, 2014), parafraseando a população de Curitiba, *“Curitiba não tem mar, mas põe à disposição da população um mar de verde”* (SMMA de Curitiba, 2014).

O programa de reciclagem do lixo urbano, também foi pioneira nesta cidade a campanha criada em 1989, sob o lema *“Lixo que não é lixo”*, a reconversão de pedreiras em desuso e zonas menos dignas, foram mais uma medida de reconversão urbana desta cidade, com sucesso. Obras singulares e da autoria de até então arquitetos desconhecidos, em alguns dos casos foram lançados concursos nas universidades para o projeto destes equipamentos. A *Ópera de Arame* [fig. 6 e 7] é um dos mais singulares, construído com estrutura metálica tubular e revestimentos em policarbonato

transparente, estando assente diretamente na base em rocha existente (SMMA de Curitiba, 2014).

Este caso de sucesso partiu de Jaime Lerner, através da análise Fenomenológica da arquitetura e urbanismo da cidade de Curitiba e de muitas experiências verificadas em várias cidades do mundo.

Outro caso exemplificativo do sucesso de pequenas intervenções é o caso do Intendente [fig. 8 e 9], em Lisboa que era um bairro em declínio, onde imperavam a prostituição e a toxicodependência, com intervenções de melhoramento do espaço público cativou-se novos inquilinos cultural e socialmente mais elevados, optando por residir no centro da cidade por valores mais convidativos.



Figura 8: Largo do Intendente 'antes'
(Cidália, s.d.)



Figura 9: Largo do Intendente 'depois'
(Cidadania1x, 2013)

De fato, estando as cidades a redescobrir o valor económico das indústrias criativas e da cultura e começam a apostar fortemente nestes setores como forma de dinamização económica e de regeneração de zonas particularmente sensíveis em termos patrimoniais e arquitetónicos, promovendo as zonas nobres das cidades. Assistimos ao surgimento de um conjunto de apostas na rentabilização das oportunidades de regeneração urbana associadas a este tipo de indústrias, de que são exemplo, as estratégias assentes na afirmação de unidades territoriais especializadas, nomeadamente na especificidade da atividade desse núcleo histórico, como por exemplo, bairro museu; bairro de música, etc., que começam a ser concretizados em várias cidades de Portugal e no mundo. Como por exemplo em Bogotá que através da aposta do Ministério da Cultura colombiano em parceria com o *Bristih Council*, apostam na cultura como forma de dignificação da sociedade e inverter a violência, esta parceria consiste no desenvolvimento de atividades culturais com artistas de todo o mundo, promovendo desta forma o mês do teatro, o da dança, o da música, o do livro,

etc. captando atenções e regenerando os locais mais desertificados e consequentemente uma forte procura turística (Ministério da Cultura, 2014).

Muitas das soluções adotadas têm fortes implicações na identidade e morfologia dos territórios consolidando e tirando partido das identidades territoriais, noutros casos, no esforço de reproduzir localmente soluções bem-sucedidas, assistimos a uma crescente degeneração da identidade dos lugares bem como a alterações estruturais significativas da sua morfologia que importa acautelar. Assim, serão analisadas a problemática dos processos de regeneração urbana no que respeita aos modos de se assegurar um justo equilíbrio entre a salvaguarda da identidade dos lugares, e a capacidade de construir condições que lhes possibilite o desempenho de novas funções urbanas e de novas soluções de modernidade.

Porém, a valorização do passado apenas fará sentido se servir para refletir sobre o presente e prever/melhorar o futuro, tendo o património arquitetónico um enorme potencial, enquanto elemento ativo no combate à desertificação dos núcleos históricos e na valorização da história e identidade da sociedade.

CAPÍTULO II – O CASO DE ESTUDO, ANÁLISE E CARACTERÍSTICAS

Numa época em que o mundo ‘diminuiu’ e a instantaneidade do tempo é uma constante, esta dicotomia do espaço-tempo provocou novos conceitos que a utopia das grandes metrópoles de alta tecnologia virá a confirmar, entre os quais a organização urbano-metropolitana, que se baseia em cidades dispersas e fragmentadas. Abandonando o desenho urbano de morfologia de metrópole mononucleada resultante de um processo de suburbanização e de núcleos dormitórios.

Esta foi a problemática que Odivelas [fig. 10] viveu durante décadas e que agora, como centro urbano, poderá vir a ter uma função polarizadora no contexto da metrópole polinucleada de Lisboa, cada vez mais competitiva, em que toda a dinâmica está assente em novos centros, provocados pelas novas diretrizes económicas globais.



Figura 10 – Vista geral de Odivelas, (Odivelas.com, 2009)

Sendo Odivelas vítima de uma cidade periférica, apesar da vantagem de estar no centro da metrópole polinuclear de Lisboa e muito dependente desta nas atividades económicas, sociais e culturais, urge contrariar essa tendência, através de uma estratégia de competitividade, afirmando o seu património histórico, arquitetónico e urbanístico face à concorrência de outros polos no contexto dessa metrópole adotando políticas municipais que invertam esta tendência centrífuga que tem apresentado. Para Odivelas desempenhar um papel polarizador no âmbito da metrópole polinucleada de Lisboa será necessário potenciar todas as zonas que já fizeram história e que se encontram anuladas atualmente, invertendo este ‘naufrágio’ do saber.

2.1 - EVOLUÇÃO DA MALHA URBANA E CARTOGRÁFICA A PARTIR DA MATRIZ FUNDADORA DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS, O MOSTEIRO S. DINIS

Sendo as cidades resultantes de uma simbiose entre a morfologia urbana e a sociedade, recuamos aos primeiros sinais da ocupação de Odivelas que remontam ao Paleolítico Superior, como o comprovam os Monumentos Megalíticos existentes neste Concelho, os dólmens das Pedras Grandes e dólmén do sítio das Batalhas, na Freguesia de Caneças, classificados como monumentos nacionais pelo IGESPAR em 1949 e 1944 (IGESPAR, 2013), respetivamente, o Castro da Amoreira na Freguesia da Ramada, os vestígios romanos na Póvoa de Santo Adrião e os achados árabes no subsolo da Paiã, na Freguesia da Pontinha.

A fisiografia, com bons solos e abundância de água, originaram áreas férteis, proporcionando uma riqueza cinegética e posteriormente agrícola para as populações que ali habitaram. Apesar dos poucos elementos referentes a essa época, interessa referir na presente dissertação o legado patrimonial aqui existente, fruto do impulso dado a esta região pelo Rei D. Dinis, no século XIII, ao mandar erguer um Mosteiro e onde está sepultado, de interesse histórico e cultural desconhecido da maioria da população portuguesa e local, atraindo para as suas imediações, reis, príncipes e artistas, multiplicando-se na região a edificação de férteis quintas, devido às inúmeras ribeiras aqui existentes, tornando-se este Mosteiro na matriz fundadora deste espaço urbano (Figueiredo, p. 149 e sgs, 1889).

Este desconhecimento da população, salvo em algumas exceções, associam Odivelas ao Instituto do Colégio Militar contíguo ao Mosteiro, desconhecendo a existência de um conjunto patrimonial histórico e arquitetónico classificado e do qual falaremos abordar-se-á mais adiante. Promovendo este anonimato a atual degradação da Identidade e o esvaziamento da história local.

Odivelas no último século sofreu uma profunda transformação territorial e urbana mudando o seu carácter de aglomerado urbano de economia de subsistência, num contexto agrícola e monástico³, com uma cultura rural local, para uma vila periférica e totalmente dependente de Lisboa, até meados do século XX.

³ Até ao início do século XIX

Territorialmente ao analisarmos a morfologia urbana de Odivelas com incidência nas vias de comunicação em diferentes épocas, entende-se que estas vias correspondem a diferentes modelos de ocupação do território [Apêndice 2], condicionando as ocupações futuras tendo um carácter decisivo na organização do futuro território, até meados do século XX, vias naturais/antrópicas [fig. 11 e 12] que se desenvolveram como caminhos locais relacionados com o suporte, ou seja, propriedade maioritariamente rústica ‘quintas’ (Durão, 2012).

Depois das décadas de 1950/1960 [fig. 13], com o desenvolvimento urbanístico, desaparecem a maioria destas vias e quintas, substituídas por loteamentos, dando lugar ao dimensionamento e implantação de novas urbanizações, refira-se que o primeiro loteamento apresentado foi em 1949, consistindo num edifício de habitação coletiva com quatro pisos e tipologia de direito e esquerdo, sem qualquer consideração à malha urbana próxima (Durão, 2012).

A segunda metade do século XX é marcada pelo forte crescimento das grandes cidades ao mesmo tempo que se assistia a taxas de variação da população fortemente negativas dos concelhos do interior do país.

Nesta sequência de adulteração da paisagem demográfica e urbana, Odivelas tornou-se apetecível para alguns grupos económicos comprarem na região grandes propriedades, impondo-se o movimento de loteamento de terrenos que modificou profundamente a paisagem. Com os êxodos populacionais do interior para a Região de Lisboa a construção de bairros sociais marcou uma dinâmica urbana sem precedentes nesta cidade, promovendo a edificação de novos bairros e a consequente inexistência de infraestruturas. Desprovendo na maioria dos casos a correlação entre a cidade,



Figura 11 – Extrato da planta de Odivelas
1903. (DGOTDU, 2014)



Figura 12 – Extrato da planta de Odivelas
1957. (DGOTDU, 1957)



Figura 13 – Extrato da planta de Odivelas
1990. (DGOTDU, 2014)

○ Mosteiro S. Dinis e S. Bernardo

sociedade e a *genius locci*, promovendo um urbanismo contrastante e aglutinador do seu núcleo histórico, através de uma expansão urbana que era necessária, mas também em detrimento de planeamentos de urbanos e de recuperação.

Nesta evolução territorial e sem esquemas de planeamento e ordenamento aprovados pela autarquia, o interesse e o investimento financeiro imobiliário e na promoção ilegal de habitação passaram para a linha da frente da urbanização. Evidenciando-se a recriação do espaço urbano determinado pela geometria da propriedade e pela possibilidade dos promotores atuarem de forma independente no interior das suas parcelas através de projetos independentes e de rigor questionável, emergindo da paisagem urbanizações clandestinas, atualmente AUGI.

Com uma evolução demográfica explosiva onde o índice populacional em 1950 era de 6772, passando para 51395 habitantes em 1970 (INE, 2011), a obrigatoriedade da criação das primeiras infraestruturas foram decisivos para o aparecimento de novos conjuntos edificados privados, destacando-se a urbanização da Quinta do Mendes, muito próxima do núcleo histórico de Odivelas e que permitiu a abertura de um dos principais eixos viários de Odivelas, com acesso rodoviário a Lisboa pela Calçada de Carriche, sendo hoje este eixo o principal do núcleo urbano central [fig. 14 e 15] (Portas, et al, p. 279-283, 2011).



Fig. 14 – Avenida D. Dinis, Artur Batista, 1963
(pensarodivelas, 2014)



Fig. 15 – Avenida Augusto Abreu Lopes, Arquivo
Municipal, 1968 (pensarodivelas, 2014)

Nesta fase denotou-se um novo padrão de reorganização territorial através do avanço dos processos de suburbanização e da cidade-dormitório, definido por fortes pendularidades casa-trabalho-casa e marcada pela escassa oferta de espaços de qualidade. As carências de equipamentos urbanos eram evidentes, também a

dependência de Loures, dificultou a tarefa durante décadas para contrariar muitas questões de desurbanismo, tornando Odivelas ainda mais suburbana.

Evoluindo Odivelas nas duas últimas décadas e coincidentemente com a implementação da Comissão Instaladora do Município de Odivelas, para uma cidade com uma centralidade de características regionais, afirmando-se cada vez mais no conceito da cidade polinucleada e cada vez menos como subúrbio. Em plena afirmação na AML, Odivelas integra várias valências nos setores da atividade económica e uma miscigação de culturas, resultado da diversidade de gentes e de diferentes contextos onde trabalham, se relacionam ou vivem.

A povoação de Odivelas é elevada a vila em 1964 e a cidade em 1990 (CMO, 2009), tornando-se Município de Odivelas [fig. 17] em 19 de novembro de 1998, com publicação no *Diário da República* através do *Decreto-Lei nº 84/98*, sendo constituída a primeira Câmara Municipal de Odivelas em 4 de janeiro de 2002. É um Concelho composto pelas Freguesias de Odivelas, União das Freguesias de Pontinha e Famões, União das Freguesias de Póvoa de Santo Adrião e Olival Basto e União das Freguesias de Ramada e Caneças, distribuídas numa área de 26,6 km² e com uma população de 144.549 habitantes (INE, 2011). Integrada na Área Metropolitana de Lisboa [fig. 16], o Concelho de Odivelas faz fronteira com os Concelhos de Loures, Sintra, Amadora e Lisboa (CMO, 2011).



Figura 16 – Área Metropolitana de Lisboa, s.e.
(DGOT, 2013)



Fig. 17 – Concelho de Odivelas, s.e. (CMO, 2011)

Como consequências desta integração na metrópole polinucleada, Odivelas sofreu consequências no ordenamento do território e com a especulação imobiliária, durante décadas. Negligenciando, negativamente, fatores importantes na morfologia urbana desta cidade, nomeadamente na indiferença à presença de uma matriz urbana fundadora, degenerando-a e no desaparecimento de património arquitetónico não respeitando um justo equilíbrio na salvaguarda da identidade do núcleo histórico que importa acautelar, defendendo-o na regeneração, revitalização e reconfiguração urbana. Problemáticas que introduzirão novos desafios e novas dinâmicas nas soluções a adotar nesta nova modernidade do século que ainda agora começou.

O desenvolvimento urbano e dos transportes introduziram novas variantes na paisagem. Desapareceram palácios, mansões, instalações agrícolas e os jardins das quintas que marginavam as Ribeiras de Caneças e de Odivelas, persistindo a Quinta do Espanhol, Quinta do Espírito Santo [fig. 18] e Quinta do Barruncho, entre outras inevitavelmente expetantes e abandonadas, apesar da recuperação exemplar de reabilitação das Quinta da Memória e Quinta da Nossa Senhora do Monte do Carmo [fig. 19].



Figura 18 – Quinta do Espírito Santo, Odivelas. (Odivelas.com, 2011)



Figuras 19 – Quinta da N. Sª Carmo, Odivelas. (Odivelas.com, 2011)

acessibilidades, colocando Odivelas numa posição de excelência no contexto da AML, apesar desta evolução, originar urbanizações por enclaves entre vias principais, fragmentando a cidade. Com ligação direta às autoestradas do Norte e do Oeste (2001); enquadrada pelo quadrilátero definido pela CREL (1995), pela CRIL (1997/1998), pelas Radiais da Pontinha – IC16 (1998) e de Odivelas IC22 (1995), apesar da hierarquia viária e a subestima da permeabilidade urbana e os muitos conflitos com os tecidos urbanos existentes, acrescidos dos problemas ambientais, este Concelho protagoniza-se nesta Área Metropolitana, encurtando tempos e distâncias à margem Sul e linha de Cascais (Portas, et al, p. 279-283).

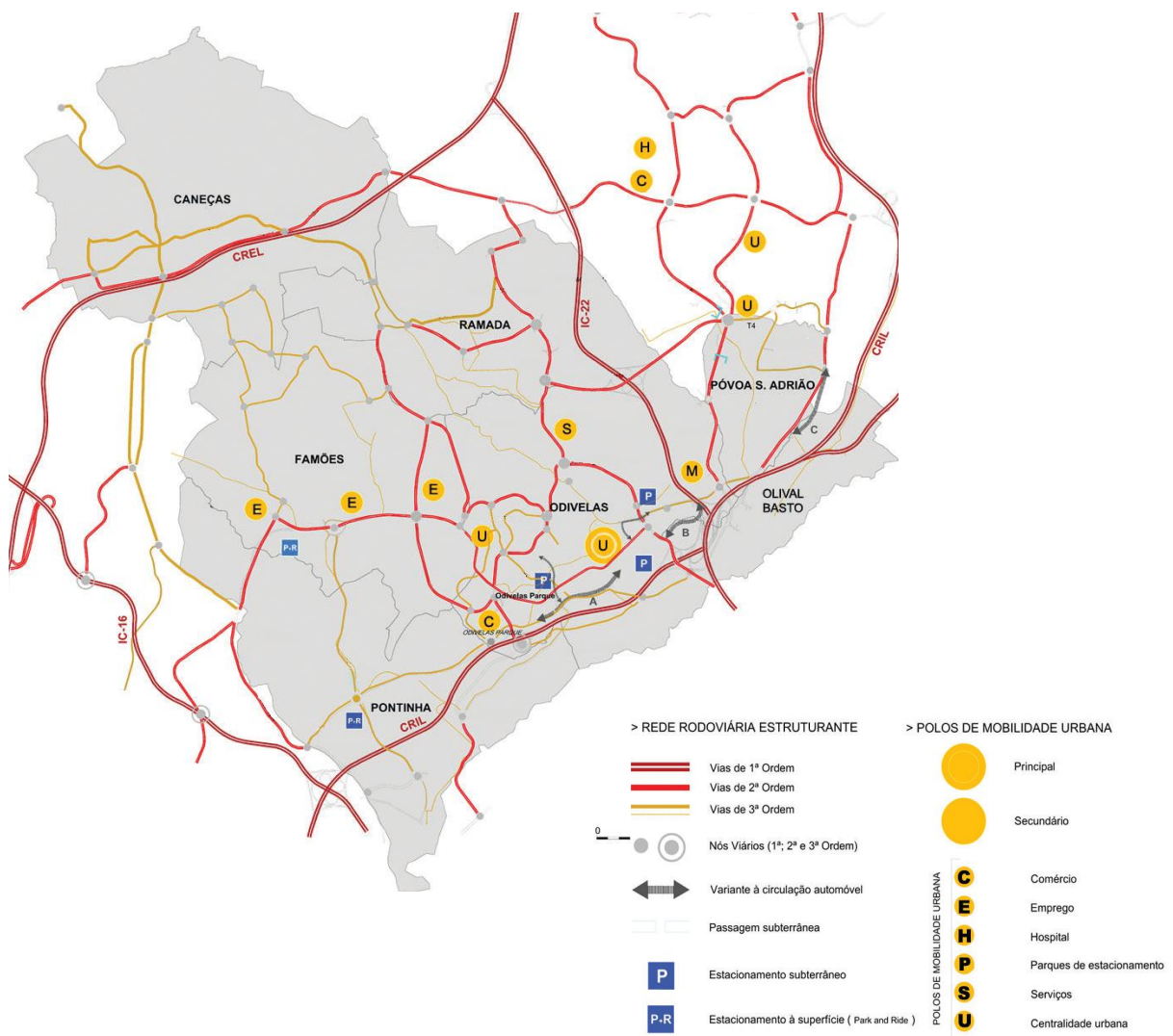


Figura 20 – Planta de acessibilidades e centralidades do concelho, s.e. (CMO, 2006)

Com estas novas acessibilidades [fig. 20] é evidente que a procura e especulação imobiliária aumentaram existindo a necessidade de se preparar uma considerável melhoria e inovação das acessibilidades concelhias exigindo um investimento municipal no planeamento que tem o seu auge no *Plano Diretor das Acessibilidades Municipais* (1997), depois da entrada em vigor em 1994 do PDM de Loures. Iniciando-se, finalmente, um processo que permitia pensar e traçar uma rede concelhia de acessos intra-concelhia estruturada que permitia uma fluidez do tráfego com os municípios circundantes.

Na primeira década do século XXI e com novas acessibilidades e a chegada em 2004 do Metropolitano de Lisboa a Odivelas, as distâncias dentro da AML diminuíram consideravelmente para este Concelho, empolgando-se novas urbanizações. A Quinta do Porto Pinheiro cedeu 65 hectares destinados à construção de aproximadamente 4000 novos fogos, captando para esta zona aproximadamente dez mil habitantes, abrindo uma frente de urbana entre Odivelas em direção à freguesia vizinha de Famões. Com esta nova urbanização, com o nome de Colinas do Cruzeiro, a autarquia protagoniza uma nova era de desenvolvimento, servindo o propósito das qualidades arquitetónicas e ambientais, invertendo a imagem periférica e de dormitório do Concelho e a desintegração urbanística que caracterizava este desde a década de 1960 (Idem, 2011).

A urbanização das Colinas do Cruzeiro [fig. 21] que faz fronteira com o núcleo histórico de Odivelas através da ribeira de Odivelas é irrepreensível no planeamento urbanístico, através da articulação dos cheios e vazios em sintonia com a reserva ecológica existente. Também são referência os bons princípios do urbanismo no que respeita à diversidade, acessibilidades, zonas verdes, e organização do tráfego e estacionamento, fazendo lembrar os princípios urbanos de Jane Jacobs. Este conjunto urbano deverá constituir um exemplo a seguir em futuros projetos. Odivelas deveria aproveitar esta oportunidade de mais habitantes e fazer justiça ao seu Núcleo Histórico anulando a fronteira existente que é a ribeira, através de uma reformulação dos acessos superiores da mesma.

Outro aspeto de referência para este projeto de investigação, são as Reservas Ecológicas, Agrícola ou Nacional [fig. 22]. Dentro do perímetro do núcleo histórico de Odivelas estão consideradas ambas as reservas, através da ribeira de Odivelas e sendo os rios e ribeiras fundamentais na modelação do relevo e da paisagem. O rio da Costa/ ribeira da Póvoa é o curso de água com maior dimensão no território concelhio sendo o

principal curso de água a ribeira de Caneças e ribeira de Odivelas e onde está inserido o novo Jardim, que poderá estender-se num corredor verde até ao núcleo histórico de Odivelas (CMO, 2009).



Figura 21 - Loteamento das Colinas do Cruzeiro, EEC, Arquitetura (Portas, p. 282, 2011)

As linhas de água surgem em vales encaixados, separados por pequenos planaltos. Estes vales poderão contribuir decisivamente para a estruturação de uma rede de corredores verdes a desenvolver no município de Odivelas. Mas para isso terão de ser encarados como uma potencialidade e não como um problema (Ibidem).

A REN apresenta como objetivo primordial a salvaguarda das áreas indispensáveis à estabilidade ecológica e à utilização racional dos recursos naturais e abrange zonas costeiras e ribeirinhas, águas interiores, áreas de infiltração máxima (D.L. 93/90, de 19 de Março).

A RAN apresenta como objetivo primordial a salvaguarda das áreas que melhores condições apresentam para a agricultura. As áreas classificadas como RAN poderão ser utilizadas como áreas de recreio e lazer desde que esta utilização não comprometa a qualidade dos solos e não inviabilize a sua utilização futura. O rio da Costa / ribeira da Póvoa destaca-se como área de excelência para recreio e lazer enquadrada pela costeira que, se devidamente recuperada, poderá contribuir para a valorização paisagística de todo o vale (D.L. 196/89, de 14 de Junho).

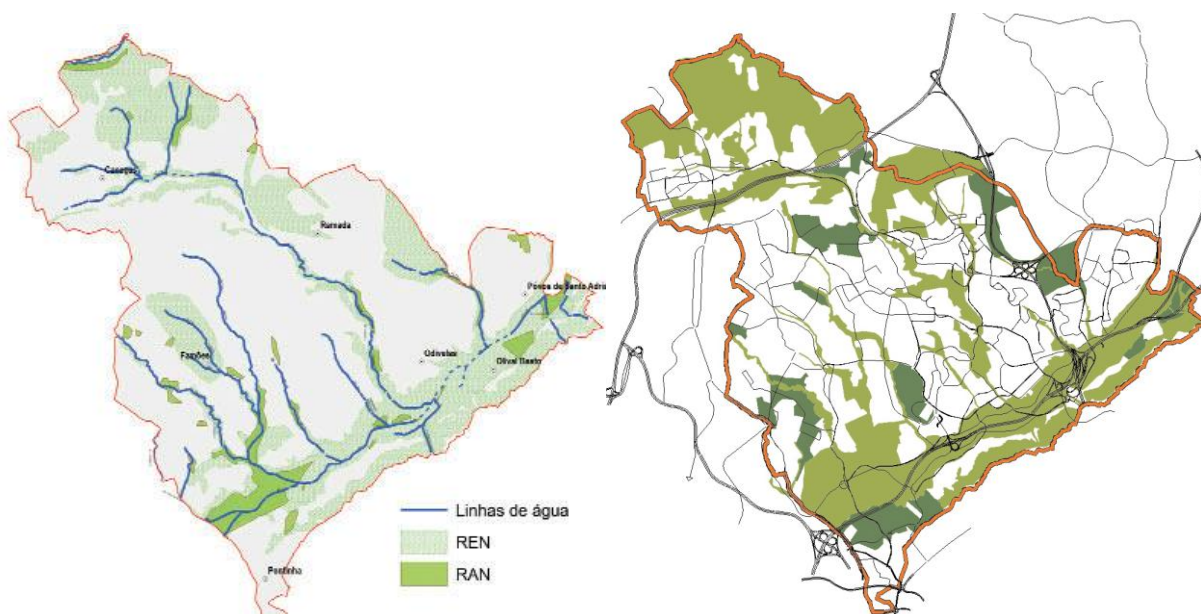


Figura 22 – Plantas das Reservas Ecológicas do concelho, s.e., Odivelas (CMO, 2003)

Verde-claro Estrutura Ecológica Fundamental: privilegia a proteção dos recursos e características naturais sendo constituída por linhas de água, áreas de risco, leitos de cheia, áreas de valores naturais únicos, e ainda os espaços pertencentes à estrutura verde urbana, como por exemplo, largos, praças, passeios, ruas arborizadas, jardins com vista ao recreio e lazer (CMO, 2003).

Verde-escuro Estrutura Ecológica Complementar: é constituída por todos os espaços ainda não impermeabilizados que se consideram essenciais para a sustentabilidade das dinâmicas biofísicas do território (Idem).

Para concluir este ponto e com o objetivo de valorização estratégica do concelho de Odivelas, estas reservas em conciliação com o património histórico e arquitetónico, poderão servir de ancoragem estratégica para outros projetos, fomentando uma estrutura ecológica que poderá estruturar o desenvolvimento e construção de espaços verdes.

2.2 - O PATRIMÓNIO E O EDIFICADO ENVOLVENTE DO NÚCLEO HISTÓRICO

O entendimento dos problemas de uma cidade são fundamentais para a sua estruturação, independentemente do maior ou menor valor de cada edifício, sendo fundamental *“antes de receitar, diagnosticar a doença e entender o que a provoca”* (Portas, p. 12, 1983). Criar condições de habitabilidade na cidade, para que os cidadãos

não a abandonem, diagnosticar as fragilidades e entender o que as provocou, são aspetos fundamentais para se avançar para uma reestruturação de desenvolvimento das suas potencialidades. Estando nestas prioridades o património histórico e arquitetónico, identificando e valorizando o cidadão a identidade de onde vive ou que procura.

Segundo o estudo do município *Carta do Património Arquitetónico e Arqueológico* de Odivelas, de novembro de 2009, sobre o património, este está subdividido em; Património Arquitetónico – Edifícios e Conjuntos, referindo-se genericamente a todos os elementos construídos; Património Arquitetónico – Moinhos; Património Arqueológico.

A primeira categoria a que se vai estudar mais em concreto e inclui quatro subcategorias – Os Centros históricos ou Núcleos antigos protegidos, que são os conjuntos que se mantêm arquitetonicamente inalterados e coesos em relação à sua estrutura urbana primitiva, que foram ao longo dos tempos sedimentando história, cultura e uma personalidade própria que os vocaciona hoje para fins turísticos. Exemplo: Centro Histórico de Odivelas, da Póvoa de Santo Adrião e Caneças.

Os Conjuntos Urbanos a proteger e em fase de proposta, correspondem a conjuntos que ainda não foram classificados, mas que no contexto urbano do município de Odivelas apresentam valor cultural, histórico, arquitetónico e cujo desenho urbano é uma referência. Exemplo: Quintas, bairros novos como Núcleo Urbano do Bairro Mário Madeira, Núcleo Urbano do Bairro Maria Lamas, etc. (CMO, 2009).

Os Fragmentos isolados com interesse histórico, correspondem a pequenos sítios ou lugares cuja história, valor cultural e arquitetónico contribuíram decisivamente para a construção cultural deste município e cuja pressão imobiliária iniciada sobretudo na década de 1970 interrompeu, restando hoje apenas pedaços ou fragmentos destruídos ou descaracterizados, mas que reabilitados, têm ou terão suporte artístico suficiente para uma valência turística e cultural. Exemplo: Sítio das Piçarras, Vale Nogueira, Sítio do Olival de Basto, etc. (Idem).

Os Imóveis classificados ou em vias de classificação, são edifícios classificados de Interesse Nacional, Interesse Público ou Municipal ou mesmo sem classificação mas que pela sua maior valia histórica, cultural, artística ou arquitetónica deverão ser integrados (Idem).

Como enquadramento estratégico para o Património Arquitetónico e Arqueológico aponta seis linhas orientadoras:

1. Aposta numa produção urbanística integrada, melhoria das formas de habitar na mobilidade e nos equipamentos;
2. Aposta na melhoria do ambiente e da paisagem urbana no sentido da sustentabilidade;
3. Aposta na valorização do património, criação de centralidades e desenvolvimento do espaço público;
4. Aposta estratégica na Cultura e Educação como catalisador do progresso social dos Odivelenses;
5. Aposta estratégica na modernização da economia;
6. Aposta numa política de promoção dos princípios de democracia participativa (Idem).

Zona	Imóveis / Conjuntos/Espaços Sociais		Classificação	Época	Local
	ID	Designação			
F	CENTRO HISTÓRICO DE ODIVELAS		NÍVEL 1 (a)		Cidade de Odivelas
	1F	Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo	Imóv. Int. Nacional (a)	Séc. XII	
	2F	Igreja Matriz de Odivelas / Igreja do Santíssimo Nome de Jesus	Imóv. Int. Público (a)	Séc. XVII-XVIII	
	3F	Memorial de Odivelas	Imóv. Int. Nacional (a)	Séc. XIV	
	4F	Antiga casa do pároco ou do capelão	Inventariado (a)	Séc. XV	
	5F	Relógio de Sol	Inventariado (a)	Séc. XVIII	
	6F	Edifício de habitação	Inventariado (a)		
	7F	Edifício de habitação	Inventariado (a)		
	8F	Chafariz	Inventariado (a)		
	9F	Edifício Arcada	Inventariado (a)		
	10F	Coreto	Inventariado (a)	Séc. XX	
	11F	Quinta da Memória / Quinta do Arcebispo	Inventariado (a)	Séc. XVIII	
	12F	Palacete dos Torcato	Inventariado (a)	Séc. XX	
	13F	Edifício de habitação	(c)	Séc. XX	
	14F	Biblioteca Municipal D. Dinis (Retábulo em talha dourada da Capela de N.ª S.ª do Monte do Carmo)	Inventariado (a)	Séc. XVII-XIX	
	15F	Capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo (Retábulo em talha dourada)	Inventariado (a)	Séc. XVII-XIX	
	16F	Chafariz	(c)	Séc. XIX	
	17F	Casa do Cerrado	(c)	Séc. XIX	
	18F	Mirante do Largo	(c)	Séc. XIX	
	19F	Sociedade Musical Odivelense	(c)	Séc. XIX	
	20F	Largo D. Dinis	(c)		
	21F	Padrão do Senhor Roubado	Imóv. Int. Público (a)	Séc. XVIII	Vila do Olival Basto
	22F	Chafariz	Inventariado (a)	Séc. XX	
	23F	Torre Mãe d'Água	Inventariado (a)	Séc. XX	

(a) Inventariado no documento "Património Cultural Construído do Concelho de Loures"

(c) Proposta de inventário - a integrar na Carta do Património Construído do Concelho de Odivelas

Tabela 1 – Património Arquitetónico inventariado pelo município. (CMO, 2009)

A propósito da excelência dos edifícios classificados foi criada pelo DGPC uma *Zona Especial de Proteção* publicada no *Diário da República* nº 182 de 20 de setembro de 2013 com a *Portaria* nº 629/2013, onde se refere que estes três imóveis em grande relação de proximidade definem o núcleo mais antigo da povoação medieval, tendo esta ZEP [fig. 23] considerando o enquadramento dos imóveis, os limites do núcleo histórico de Odivelas, a homogeneidade da estrutura urbana envolvente e a existência de outro edificado de interesse patrimonial relevante. A fixação desta ZEP, visa salvaguardar os imóveis classificados no seu contexto urbanístico fundamental (DR, 2013).

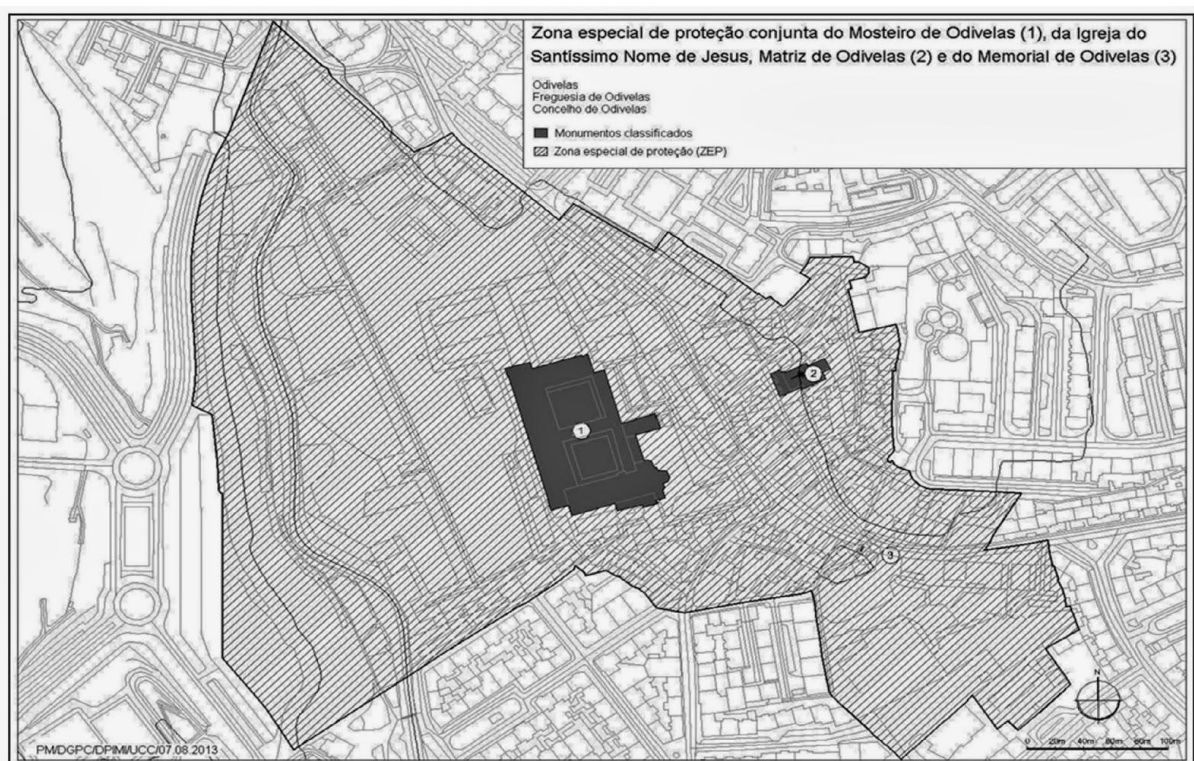


Figura 23 – ZEP do Núcleo Histórico de Odivelas e Monumentos Classificados. (DR, 2013)

O Mosteiro de D. Dinis e S. Bernardo [1] e Memorial de Odivelas são ambos classificados *Monumento Nacional* através do *Decreto de 16 de junho de 1910, DG nº 136, de 23 de junho de 1910*, relativamente ao Mosteiro [fig. 24 e 25] e da primitiva construção apenas resta a cabeceira da igreja e parte do claustro, integrando-se no estilo Gótico [Apêndice 1], durante a sua existência verificaram-se muitas alterações, no século XV (1424) a rainha D. Filipa de Lencastre instituiu uma capela, sendo as mais importantes as obras quinhentistas com o Claustro da Moura, encontrando-se por todo o Mosteiro elementos manuelinos do século XVI (DGPC, 2014).



Figura 24 – Vista geral do Mosteiro S. Dinis,
1940/1950. (CMO, 2009)



Figura 25 – Postal Ilustrado do Largo D. Dinis,
1930/1940. (CMO, 2009)

Em 1755 com o terramoto o corpo da igreja abateu e muitas dependências ruíram, existindo na sua reconstrução elementos de influência maneirista e neoclássica, em 1900 este Mosteiro [Anexo I] foi transformado no Instituto de Odivelas *Infante D. Afonso* fundado pelo Infante D. Afonso de Bragança e ministrado pelo Estado-Maior do Exército até hoje (Instituto de Odivelas, 2013), a igreja é a parte mais bem conservada e contém dois túmulos góticos do século XIV, um dos quais do rei D. Dinis, este túmulo foi uma obra cimeira da arte tumular medieval (DGPC, 2014).

Apesar de muita ambiguidade sobre o seu estilo e objetivo e com referências notórias no desenho dos arcos ao Castelo de Leiria, o Memorial/Cruzeiro [3] crê-se que tenha sido erigido na primeira metade do século XIV, de características góticas é considerado uma das obras mais interessantes deste estilo, no nosso país, poderá levar-nos a uma ligação deste Memorial à morte de D. Dinis, sepultado no Mosteiro, impondo-se este Memorial [fig. 26] na malha urbana do núcleo histórico de Odivelas, sendo este o símbolo da cidade (DGPC, 2014).



Figura 26 – Memorial, século XIV. (Autor, 2014)

A Igreja Matriz de Odivelas [2] datada do século XVII é classificada como Imóvel de Interesse Público desde 2005 (DGPC, 2014), conforme o publicado pela *Portaria n.º 1111/2005*, publicada no *Diário da República, II Série, n.º 218, de 14 de novembro*. De características Barrocas e planta longitudinal articulada pela justaposição de dois retângulos entre a nave e a capela-mor,

esta Igreja [fig. 27] é constituída por 1 torre sineira e possui um lambril de azulejos anterior a 1790, o depósito do lavabo da sacristia datado de 1573 é o único vestígio primitivo do templo inicial que foi reedificado em 1680, data do cruzeiro que se eleva diante da igreja (DGPC, 2014).



Figura 27 – Igreja Matriz de Odivelas. (Autor, 2014)

Neste contexto, não podem ficar sem referência a existência de muitos outros edifícios de grande qualidade arquitetónica dos vários séculos de história deste conjunto urbano. Dos quais se destacam o conjunto de edifícios que se localizam no Largo do D. Dinis com várias representações manuelinas, maneiristas, etc. e ainda as Quintas da Memória, da Nossa Senhora do Monte do Carmo, ambas do início do século XVIII (Odivelas.com, 2014), que deveriam iniciar um processo de classificação. Refira-se a azulejaria centenária e toda a morfologia urbana envolvente, que através de diversos estilos arquitetónicos transporta-nos para várias épocas da arquitetura portuguesa, através da clara representatividade de vários movimentos arquitetónicos, com destaque para a *Arte Nova* e o *Modernismo*, são apanágio deste conjunto.

A maioria do edificado do núcleo histórico de Odivelas necessita de reparações ou até mesmo grandes reparações, encontrando-se também um número elevado de edificado identificado como muito degradado ou em ruína [fig. 28]. Na maioria dos casos as acessibilidades são deficientes, condicionando pessoas de mobilidade reduzida, como tal apresenta-se uma planta cronológica dos edifícios e uma com um cadastro do estado destes [fig. 29].



Figura 28 – Conjunto de imagens de edifícios degradados e devolutos no NHO, Odivelas. (Autor, 2014)

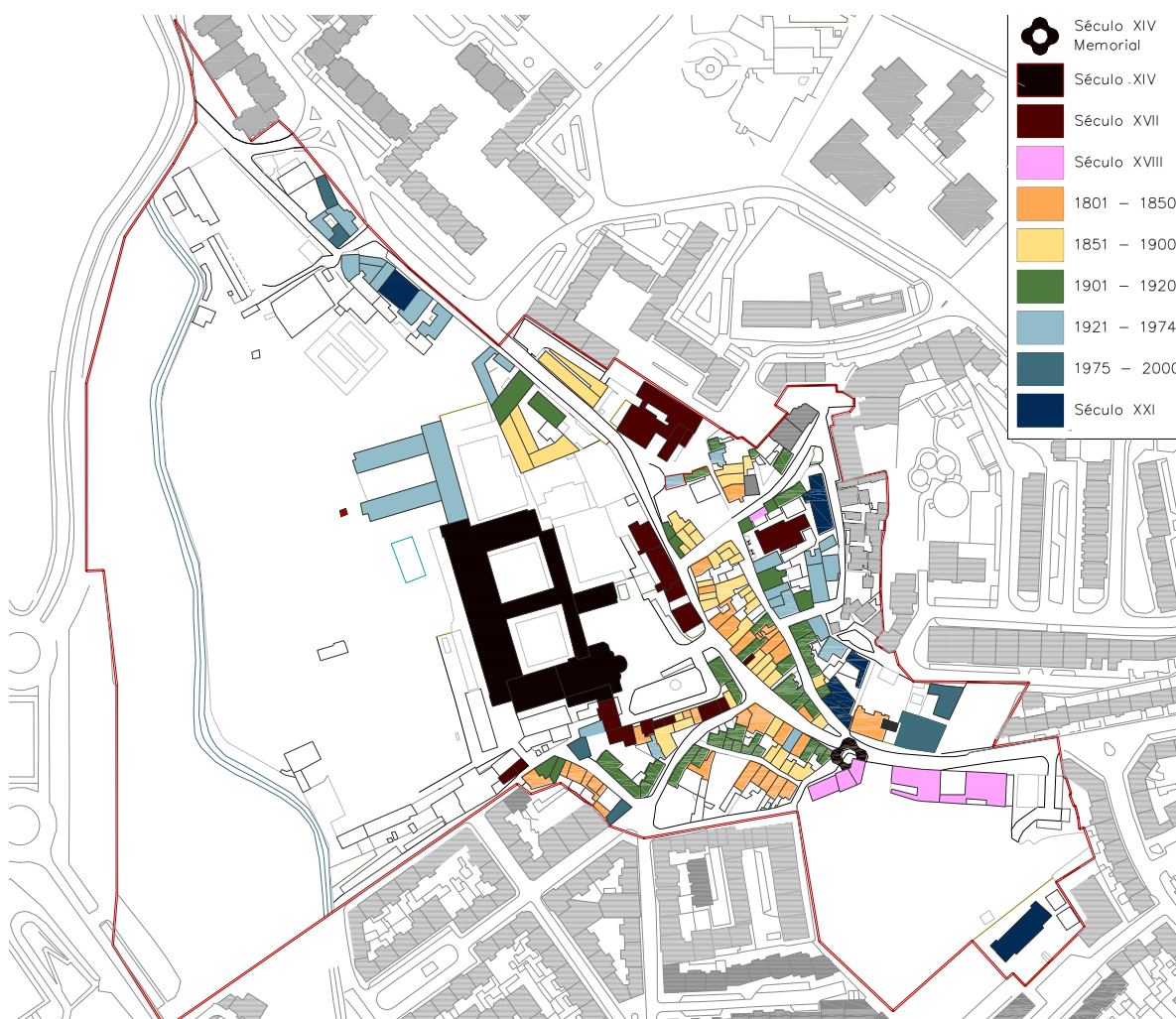


Figura 29 – Planta cronológica dos imóveis do NHO, s. e., Odivelas. (Autor, 2014)

Tendo por base os levantamentos efetuados e apresentados, será importante abordar de uma vez por todas a reabilitação neste núcleo histórico, que normalmente tem uma figura burocrática pesadosa começando pelas normativas legais muitas das vezes contraditórias. O zonamento definido na ZEP é uma oportunidade para um controle efetivo através de planos de urbanização ou até mesmo de pormenor, facilitando as instituições na criação de regras específicas para este espaço através das normativas vigentes, obviando muita burocracia. Muitas vezes esta questão encontra obstáculos quase inultrapassáveis, como sejam as questões da propriedade do solo, ficando muitas vezes as regras condicionadas pela iniciativa privada, apesar de existir um regime de expropriações e de carga fiscal, que provavelmente abreviava muitas questões deste teor.



Figura 30 – Largo do Mosteiro D. Dinis e S. Bernardo. Coreto no sitio original, (Instituto de Odivelas, 1914)

Considerando o património como capital fixo, o que se defende é o impedimento da condenação através da destruição do núcleo histórico de Odivelas. Defende-se a reutilização de edifícios e jardins que perderam o seu uso tradicional, a conservação de quarteirões através da modernização das casas e do comércio, mantendo a originalidade e o respeito pelas dimensões existentes, começando desta forma por consciencializar os que lá habitam e trabalham de que não estão abandonados.

Nesta base de reflexão refiro uma frase de Nuno Portas, *“Restaurar ou conservar monumentos não é propriamente uma política de esquerda mas tão somente um dever mínimo da cultura”* (Portas, p.11, 1983). Defendendo a revitalização das áreas centrais sem as deixar destruir evitando “limpezas” duvidosas e muitas vezes de quarteirões com o objetivo de colocar os monumentos num palco e iluminando-os e isolando-os do seu contexto vivo (Ibidem).

Mas para que esta realidade aconteça será necessário que as questões burocráticas se relativizem, tal a emergência de intervenção em alguns núcleos históricos, onde se inclui o de Odivelas. Afirmando-se cada vez mais a obsolescência, a

pressão imobiliária, débeis acessibilidades, estacionamento anárquico, decadência do comércio tradicional, Identidade e memória coletiva. Apesar de esta realidade estar identificada a agilização para pôr em prática projetos são um dos principais problemas com a demora na aprovação destes e a desarticulação com a realidade.

A importância dos planos e a desburocratização na reabilitação, reconfiguração e regeneração urbana, são fundamentais para a atuação dos serviços de urbanismo municipais. É importante definir os objetivos a propor através de uma equipa multidisciplinar, para a dissecção dos problemas a resolver, que garanta e salvguarde o aglomerado e vida urbana mantendo a singularidade desse lugar, sendo prioridades o levantamento e estudo do legado existente, o orçamento e o levantamento sociocultural dos habitantes desse núcleo histórico.

Um bom exemplo de adaptação aos novos desafios da contemporaneidade é a cidade de Lisboa, com um vasto património arquitetónico Classificado pela UNESCO, que depois de muitos anos de inércia ou envolta em burocracias Lisboa está a ganhar uma nova vida, com a diversificação de atividades económicas e culturais, onde a rigidez normal dos horários não existe, permitindo que essa vitalidade perdure mesmo fora de horas. O atual sucesso não se deve só à reabilitação, mas também à regeneração, estes dois conceitos, como foi dito no capítulo I, têm de estar interligados, caso contrário se só a reabilitação for exigível não acontece a regeneração.

Estes fatores foram determinantes para esta nova Lisboa, a contribuição das intervenções em diversas zonas como sejam o Intendente, outrora um antro de marginais, o Cais do Sodré [fig. 31] e toda a Baixa [fig. 33], Chiado e a adaptação dos Mercados Municipais da Ribeira [fig. 32] e Campo de Ourique, zona ribeirinha da Baixa [fig. 34], são exemplos que deverão ser propagadores a outras cidades e nomeadamente da AML, entrando conjuntamente essas cidades nos roteiros turístico que classificam Lisboa a um nível superior do turismo mundial.



Fig. 31 – Rua Rosa, Lisboa (Autor, 2014)



Fig. 32 – Mercado da Ribeira, Lisboa (Autor, 2014)



Fig. 33 – Rua Augusta, Lisboa (Autor, 2014)



Fig. 34 – Frente ribeirinha, Lisboa (Autor, 2014)

2.3 - DIAGNÓSTICO ECONÓMICO, SOCIAL E CULTURAL DE ODIVELAS

Pelo fato de Odivelas ter estado dependente de Loures até meados da década de 1990, tornando-a ainda mais suburbana, principalmente nas questões de ordenamento do território onde prevaleceu o laxismo em favor da especulação imobiliária durante décadas, negligenciando negativamente e sendo hoje perceptível a quantidade de bairros AUGI existentes neste concelho, desprovendo também à atual cidade de inúmeras atividades sociais e culturais.

Apesar de tudo isso, Odivelas sempre despertou interesse pela sua proximidade a Lisboa a prova disso é a miscigenação cultural que a torna como um dos poucos concelhos em Portugal com uma Mesquita. Trazendo esta miscigenação uma representatividade e uma mais-valia económica, social e cultural a este Concelho.

O conhecimento do tecido económico e social de Odivelas é importante para se perceber a caracterização do concelho através de um conhecimento rigoroso das atividades económicas e sociais para um planeamento territorial e estratégico, permitindo detetar as vocações para uma interligação funcional numa área urbana mais alargada (CMO, 2003).

No panorama sociodemográfico, as primeiras referências demográficas ao povoado de Odivelas são do século XIX no *Archivo Pithoresco* que descreve, “as referências mais atuais revelam a existência de 157 fogos e 442 “almas” no ano de 1863” (Barbosa, 1863). Este número elevou-se consideravelmente no ano de 1885, conforme notícia do *Dicionário Histórico* de Esteves Pereira (1944), que refere “um

aumento de fogos para 446 para 1918 habitantes, na freguesia de Odivelas” (Tomé, 2001).

Os aglomerados formaram-se com base no alargamento das áreas de cultivo agrícola ao longo dos caminhos que estabeleciam ligações entre as habitações e os campos envolventes. Nestes aglomerados, o ponto de encontro dos habitantes localizava-se junto do coreto, fontanário, igreja e lavadouro localizados no centro da povoação.

Com a explosão demográfica a partir de meados do século XX, Odivelas viu desaparecer alguns aspetos fundamentais da sua paisagem natural. A organização económica transformou-se e a estrutura fundiária quase desapareceu. Na década de 1960 este concelho evoluiu demograficamente de forma explosiva, quase duplicando em 10 anos, conforme Tabela 2.

Tabela 2 – Evolução da população residente no Concelho de Odivelas

Evolução demográfica residente no Concelho de Odivelas											
	1900	1920	1930	1940	1950	1960	1970	1981	1991	2001	2011
Caneças		1096	1181	1367	1962	2709	3812	6937	9664	10647	12324
Odivelas	1746	2635	3174	3696	6772	27423	51037	84624	53531	53449	59559
Póvoa Santo Adrião	427	748	766	1006	1518	4966	9460	19386	14463	14704	13601
Pontinha									26252	24023	23041
Famões									7092	9008	11095
Ramada									11667	15770	19657
Olival Basto									7346	6246	5812
Concelho de Odivelas	2173	4479	5121	6069	10252	35098	64309	110947	130015	133847	145089

Fonte: CMO – DPE e INE, p. 7 (Censos 2011)

Este aumento demográfico começa a dever-se à deslocalização da indústria para a periferia e ao desenvolvimento do setor terciário em Lisboa, fomentando a periurbanidade e as migrações pendulares das pessoas. A população vinda da província instala-se nas zonas limítrofes, sendo Odivelas, uma zona preferencial. As explorações agrícolas transformam-se em zonas habitacionais e os terrenos expectantes. As quintas que até agora aqui existiam, fundadas pela sociedade e nobreza lisboeta para as suas quintas de férias, foram ocupadas pela densidade construtiva de habitações que progressivamente se expandiram destruindo o equilíbrio ecológico existente e transformando o leito e pureza das águas da Ribeira de Caneças.

Conforme já referido, as novas urbanizações das últimas décadas provocaram na periferia de Odivelas um aumento do parque habitacional, refletindo um aumento

demográfico significativo da cidade, mas por outro lado um abandono gradual do centro e núcleo histórico.

Na década de 1990 o aumento do poder de compra propiciou esta situação centrífuga de abandono do núcleo histórico de Odivelas, acrescido da ausência de locais públicos que promovessem a vida social e concorrendo com Lisboa nas atividades económicas, culturais e sociais, transformando Odivelas numa cidade periurbana e dormitório. Odivelas sofre uma redução da população na década em que Odivelas passa a concelho e a divisão em várias freguesias adulterou esses dados.

No século XXI e como novo Município, apesar da estagnação com uma ligeira descida da população, verifica-se que no último recenseamento existiu uma evolução positiva, sendo impulsionadores a urbanização das Colinas do Cruzeiro e a chegada do metropolitano.

Desta forma, Odivelas começa a ser uma cidade polarizadora, no contexto da metrópole polinuclear de Lisboa, a consciência da sociedade desperta para a perda de identidade e a perceção do elevado despovoamento e degradação do seu núcleo histórico que apesar de estar numa fase embrionária, já tem em estudo um processo de reabilitação.

Odivelas apresenta a população menos envelhecida da AML, estes dados são sustentados pelas freguesias de Famões, Ramada e Caneças, que são as mais jovens, ao contrário da freguesia de Odivelas onde o envelhecimento da população é dos mais elevados do concelho, só superado pela freguesia de Olival Basto.

Sendo dos concelhos mais bem equipados ao nível da escolaridade obrigatória, esse fato não se traduz em bons resultados já que relativamente às habilitações literárias da população residente é de realçar a taxa de analfabetismo elevadíssima registada e que mais de metade da população detém apenas a escolaridade obrigatória, sendo o concelho da AML com menos habitantes com curso médio ou superior (INE, 2011).

Relativamente à profissão dos residentes, refira-se que 32% (INE, 2011) destes trabalha fora da cidade, caracterizando-se esta por uma população sem qualificações, sendo as profissões dominantes os empregados de mesa, dos serviços, pessoal administrativo, operários e artífices da população ativa em Odivelas.

Na perspetiva socioeconómica, o fator de proximidade com Lisboa é uma mais-valia estratégica para as empresas do Concelho, podendo realçar-se as boas vias

rodoviárias de comunicação e as potencialidades da rede de transportes, incluindo a chegada, em 2004 do Metropolitano de Lisboa.

Odivelas apresenta uma elevada taxa geral de atividade, relativamente à AML, apesar de o número de dependentes ser dos mais baixos desta região, com 0,8 por habitante promovendo esta taxa o futuro envelhecimento da mesma, a taxa de natalidade enquadra-se nas médias nacionais, ao inverso a taxa de mortalidade encontra-se entre as mais baixas, comprovando a população jovem desta cidade, à qual pertence também uma das mais baixas taxas de desemprego da região (Idem, 2011).

O setor do comércio e serviços emprega a maioria da população ativa do Concelho, cerca de $\frac{3}{4}$, sendo Odivelas a freguesia com a percentagem mais elevada do país, caracterizando-se esta cidade por uma população sem especial qualificação, apresentando os valores menos elevados nas profissões de maior habilitação da AML. Apesar do comércio e a restauração serem dominantes no tecido empresarial de Odivelas, o seu peso é inferior ao dos concelhos adjacentes (Idem, 2011).

Depois de séculos dependente do setor primário, Odivelas atualmente tem uma dependência residual dessa atividade, realce-se que nos serviços de natureza social esta cidade é a que mais empregados tem na AML (Idem, 2011).

Relativamente ao tecido empresarial quase a totalidade das empresas existentes neste concelho correspondem a sociedades por quotas ou a empresários em nome individual, representando 96,7% das empresas, indicando esta realidade alguma precaridade deste tecido, dominando assim micro empresas com pouca capacidade empregadora, sendo Odivelas o único concelho da AML em que o volume de faturação das empresas é inferior a 2.500 milhões de euros, com as empresas a faturarem menos de 15 mil euros, a reduzida capacidade de faturação é notória, sendo estes valores os mais baixos da AML (CMO, 2003).

Odivelas, culturalmente é um concelho com uma vasta história que se poderá estender até à pré-história, com presença de figuras ilustres da História de Portugal, como por exemplo D. Filipa de Lencastre, que em 1415 abençoa, a partir do Mosteiro S. Dinis, os seus filhos antes de embarcarem para Ceuta. É neste Mosteiro que em 1534, é representado pela primeira vez o *Auto da Caneira* de Gil Vicente. Foi em Odivelas que viveram os pintores Vieira Lusitano e Pedro Alexandrino. Ainda no Mosteiro um dos oradores foi o Padre António Vieira. Este Mosteiro é citado por Almeida Garrett, em 1671. A história do roubo da Igreja Matriz de Odivelas deu origem à primeira Banda Desenhada portuguesa *Senhor Roubado*. Todos os missionários que regressavam de

África e da Ásia doentes eram acolhidos aqui, D. João V era um dos frequentadores deste Mosteiro. Em 1755 depois do terramoto de Lisboa, Odivelas é invadida por muitos lisboetas na procura de bons ares, fixando-se muitos deles por estas paragens. Em meados do século XIX, Lisboa era afetada por inúmeras epidemias, sendo mais uma vez, Odivelas ocupada por muitos lisboetas (CMO, 2014)

Com a extinção das ordens religiosas, Odivelas perde algum fulgor, passando a ser a terra procurada para os prazeres de verão dos senhores de Lisboa. O escritor e político Alexandre Herculano em finais do século XIX integra Odivelas no Município de Belém, integrando-se depois, em 1885 no de Olivais, passando para o Município de Loures no ano seguinte. É na freguesia da Pontinha do Concelho de Odivelas que em 1974, se instala o Posto de Comando do Movimento das Forças Armadas (Idem, 2014).

Ainda na vertente cultural e do associativismo, este concelho encontra-se entre os mais ativos do país nesta área, com uma média *per capita* bastante acima da média nacional, tendo como epílogo a fundação destas instituições desportivas e culturais a década de 1980, decaindo para quase metade em 2000, sendo a atividade desportiva mais procurada pelos jovens o Futsal, modalidade que tem oferecido muitos atletas à seleção nacional. Relativamente às associações culturais predominam as musicais, existindo outras que privilegiam as atividades de artesanato, artes plásticas e teatro.

Deste último tipo de associações, destaca-se a Sociedade Musical Odivelense [fig. 35], localizada no núcleo histórico e da qual foi fundador em 28 de junho de 1863 por António Maria Bravo, considerado na época como um benfeitor, esta sociedade tem uma sala de espetáculos e está principalmente vocacionada para a música, através da sua banda, apesar de também existirem atividades relacionadas com o teatro, nesta sociedade desde 1894. Esta sala foi fundamental na década de 1920 para projeção de películas cinematográficas, despertando para a primeira sala de cinema de Odivelas, em 1939 instala-se



Figura 35 – SMO, Odivelas (Odivleas.com, 2014)

neste edifício a primeira biblioteca desta atual cidade. Hoje a atividade desta instituição centra-se na escola de música, na banda de música, no grupo coral, teatro e dança (Idem).

A riqueza histórica desta instituição merece uma articulação com outras instituições, nomeadamente o Centro Cultural da Malaposta, no Olival basto, o Coreto do Largo do Mosteiro, a Casa da Juventude ou o Centro de Exposições de Odivelas.

A Biblioteca Municipal D. Dinis está instalada na Quinta da Nossa Senhora do Monte Carmo, no Núcleo Histórico num edifício do princípio século XVIII, que foi recuperado após um violento incêndio e reconvertido. A Quinta da Memória, onde se encontram instalados os Paços do Concelho, é um edifício recuperado de inícios do século XVIII, equipado com um auditório com capacidade de receber as mais variadas representações (Idem).

Como espaços de lazer no núcleo histórico de Odivelas, o Jardim da Música [fig. 36] é um bom exemplo de intervenção neste conjunto urbano, com uma agenda preenchida de atividades culturais e recreativas, faz com que este jardim justifique outras intervenções do género.

O Centro de Exposições de Odivelas é um edifício contemporâneo e versátil, que se inseriu num linha de desenvolvimento municipal, baseado num diagnóstico das prioridades/aspirações da população, por forma a dinamizar atividades diversificadas ligadas à cultura, estando equipado com estúdios de música, artes plásticas e teatro, este edifício está inserido no limite do Jardim da Música (Ibidem).



Figura 36 – Jardim da Música, Odivelas (Autor, 2014)

Por último uma referência à doçaria Conventual, com receitas do Mosteiro S. Dinis e que é muito apreciada e pouco divulgada, como sejam, a Marmelada Branca da qual existe uma Confraria que tem o nome de Confraria da Marmelada de Odivelas, o Toucinho do Céu, Raivas, Esquecidos e os Tabefes, sendo divinos manjares dignos dos deuses e reis, muita desta doçaria foi inspirada em D. Dinis e é muito apreciada na região e desenvolvida e criada pelas freiras do Mosteiro, também desconhecida da maioria da população portuguesa (Ibidem).

2.4 - CONTEXTUALIZAÇÃO DAS DINÂMICAS DE CRESCIMENTO DO SÉCULO XX

Com a profunda transformação territorial e urbana de Odivelas das últimas décadas que mudou o seu caráter de vila de economia local e de contexto agrícola e monástico, para uma cultura rural relacionada com o local e posteriormente, para uma vila periférica e totalmente dependente de Loures e Lisboa. Nos últimos trinta anos evoluiu para uma cidade com uma centralidade de características regionais, afirmando-se cada vez mais no conceito da cidade polinucleada e cada vez menos como subúrbio de Lisboa.

Durante a última década as áreas metropolitanas dominam com a capacidade atrativa de melhores condições de vida e trabalho, onde já é perceptível uma nova reorganização territorial relativizando a suburbanização que está associada a uma imagem fortemente negativa de desqualificação do território, onde a falta de equipamentos, instrução, rendimentos e qualificações profissionais dos seus habitantes eram a realidade, apesar de ainda permanecerem migrações pendulares entre a casa e o trabalho ou estudo destes habitantes.

Contrariando esta imagem negativa e com a intenção de reforçar o papel do concelho no contexto metropolitano e fixação de população no Concelho, Odivelas através do PDM pretende dar continuidade à estratégia desse reforço, prevendo um conjunto de projetos mobilizadores em parceria com o setor privado através do Polo Tecnológico de Famões, o Parque Empresarial da Paiã e um estudo preliminar para a área verde da Quinta dos Cedros e do Alvito, com o objetivo de criar uma rede de polarizações concelhias com forte componente empresarial e tecnológica (Portas, et al, p. 283, 2011).

Durante as últimas décadas várias autarquias elaboraram planos estratégicos com o objetivo de revitalizarem os seus

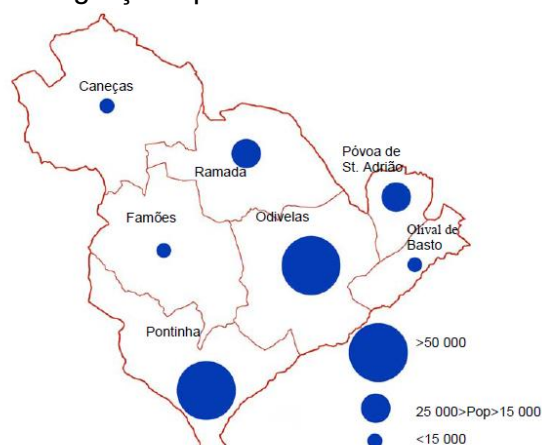


Figura 37 – Densidade demográfica por freguesia, Odivelas. (CMO, 2006)

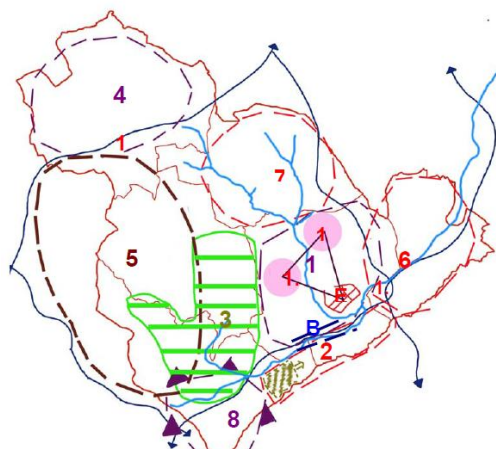


Figura 38 – Prioridades, espaços de intervenção, Odivelas. (CMO, 2006)

núcleos históricos, independentemente do grau de sucesso estes planos reforçaram o debate sobre a reabilitação urbana e o combate da desertificação das cidades. Sendo a inovação e a criatividade os pontos fortes, apoiados pela coesão social, para existir criatividade é necessário que haja competitividade nas trocas internas e externas, ou seja, na relação entre o núcleo histórico e a restante cidade e esta com a região. Só assim será possível gerar riqueza.

Neste contexto, a saída e dispersão da habitação da Capital para áreas periféricas levou a uma maior afirmação das atividades terciárias em Lisboa. As redes viárias e de transportes sedimentaram-se principalmente sob uma lógica de forte dependência da Capital. Esta sistematização da auto-dependência contribuiu para um aumento das distâncias e da dificuldade entre os percursos a efetuar. Nos últimos anos, o Concelho de Odivelas apetrechou-se de importantes infraestruturas viárias como a CRIL; CREL; IC22; IC16; e, em 2004, surge finalmente o Metropolitano, o Interface do Senhor Roubado e a Estação de Odivelas onde se articula esta linha com a rede de transportes rodoviários intermunicipal, introduzindo uma nova filosofia no sistema de transportes do Concelho. Deverá agora procurar-se desenvolver uma estratégia para a mobilidade no Concelho de Odivelas, na qual se prevê uma maior participação dos cidadãos.

Até 2013, Odivelas publica várias revisões ao PDM de Loures, com o objetivo de uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o concelho, evitando intervenções casuísticas, para se tornarem em intervenções como fio condutor de resposta às necessidades reais das comunidades. Neste processo, pretende-se um plano estratégico permanente que terá tradução no território físico (Odivelas.com, 2014).

Nesta perspetiva foram elaborados e aprovados vários documentos com as *Linhas de Orientação Estratégica para o Concelho de Odivelas*, em 2003 os *Estudos de Orientação para o Planeamento do Concelho de Odivelas*, com um programa preliminar do PDM de Odivelas, que tinha como vocações e objetivos o de “*oferecer uma substancial variedade de espaços e de ambientes, assim como um largo espetro de espaços de habitação, bem abrangente de toda a sociedade. Sendo de notar que há um défice de casas de qualidade, (...) desenhar novos espaços capazes de oferecer resposta aos anseios da população real, nomeadamente para os quadros superiores que não habitam em Odivelas. (...) Conseguir a capacidade de receber todas a gente com os seus costumes e tradições, maiorias e minorias, fazendo desta forma a cidade*” (CMO, 2003).

Desenvolver um plano urbanístico com uma percentagem equilibrada de construções mistas, são partes integrantes deste EOPCO, assim como a proposta da elaboração de oito Planos de Urbanização e Pormenor para as áreas designadas como 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8, na [fig. 38] e a elaboração de seis planos de intervenção especial, designados na mesma figura como B e F (Idem).

Relativamente aos Planos de Intervenção Especial, destaca-se a intervenção no nó rodoviário 'IC22/A8/Calçada de Carriche' de entrada em Odivelas que passa pelo arranjo paisagístico dos espaços relacionais do próprio nó.

A requalificação da Ribeira de Odivelas e Caneças com a limpeza das margens e leito retirando toda e qualquer descarga de esgotos; eliminar construções que se encontrem junto do leito; arranjo paisagístico e reflorestação com vegetação local, ao longo de todo o troço da ribeira. A ligação à cidade de Odivelas de corredores verdes, ciclovias e zonas pedonais, são outros dos aspetos referidos neste EOPCO (Idem).

Sobre os Planos de Urbanização e de Pormenor, refira-se que têm como função enquadrar a Área Central tripla, onde se inclui o Núcleo Histórico. Esse enquadramento significa as ligações a todos os espaços que envolvem o espaço 1 em todas as suas vertentes. Como Estratégia para a Valorização da Paisagem, para além da distribuição dos usos do solo e da organização funcional do espaço que estruturam a paisagem, a qualificação desta depende também da clara demarcação do que é espaço público e espaço privado e dos cuidados de acabamento, conservação, limpeza e asseio que são dispensados a cada parcela do território (Idem).

A questão da paisagem prende-se com o comportamento dos responsáveis por cada parcela do território. Na prática do planeamento municipal, a arquitetura da paisagem é definida por uma política para o tratamento dos espaços rústicos, considerando os usos agrícola, florestal e os elementos do sistema urbano a localizar em meio rústico. É particularmente importante a integração paisagística da rede viária implantada fora dos perímetros urbanos e também a forma como são delimitados os prédios que marginam as vias públicas (Idem).

As estradas devem ter a faixa de rodagem, bermas e valetas drenantes laterais, bem construídas, conservadas e limpas. A arborização das estradas tem sido condicionada por razões de segurança mas isso não é motivo para suprimir completamente o tratamento paisagístico das vias, recorrendo aos efeitos estéticos e amenizadores da vegetação. Os espaços agrícolas e florestais privados carecem de uma estratégia de utilização compatível com as dinâmicas de uso previstas em PDM

para evitar longos períodos de abandono expectante. O tratamento das linhas de água naturais é relevante neste concelho com um relevo movimentado e onde os cursos de água têm um regime torrencial a exigir obras de regularização (Idem).

Os espaços exteriores urbanos estabelecem um contraponto com a pressão e carga dos espaços edificados. A capacidade dos espaços exteriores confronta-se com as necessidades de espaço de circulação para peões e viaturas, estacionamento de superfície, estadia e desafogo do tecido urbano. Os espaços exteriores públicos estruturam-se com base em padrões de rua, avenida, alameda, largo, praça, jardim público e parque urbano. A qualidade dos espaços exteriores urbanos é determinada pela sua arquitetura, que opera com enquadramentos, escalas, pavimentações e outros elementos construídos, arborização, ajardinamentos e mobiliário urbano. Os espaços exteriores privados podem e devem ter uma expressão dominante na composição urbana, daí a sua importância em termos de qualidade paisagística e garantia de boa conservação. Pavimentações e arborizações é um princípio fundamental de valorização da paisagem (Idem).

A estratégia de planeamento municipal deve congrega o trabalho de todos os proprietários e instituições públicas e privadas, no sentido de conferir um aspeto limpo, asseado e tratado a todo o território. Por outro lado, é oportuno fomentar uma motivação geral para a plantação de espécies arbóreas por todo o concelho, escolhidas com critérios de composição paisagística (Idem).

Como estratégias de intervenção no património do concelho, o EOPCO define a promoção de atividades culturais e turísticas com excelentes possibilidades de se desenvolverem com muitas variantes, ao nível hoteleiro não existe nenhum espaço onde se possa ficar alojado como sejam pensões, residenciais, hotéis, pousadas, turismo de habitação.

Ao nível hoteleiro e turismo de habitação, muito há a fazer, para apostar com fortes possibilidades de sucesso garantido, Odivelas poderia apostar em ter alguns hotéis e pensões, para receber os turistas que dali se espalhariam pelo concelho. Também teria interesse programas de concertos de música clássica e doutro género que poderia atrair um público interessante, criar um festival por exemplo de Música no Concelho de Odivelas assim como existe o Festival de Sintra, ou então um festival Gastronómico. Também, seria interessante criar espaços para eventos desportivos. Ainda relativo à música poderia ser criada uma orquestra de Câmara de Odivelas. Seria

interessante selecionar as empresas com futuro de expansão no concelho e investir na sua requalificação (Idem).

Em 2006 e nesta linha de raciocínio, o Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML, 2006), aprovado por Resolução do Conselho de Ministros, nº68/2002 de 8 de abril. Define, no âmbito territorial, para o concelho, um conjunto de estratégias de desenvolvimento, de onde se destaca a classificação do espaço Odivelas-Loures como espaço emergente, integrando um conjunto de novas infraestruturas rodoviárias que lhe atribuem um papel estratégico no desenvolvimento de novas centralidades.

Em complementaridade ao PROT-AML, o desenvolvimento da rede de metropolitano, de elétricos rápidos e de uma reestruturação da rede de transporte público, articulando os diferentes operadores Rodoviária/Metropolitano, etc., torna-se fundamental, no sentido da melhoria da qualidade de vida das populações, contribuindo para inverter o processo de desqualificação urbana do território (PROT-AML, 2006).

Procurando encontrar um diagnóstico da situação atual, com a aprovação deste documento foi possível a iniciar a elaboração do PDM de Odivelas, enquadrando-se estrategicamente na gestão territorial sustentável e onde a coesão social é fundamental.

Estando este PROT-AML intrinsecamente ligado à realização do PDM de Odivelas, a CMO adota como linhas orientadoras para a execução do PDM a Valorização do Património e do Espaço Público, através do princípio *“Pelas suas características, os espaços públicos são locais de oportunidade nas cidades e podem ter diversas valências, desde espaços de sociabilização e convívio a locais destinados à realização de eventos socioculturais e de comércio informal, contribuindo para fomentar relações de vizinhança e de identidade cultural local”* (CMO, 2006).

A partir deste princípio, a rede de equipamentos de utilização coletiva é um elemento chave do planeamento e ordenamento do território, na medida em que constitui uma peça estruturante do espaço urbano. Este tipo de equipamentos desempenha um papel fundamental ao nível da promoção das práticas culturais da população e de uma consciência cívica atuante, cabendo às autarquias o papel de planear esta rede de equipamentos, mas também de atuar no sentido de proporcionar um serviço público que facilite as práticas desportivas, de cultura e de lazer (Idem).

Estando referido nas linhas orientadoras do PDM de Odivelas como um dos principais desafios a “Mobilidade Sustentável, Estacionamento e Acessibilidades,

favorecendo a coesão territorial, reduzindo o impacto do automóvel no tecido urbano e ordenar o estacionamento e criar condições da circulação pedonal para todos” (Idem).

Como modelo de desenvolvimento territorial, o Concelho de Odivelas deverá reforçar o seu papel no contexto metropolitano, abandonando o carácter periférico das últimas décadas. Devido ao crescimento populacional exponencial das últimas décadas o Concelho fragmentou-se territorial, urbanística e socialmente, como tal é necessário a criação de um espaço físico de qualidade e articulado com a criação de novas centralidades urbanísticas (Idem).

Um dos aspetos mais importantes deste documento para esta investigação é o ponto referente aos Objetivos Estratégicos Globais, onde se pode ler;

“Suster o modelo de habitação massivo, passando a modelos diferenciados e ajustados à escala humana, ao contexto territorial envolvente dotados de espaços públicos de proximidade com valências de estadia e recreio em complementaridade à função residencial.” Outro das referências, *“ Promover relações de vizinhança, tirando partido do contexto territorial e das suas memórias históricas com ambiente de pequeno bairro, referenciados a espaços públicos e proximidade ou de antigas quintas, onde os condóminos usufruam coletivamente de espaços verdes comuns.”* E para finalizar, *“Dar solução às situações habitacionais críticas, reabilitando ou reconvertendo as áreas urbanas críticas e as habitações com deficientes condições de habitabilidade, (...)”, “ (...) Promover a oferta de habitação mais acessível para os jovens e outros estratos sociais com menor poder de aquisição”* (Idem).

Relativamente à valorização da qualificação e humanização da cidade, releva-se, *“Desenvolver uma rede hierarquizada de espaços públicos de uso pedonal, que promovam o bom ambiente urbano, adequados a atividades lúdicas, de sociabilidade ou cultura”,* e por fim, *“Promover a identificação, salvaguarda e valorização do património cultural construído, classificado ou não, como elementos de valorização da cidade, da (re)criação do espaço público e das identidades, recorrendo, quando necessário, à parceria público-privado, com vista à preservação do valor cultural, à fruição pública e à potenciação económica e turística”* (Idem).

Relativamente à valorização do património que no EOPCO é abordado com uma tenacidade impressionante, refira-se o *Projeto de Reabilitação do Centro Histórico de Odivelas* (2011), desenvolvido pelo Departamento de Gestão e Ordenamento Urbanístico da CMO, este projeto é destinado ao programa de Candidatura ao QREN, PORLISBOA com o tema, *“Políticas de cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana*

– *Valorização de Áreas Urbanas de Excelência, inseridas em Centros Históricos*” (IHRU/SIPA, 2011).

É neste projeto de candidatura ao apoio do QREN que aparece a primeira delimitação do Núcleo Histórico de Odivelas [fig. 39] e inventariação cronológica dos imóveis, com o objetivo da elaboração do Plano de Pormenor e o reconhecimento do valor histórico e



Figura 39 – Delimitação do Núcleo Histórico de Odivelas. (CMO, 2011)

patrimonial deste Núcleo, obrigando à preservação da escala urbana, valorização, em geral, dos edifícios e conjuntos notáveis, mantendo um espaço de memória, identidade, valores sociais e culturais (Idem).

A AML, através da Câmara Municipal de Lisboa (CM Lisboa), poderá ser caricato mas o *II Plano Estratégico, Visão Estratégica 2012, “Lisboa Capital Atlântica da Europa/Porta Europeia do Mediterrâneo”*, foram todos mortalizados pela burocracia, ou seja, 12 anos de projetos e só em 2009 é que se elaborada a *Carta Estratégica 2010-2024*, pretende-se com esta *Carta* planear a Cidade com um processo participativo dos cidadãos e de um corpo multidisciplinar de especialistas, partindo de eixos estratégicos definidos por Cidade Intercultural; Cidade Inovadora e Criativa; Cidade Sustentável; Cidade Competitiva (REOT, 2009).

Nos termos do Decreto-Lei 10/2003 de 13 de Maio, a Grande Área Metropolitana de Lisboa (GAML) constituiu-se por uma pessoa coletiva pública de natureza associativa, de âmbito territorial visando a prossecução de interesses comuns aos municípios que a integram a GAML, esses municípios são 18, nomeadamente: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal, Sintra e Vila Franca de Xira. As atribuições da GAML abrangem, ao nível da articulação e da coordenação intermunicipal, nas áreas do Saneamento básico; Saúde; Ambiente; Segurança e proteção civil; Acessibilidades e transportes; Equipamentos coletivos; Turismo; Cultura e

Desporto. A Junta Metropolitana de Lisboa é o órgão executivo da Área Metropolitana de Lisboa, sendo constituída pelos 18 Presidentes das Câmaras Municipais dos Municípios que integram a AML (Idem).

De registar outras atividades municipais de relevo, nomeadamente a Incubadora *Start inOdivelas*, inaugurada em 2014, que é considerada pela Presidente da Câmara Susana Amador, como uma *“Fábrica de sonhos e de projetos económicos de futuro, que irá ajudar a afirmar Odivelas, tanto no contexto da Área Metropolitana, como a nível internacional”*. Consiste em dar um verdadeiro impulso e dinamização à economia local. A Incubadora visa apoiar e fomentar a criação de microempresas, proporcionar as condições necessárias para que as empresas incubadas possam preparar-se e fortalecer-se para o mercado, superando as barreiras existentes nos primeiros anos da sua atuação, a custos de instalação bastante reduzidos num ambiente onde possam prosperar (Odivelas.com, 2014).

Nesta base de reflexão e numa lógica afirmativa relativamente à AML, o tecido urbano de Odivelas nas mutações produzidas, transformou-se num concelho de estrutura social e económica em que 70% está vocacionada para o pequeno comércio e serviços (INE, 2011). Despertando a que grande parte da população se desloque para outros locais, tornando-a ainda numa urbe dormitório, provocando um abandono das zonas mais ricas arquitetónica e culturalmente, sendo este um dos principais problemas urbanos e a consequente degradação urbana, social, cultural e económico.



- | | |
|---|---|
| 1 – Núcleo histórico de Odivelas | 4 – Urbanização Colinas do Cruzeiro, atividade económica e social emergente |
| 2 – Estação do metropolitano de Lisboa | 5 – Principais zonas comerciais e de serviços em decadência |
| 3 – Antigas instalações da Cometna e futuro O'Tech – Pólo Tecnológico | 6 – Grande superfície comercial |

Figura 40 – Planta de Odivelas e suas funcionalidades, s.e. (Autor, 2014)

CAPÍTULO III – CONTRIBUTO DE IDEIAS PARA A REGENERAÇÃO URBANA DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS

Lugar ou núcleo histórico é um espaço ocupado por uma comunidade que aí vive ou trabalha, é defendido e as suas fronteiras são vigiadas, é um lugar dos antepassados, um espaço que serve de suporte às religiões e cada indivíduo reconhece-se nesse mundo, reclama, não para ser conhecido, mas reconhecido, é um dispositivo espacial e é ao mesmo tempo aquilo que exprime a Identidade do grupo onde as proveniências podem ser várias, mas é a Identidade do lugar que o funde, o une e reúne, sendo aquilo que o grupo deve defender.

De fato, um lugar pode-se definir como identitário, relacional e histórico, porque um espaço que não pode definir-se como identitário, nem como relacional, nem como histórico, definirá um não-lugar, sendo a atual sobremodernidade produtora de *não-lugares* (Marc Augé, p.67, 1994).

Este pensamento sobre o lugar remete para a articulação da arquitetura com a filosofia, que resultou no conceito da *Fenomenologia*, despertando uma reflexão sobre a relação entre a Humanidade e a arquitetura, através dos sentidos, ou seja a percepção ambiental do espaço onde “*a linguagem escrita deveria, pois, assumir as silenciosas intensidades da arquitetura*” e “*O edifício falar dos fenómenos perceptivos através do silêncio*” (Holl, 2014), assumindo-se como essencial esta ligação entre o Homem/Mulher e o Lugar, porque assim sendo conseguirá compreender-se a Identidade desse lugar.

Sendo este um dos pensamentos que se espera, o conceito de núcleo histórico remete-nos para um imaginário identitário, através da sua história e património, transmitindo-nos o mistério e o encanto através do edificado deixado pelos nossos antepassados, transportando-nos essa memória social e patrimonial para grandes ruas, praças e construções, onde o mistério e o encanto da história de cada rua ou praça, satisfazem o interesse na interpretação da história e a lógica urbana, fortalecendo o presente através da sua singularidade e identidade.

Apesar dos núcleos históricos começarem por pequenos aglomerados urbanos desde a antiguidade até às atuais metrópoles, sempre foram polarizadores das mais diversas atividades e sempre constituíram o motor da vida urbana. Para além de serem as zonas mais antigas da cidade estruturando a identidade de um povo, sendo também o produto das sociedades que os construíram e culturalmente edificaram num processo contínuo e intemporal.

Sendo o património a herança da sociedade e assumindo-se a arquitetura como o elo de ligação entre o Homem/Mulher e o lugar será através dele que compreenderemos a verdadeira essência desse lugar. Neste sentido o património social e cultural são os núcleos históricos fruto da herança dos nossos antepassados, cabendo a nós e às gerações futuras garantir a sua preservação e identidade, porque eram nesses núcleos que existiam as relações sociais coletivas e onde as dinâmicas urbanas circundantes influenciavam essas vivências.

Porque o lugar é simultaneamente o princípio do sentido para os que o habitam e o princípio de inteligibilidade para aquele que o observa, estes lugares são identitários e relacionais na configuração instantânea de posições, ou seja, no mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, não esquecendo as relações nem a identidade histórica partilhada, que segundo Fernando Távora (1923-2005) no seu livro *Da Organização do Espaço* (2006), “ (...) *deve ser observado, respeitado e conhecido pelos arquitetos que nele intervencionem garantindo a sua continuidade sem perder a identidade*”.



Figura 41 – Panorâmica geral do Mosteiro S. Dinis, Odivelas. (Autor, 2014)

Nas futuras cidades mais inteligentes, as melhores serão aquelas que consigam conciliar a eficiência tecnológica, com o bem-estar, a cultura e o sentimento de pertença a quem nelas habita. No contexto das cidades com núcleos históricos, como as portuguesas, a sustentabilidade energética vai ser um fator importante, haverá mais transportes públicos, os peões e os ciclistas serão reis, estando em desuso o automóvel porque haverá fortes restrições de acesso a esses núcleos (Expresso, 2014).

3.1 - A ÁREA DE INTERVENÇÃO

Citando Souto de Moura (1952), numa entrevista sobre o ano 2053, “ (...) não estamos em tempo de grandes gestos, do que se trata aqui é de uma reflexão sobre a cidade e a política, o futuro do urbanismo é pontual e fragmentário” (Revista Expresso, p. 26, 2014).

Continuando, Souto de Moura diz:

“Um desafio para um horizonte de quarenta anos pode ter uma dimensão utópica, admito acreditar na utopia, a utopia de fazer gestos que de maneira nenhuma vão ser possíveis e em que as premissas são muito distantes. Acredito na utopia desde que haja alguém como Leonardo Da Vinci, que previu e fez o desenho de um helicóptero cinco séculos antes de ele existir. Mas era o Leonardo. (...) Quando o arquiteto não tem nada a dizer refugia-se na palavra utopia que serve de paliativo para a incapacidade de resolver problemas” (Ibidem).

Esta utopia paliativa aplica-se não só aos arquitetos como a outras classes sociais relacionadas com as questões urbanas que até agora nada ou quase nada fizeram para inverter as anteriores dinâmicas e alterações que derivaram no despovoamento e declínio das zonas centrais e culturalmente mais ricas, menosprezando os elementos estruturantes da paisagem e os valores culturais e patrimoniais, como no caso do núcleo histórico de Odivelas, conduzindo agora à emergência de novos desafios.

Neste contexto e passando à prática neste projeto, é apetecível mencionar a famosa frase de Le Corbusier *“Arquitetura ou Revolução”* (Le Corbusier, p. 187, 1998), porque é o que apetece fazer com os morosos PDM/Planos Estratégicos/Núcleos Históricos/burocracia, tal a urgência na intervenção.

Com a compreensão da evolução da sociedade e da cidade ao longo dos últimos séculos e depois de se compreender o património, a identidade, a memória coletiva e o que esteve errado na integração dos núcleos históricos nas novas cidades e sem aprofundar demasiado aquelas que poderão vir a ser as linhas orientadoras de um eventual Plano de Pormenor ou Estratégico, para a revitalização, reabilitação, reconfiguração e regeneração urbana do núcleo histórico de Odivelas, será oportuno salientar alguns princípios fundamentais para esta intervenção.

Considerando todo o material auxiliar de apoio a esta dissertação, que se encontra balizado pelo desenvolvimento de um conjunto muito significativo de estudos,

como sejam, Planos Estratégicos, PDM e Legislação em vigor, tendo como objetivo, valorizar os diversos contributos existentes e procurar enquadrá-los numa perspetiva territorial e estratégica.

Evitando que este tipo de intervenção possa provocar uma crescente degeneração da identidade do núcleo histórico de Odivelas, bem como alterações estruturais significativas da sua morfologia, efetuou-se uma análise da problemática dos processos de regeneração urbana, no que respeita à forma de assegurar um justo equilíbrio entre a salvaguarda da identidade do lugar e a capacidade de construir condições que possibilitem o desempenho de novas funções urbanas e de novas soluções de modernidade mantendo a sua singularidade.

Tratando-se este de um projeto de investigação em arquitetura, valerá de todo a pena contribuir com algumas ideias de reconfiguração para regenerar e potenciar a herança do património arquitetónico do núcleo histórico de Odivelas. Para isso contribuiu toda a pesquisa que fundamenta as ideias apresentadas. Numa fase inicial e balizando a área de estudo, analisemos a delimitação do núcleo histórico de Odivelas definida no âmbito de candidatura a apoios do QREN e em parceria entre a CMO e a IHRU/SIPA em 2011 [fig. 42]. Apesar da tarefa complexa que é esta definição, porque a malha urbana foi sofrendo alterações e reconfigurações, exigindo um conhecimento do edificado e adaptar essa delimitação com a inclusão de edifícios mais recentes ou reconstruídos a partir do original.

Esta delimitação apenas e só defende a reabilitação do núcleo histórico de Odivelas, não o promovendo para o exterior e consequentemente não o regenerando, daí que se apresenta a ideia de inclusão deste raio de ação à rua Guilherme Gomes Fernandes e avenida Major Caldas Xavier até à estação do Metropolitano de Lisboa, à Quinta Espírito Santo e às Colinas do Cruzeiro, envolvendo um número significativo de habitantes do concelho e trazendo novos visitantes de fora, conforme proposta em desenho da figura 44.



Figura 42 – Definição do NHO, Odivelas.
(CMO, 2011)



Figura 43 – ZEP. Localização do edificado de interesse para o presente estudo, Odivelas, s.e. (Autor, 2014)

O fundamento desta redefinição da delimitação do núcleo histórico de Odivelas é que este seja absorvido pelos dois núcleos polarizadores, a estação do Metropolitano de Lisboa, por transportar milhares de pessoas todos os dias, e a urbanização das Colinas do Cruzeiro, que atualmente é um polo de fixação de pessoas pela diversidade de serviços, passeios públicos generosos e arborizados, que permitem a recreação e vivências geracionais em espaços públicos diversos de lazer e prática desportiva.

Nesta iniciativa poderia ser aplicada na rua Guilherme Gomes Fernandes e Avenida Major Caldas Xavier, até à estação do metro, claro que isto implicaria um condicionamento de trânsito e principalmente a aplicação de medidas imperativas no estacionamento automóvel, porque Odivelas o que mais parece atualmente é um estaleiro automóvel, tal a anarquia e calamidade existente, em que uma pessoa normal tem de andar na rua porque os passeios estão ocupados por automóveis, impondo-se estes como a figura principal de Odivelas.



DELIMITAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS – ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO



DELIMITAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS – ZONA DE PROTEÇÃO CAMARÁRIA



DELIMITAÇÃO DO NÚCLEO HISTÓRICO DE ODIVELAS – ZONA DE PROTEÇÃO DO PROJETO

Figura 44 – Delimitações implementadas e ideia de uma delimitação regenerativa, Odivelas, s.e. (Autor, 2014)



Figura 45 – Terraços abandonados rua Guilherme Gomes Fernandes, Odivelas. (Autor, 2014)

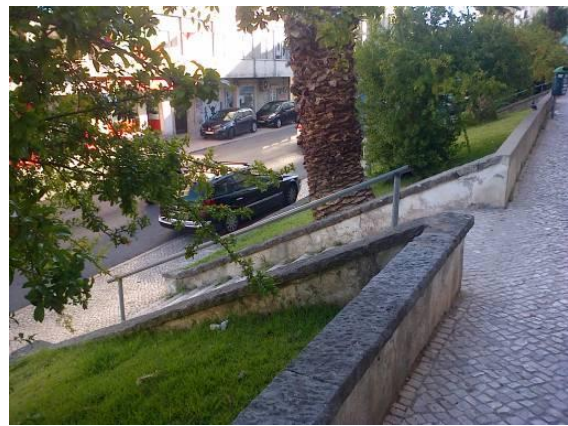


Figura 46 – Sobe e desce, Av. Major Caldas Xavier, Odivelas. (Autor, 2014)

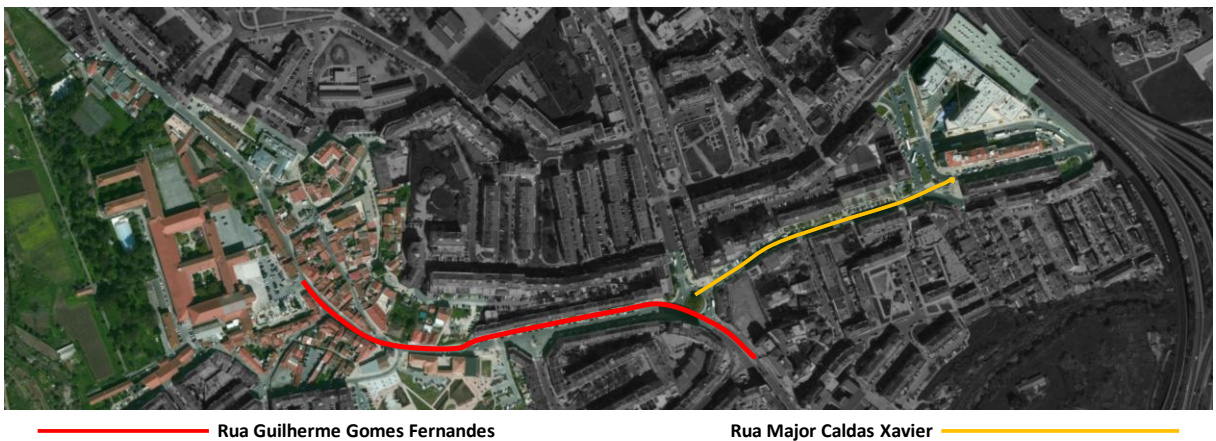


Figura 46 A – Rua Guilherme Gomes Fernandes e Av. Major Caldas Xavier, Odivelas. (Autor, 2014)

Nesta reconfiguração é importante rever a utilidade dos terraços abandonados [45] e sem qualquer utilidade, na rua Guilherme Gomes Fernandes, que para além da imagem degradada, começam a emergir *marquises*, sem qualquer autorização ou sentido estético. Podendo estas medidas permitir o alargamento dessa rua para espaços de lazer e um corredor verde, à semelhança do que se passa nas Colinas do Cruzeiro, abrindo todos esses pisos térreos ao comércio e revendo as acessibilidades a

esses edifícios, criando desta forma a Alameda D. Dinis. Esta rua passaria a sentido único, diminuindo assim o impacto automóvel no núcleo histórico de Odivelas. A revisão do sobe e desce [fig. 46], pedonal, dos passeios da avenida Major Caldas Xavier, é uma prioridade. Neste percurso, desde a estação até ao núcleo histórico, poderão existir troços de recreação artística, ou somente poemas escritos nos passeios, etc.

A Extensão até à Quinta Espirito Santo promoveria a Ribeira de Caneças e esta Quinta, através da ligação do Jardim do Mosteiro que aberto ao público e com passagens pedonais e de ciclovias, para as Colinas do Cruzeiro quebraria a fronteira natural existente da ribeira de Caneças. Integrando o núcleo histórico de Odivelas nesta urbanização de características quase irrepreensíveis e equipada com um pavilhão multiusos, que parece ser a maior atração de Odivelas, onde já aconteceram eventos de nível mundial. A possibilidade de um aumento mínimo do caudal desta ribeira poderia proporcionar uma ambiência única a Odivelas, promovendo-se também com um espaço raro na AML.

Com estas alterações de reconfiguração, que seriam prioritárias para referenciar o núcleo histórico de Odivelas no panorama metropolitano, transformando a maneira de ser e estar das pessoas deste lugar, recuperando a sua Identidade, é objetivo desta fase de intervenção, começar a regenerar, para seguidamente se começar a fixar.

Com a eventual delimitação definida e justificada, claro que toda esta teoria obrigaria a um urgente e rápido Plano de Pormenor e Estratégico para esta zona.

Abordando agora a questão da reabilitação urbana, que se aplica à zona mais antiga do núcleo histórico de Odivelas, deverá ser aplicada a legislação em vigor, com especial enfoque no *Decreto-Lei 53/2014 de 8 de abril*, mais adaptado à atual realidade económica, o qual refere que passam a pertencer a este regime de exceção os edifícios construídos há pelo menos 30 anos ou localizados em áreas de reabilitação urbana.

O objetivo principal da reabilitação será a regeneração na procura do controle do desenvolvimento dos espaços urbanos degradados e em desuso, garantindo a preservação do carácter dos lugares, tal como a memória coletiva, procurando desta forma os planos de regeneração urbana lutar contra a dispersão da ocupação desse território, gerando custos que não se coadunam com a atual situação económica.

O combate às intervenções individuais e independentes, nos núcleos históricos é fundamental porque na maioria dos casos são tão simplesmente a lavagem de fachadas. Para que as intervenções de reabilitação urbana efetuados por particulares ou

pelas autarquias sejam exitosas, deverá considerar-se a utilização de materiais existentes nos métodos construtivos, evitando incompatibilidades e uma rápida degradação dos edifícios, voltando tudo ao princípio. Regular o se passa no interior dos edifícios durante os processos de reabilitação é importante para garantir a manutenção da identidade.

Regeneração não é só edificado, regeneração passa também por planos de ordenamento de tráfego e estacionamento, o caso de estudo é o exemplo maior da falta de regeneração/reconfiguração neste aspeto, passando por uma das primeiras medidas de reconfiguração, a urgência de condicionamento do tráfego e ordenamento do estacionamento [fig. 47], conforme já referido que neste momento é anárquico, caótico e generalizado a todo o Concelho, não garantindo o direito à mobilidade, esta medida não seria radical ao ponto de terminar com o tráfego rodoviário, mas apenas condicioná-lo, para evitar os casos de insucesso de Évora e outros.



Figura 47 – Estacionamento, rua G. G. Fernandes, frente aos Paços do Concelho, Odivelas. (Autor, 2014)

Carecendo este Concelho de apoios e parecerias para a regeneração e reabilitação urbana ao contrário de outros que com os programas *Polis*, reformularam as suas políticas patrimoniais, sociais, culturais e de memória coletiva, é importante que a candidatura a programas de apoio financeiro do Estado português e europeu, principalmente agora com o novo quadro de apoio europeu é uma realidade, esteja na nesta linha de orientação como já foram anteriormente os programas RECRIA, REHABITA, JESSICA, RECRIPH muitos deles no âmbito do QREN, não é propósito deste projeto de investigação criticar, mas sim colmatar, de alguma forma carências, através de um contributo de ideias para a recuperação da dignidade social e patrimonial desta cidade que tem consigo uma das figuras maiores da história de Portugal, o rei D. Dinis.

Apesar de existirem movimentações, na tentativa de reabilitação [fig. 48] e para a execução de programas para a reabilitação urbana deste núcleo histórico de Odivelas,

é necessário celeridade neste processo para evitar mais desabamentos internos dos edifícios deste núcleo, ou até mesmo uma tragédia que desperte a celeridade do desenrasca. Para tal, os proprietários deveram ser notificados, assumindo com o Município uma gestão integrada deste processo para tomarem medidas de proteção, numa primeira fase, dos edifícios num estado de degradação mais avançado, procedendo ao processo de reabilitação do mesmo. Fomentando o Município incentivos através de privilégios fiscais ou outras medidas, caso contrário os proprietários que nada fizerem serão penalizados através de um agravamento substancial da carga fiscal, à semelhança do que acontece em outros municípios.

Nesta fase embrionária da reabilitação, regeneração e reconfiguração urbana do núcleo histórico de Odivelas, existem aspetos que não se poderá descurar, a reabilitação integrada assente sobre princípios culturais e socioeconómicos, a melhoria dos espaços públicos e o direito à mobilidade, que só é garantido com a criação de condições com este conjunto de aspetos surgirão novas dinâmicas sociais, culturais e económicas que serão fundamentais na regeneração do núcleo histórico de Odivelas, em que o turismo que esteve sempre de portas fechadas neste Concelho, abrirá novos horizontes e elevará a auto estima do lugar, mantendo-o vivo.



Figura 48 – Exemplos de reabilitação, rua G. G. Fernandes, NHO e Paços do Concelho, Odivelas. (Autor, 2014)

3.2 - NOVAS DINÂMICAS ECONÓMICAS GERADORAS DE COMPETITIVIDADE REGIONAL

As grandes prioridades estratégicas competitivas para Odivelas, são sem qualquer dúvida a regeneração do seu núcleo histórico e o O'Tech - Parque de Competitividade e Tecnologia de Odivelas [fig. 49], localizado em Famões nas antigas instalações da *Cometna*, já desativada em 2004, cujo objetivo é a investigação universitária interligada à organização empresarial e de alto rendimento desportivo.

Sendo este projeto o primeiro em Portugal vocacionado para receber investigação e a sua aplicabilidade prática, a empresa promotora deste projeto é a *LusoCapital*, na componente desportiva deverá incluir um centro de alto rendimento para modalidades que não sejam o futebol, com equipamentos como uma piscina, uma pista de atletismo, existindo já contatos com alguns clubes para utilizarem este centro. A sedução das empresas por este projeto passa pelo interesse de estas proporcionarem atividade física aos funcionários.

Relativamente ao polo universitário, existe interesse do Instituto Superior Técnico e Universidade de Motricidade Humana, assim como já existiram contatos com a Universidade Lusófona (JN, 2009).



Figura 49 – Projeto do Polo Tecnológico O'Tech, em Famões, Odivelas, LusoCapital. (JN, 2009)

Segundo a Presidente da Câmara de Odivelas, “*este projeto tem uma ambição de dimensão nacional que atraia empresas ligadas à inovação e às novas tecnológicas*” (Idem), a Ericsson é já uma das interessadas.

A complementar este Polo Tecnológico, existe um protocolo intermunicipal entre os municípios de Loures, Amadora e Odivelas para o investimento no metro ligeiro de superfície sem carris, será constituído por autocarros específicos para servir este polo e os três concelhos (Idem).

Estando o núcleo histórico de Odivelas intrinsecamente ligado à cidade contemporânea, dominada pela sobremodernidade, produtora de espaços abandonados, fragmentados ou de passagem e o crescimento associado ao aumento de circulação, da comunicação e do consumo, modelando estes espaços novas formas de interação, das quais a transformação do núcleo histórico de Odivelas depende. É necessário uma adaptação deste núcleo a esta realidade, começando por refletir a necessidade de existir uma preocupação do conjunto que o perfaz e não só no enquadramento dos monumentos, que até agora eram o único desígnio de investimentos e recuperação.

Neste contexto a iniciativa municipal, já referida, Incubadora *Start inOdivelas*, inaugurada em 2014, consiste em dar um verdadeiro impulso e dinamização à economia local, através da fomentação e a criação de microempresas (Odivelas.com, 2014). Esta iniciativa deveria ter sido a pioneira a iniciar um processo que se quer para o núcleo histórico de Odivelas que é a conversão e mudança de usos dos edifícios abandonados. Esta será uma das iniciativas para o sucesso da regeneração deste lugar, depois de reabilitada parte dos edifícios, através de escritórios/ateliers *low-cost* ou incubadoras empresariais, residências universitárias e até mesmo com campanhas esmagadoras para compra/aluguer dos jovens de casa no núcleo histórico de Odivelas a preços atrativos.

Conforme referido no PROT-AML e Planos Estratégicos, em Odivelas não existem unidades hoteleiras que possam satisfazer as necessidades dos visitantes. Neste sentido a criação das tão em voga *hostal*, pensões, estalagens ou também tão em voga intercâmbio habitacional e porque não uma unidade hoteleira que satisfaça os requisitos de visitantes mais sofisticados.

Sendo Lisboa e as grandes superfícies comerciais, as grandes concorrentes de Odivelas, o núcleo histórico de Odivelas necessita de novas dinâmicas empresariais, culturais, sociais e comerciais, que sejam atrativas no contexto da AML. Com a decadência a nível global das grandes superfícies comerciais, onde a procura do consumidor passa fundamentalmente por compras no hipermercado, senão veja-se o que acontece aos centros comerciais que não têm hipermercado, degradam-se até ao encerramento.

Lisboa é um exemplo desta nova realidade, com a recuperação do comércio e o fenómeno de gentificação, esta é uma oportunidade e um argumento para a captação de parcerias empresariais/comerciais de grandes grupos económicos através de

incentivos municipais, a Amadora não perdeu a oportunidade de ter esses grupos económicos na rua, como por exemplo a espanhola *Inditex* proprietária de uma cadeia mundial com mais de seis mil lojas [fig. 50], não apostando só em centros comerciais, se verificarmos Odivelas não tem a diversidade onde possamos encontrar os produtos que se encontram em centros comerciais ou em Lisboa, principalmente as camadas mais jovens que normalmente arrastam os pais que também são consumidores, as lojas *vintage*, também tão procuradas, etc.



Figura 50 – Empresas do grupo Inditex, (Inditex, 2014)

Outra carência é que poderia inverter a situação atual é a falta de variedade da restauração, recorrendo os odivelenses a Lisboa para comemorações ou festividades, outro exemplo da capital são os mercados de Campo de Ourique, solução mais bem conseguida do que o da Ribeira, exemplo que poderia ser adotado para o mercado de Odivelas que cada vez menos pessoas o visitam, sendo desolador a situação atual, tal como a doçaria conventual, já referida, deveria ter o seu lugar de destaque em Odivelas e não se resumindo quase em exclusivo à pastelaria *Faruque*, no Largo do Mosteiro, deveria ser mais divulgada e não só a marmelada.

Apesar de concorrente de Odivelas, Lisboa tem muitos bons exemplos para dar nas questões da reabilitação e regeneração, em 2007 a Câmara Municipal de Lisboa em parceria com IHRU, lançou o *Programa Porta 65*, que consiste em assegurar maior eficiência na gestão do património habitacional municipal, na reabilitação de áreas urbanas degradadas e dinamização do mercado de arrendamento, destina-se a uma população jovem entre os 18 e os 30 anos, com uma subvenção mensal durante 3 anos, sendo que nas zonas urbanas históricas essa subvenção tem uma majoração entre 10 e 20%, incentivando desta forma à regeneração destas zonas, refira-se que a maior parte dos apoios foram atribuídos às tipologias T2 (CM Lisboa, 2014).

Uma medida interessante seria também reabilitar um edifício cujos investimentos seriam em parceria com investidores e a amortização do investimento ser atribuída ao arrendatário por um período normal de um crédito à habitação, esta medida teria a vantagem de o cliente encontrar uma habitação nova evitando a desmotivação da compra de um edifício ou casa devoluta e degradada.

A reabilitação urbana ganha força em Lisboa com a *Invest Lisboa*, agência de promoção económica e consultadoria criada através de uma parceria entre a Câmara

Municipal de Lisboa e a Câmara do Comércio e Indústria Portuguesa, que apoia gratuitamente os proprietários de imóveis devolutos e parcialmente devolutos na Área de Reabilitação Urbana do Concelho de Lisboa. O objetivo desta iniciativa, é disponibilizar aos proprietários imóveis devolutos ou parcialmente devolutos uma análise integrada urbanística, jurídica, incentivos fiscais, mercado, etc. sobre as melhores formas de rentabilização dos imóveis, através dos parceiros Matelier, PARES|Advogados, Reabilita, RegenUrb e Renda Zero, ajudando a encontrar uma solução para o imóvel, de forma a poder ser rentabilizado (Idealista, 2014).

Culturalmente Odivelas poderá ser uma cidade de referência através da arte de rua entrando nos roteiros turísticos deste tipo de arte como uma das cidades mundialmente preferidas e com melhores obras, entrando na vanguarda e de referência, mas para isso acontecer terão que existir pelo menos uma ou duas obras de um autor de referência mundial como por exemplo o português Alexandre Farto Aka Vihls (1987), poderá ser dispendioso, mas o retorno será compensador, através da procura das suas obras e divulgação em publicações de todo o mundo.

Trazer a Odivelas, obras cénicas, expositivas, artesanato e feiras, seria uma aposta com o apoio do Centro Cultural da Malaposta, Sociedade Musical Odivelense e Centro de Exposições. Transformado Odivelas, numa cidade criativa, fruto de uma vontade espontânea da sociedade a visitar, tema que será desenvolvido mais adiante.

No seguimento das políticas municipais da mobilidade, desde maio de 2009 que a implementação da carreira *Volta*s [fig. 51], constituído por um miniautocarro, já transportou mais de um milhão de passageiros, esta iniciativa é de manter e, se possível, ampliar a todo o concelho, com especial ênfase na passagem mais insistente no núcleo histórico, em termos de sustentabilidade ambiental e saúde pública, a implementação de um serviço público de aluguer de bicicletas, à semelhança de outras cidades, seria uma medida a relevar, assim como a restrição, reordenamento da circulação e estacionamento automóvel.



Figura 51 – Transporte O *Volta*s, Odivelas.
(D.O., 2014)

3.3 - A MONTAGEM DA OPERAÇÃO

Numa primeira abordagem à apresentação de algumas ideias de regeneração e reconfiguração do núcleo histórico de Odivelas, procurou-se numa primeira fase o desenvolvimento de uma metodologia que permitisse, de uma forma expedita, conhecer as dinâmicas territoriais instaladas e a sua expressão espacial, como a planta de delimitação da zona de intervenção, já referida.

Auscultou-se as diversas sensibilidades técnicas e políticas acerca do quadro de fragilidades e de potencialidades dos modelos de desenvolvimento para o concelho. Executou-se o levantamento da situação no terreno de forma a construir um conhecimento das realidades espaciais mais sustentado, assim como uma análise da Estratégia de Desenvolvimento e a sua relação com a AML.

A partir das orientações adquiridas durante o percurso deste projeto de investigação e que sustentam as ideias apresentadas no ponto seguinte, é importante recuperar o objetivo final que será a resposta às questões efetuadas na Introdução. Com este fundamento cumpre agora apresentar algumas orientações que sustentam as ideias que adiante se descreverá e que procura responder à questão central sobre o património histórico, arquitetónico e urbanístico como podendo desempenhar um papel determinante face à concorrência de outros polos, no contexto da metrópole polinucleada.

As ideias que se irão apresentar, serão o fio condutor de uma aposta de vocação polarizadora, através de processos regenerativos e que será no âmbito turístico, misto de residência comércio, estúdios empresariais e culturais e também vocacionado para uma população universitária, procurando que esta adaptação seja entendida conforme o edificado o permita e adequando as soluções às características da procura.

Com a nova legislação em vigor para a reabilitação, crê-se ser mais expedita a inércia burocrática que estes processos normalmente enfrentam, desde que também exista vontade, a libertação de pequenos estigmas relativamente ao património, por parte das autoridades responsáveis, serão fundamentais para que estes processos regenerativos cheguem mais rapidamente a bom porto.

Recuperando os conceitos de Ruskin que defendia o restauro e a defesa do património como era e de Viollet-le-Duc que defendia intervenções profundas, nem que para isso tivesse que demolir parte ou a totalidade do edifício, são estes confrontos

indesejáveis e que muitas vezes inviabilizam as operações de resgate do património. Neste contexto uma normativa equilibrada será a melhor opção.

As ideias desta dissertação vão no sentido de não se confundir conceitos ou teorias, mas sim a utilização de uma dialética que consiga conciliar as teorias, correntes ou movimentos mais interessantes, apesar de que a manutenção da singularidade do conjunto deverá ser uma constante, afastando-se essas medidas do conceito *Fachadista*, apesar de nos princípios do património a intervenção desejável, ser mínima, mantendo as características arquitetónicas.

Nesta linha de raciocínio e não sendo uma novidade a intervenção em zonas históricas, uma série de exemplos de sucesso neste tipo de intervenção são uma evidência, poderá referir-se Lisboa e Porto que resultaram de soluções equilibradas na preservação do edificado do núcleo histórico ou em casos isolados.

Relativamente à segunda questão sobre a possibilidade de saber se as políticas municipais poderão adotar medidas no sentido de modificar esta tendência centrífuga do centro-cidade, tendência que tem permanecido até ao momento. No contexto da metrópole polinucleada de Lisboa, será que Odivelas poderá vir a desempenhar um papel polarizador idêntico ao de outros núcleos?

As novas dinâmicas económicas geradoras de competitividade regional, referidas no ponto anterior serão fundamentais na polarização, mas incrementá-las só será possível com apoio municipal, através de uma política mais aberta às questões patrimoniais e com capacidade argumentativa através de planos estratégicos de rápida execução, para que não se entre no marasmo que até agora tem acontecido, com longos processos e sem resultados.

Então, será necessário reunir uma equipa multidisciplinar técnica e jurídica para apreciação da informação existente, nomeadamente o levantamento dos projetos, planos e estudos em execução, discussão de dinâmicas territoriais, sociais e económicas, através dos seus problemas, potencialidades e necessidades, avaliação das prioridades de intervenção, levantamento de soluções de atuação para problemas prementes, conhecer os principais meios financeiros de apoio às ações a desenvolver.

A fase operacional teria início, a partir da delimitação definida do núcleo histórico de Odivelas. A abertura ao público com eventuais visitas guiadas ao Mosteiro e igreja D. Dinis e organização de circuitos turísticos ao histórico de Odivelas. Enquanto isso, a revisão de tráfego rodoviário e pedonal e reconfiguração da rua Guilherme

Gomes Fernandes e avenida Major Caldas Xavier, ou seja, o eixo histórico-estação do metropolitano.

Com todos os levantamentos nas áreas de ação e os estudos de viabilidade económica e arquitetónica aprovados, entre município, parcerias e investidores, a promoção dos espaços a alienar aos futuros proprietários seriam executados. Nos edifícios com estado mais avançado de degradação seria criada uma cobertura provisória, para evitar que estes continuassem a degradar-se ou até mesmo colapsar.

Intervenção de reabilitação no edificado, abertura do jardim e espaços exteriores do Mosteiro ao público com as ligações às Colinas do Cruzeiro, através de passagens superiores à Ribeira de Caneças, demolição de barracas ou casas ilegais e sem utilidade, preparação do aumento do caudal da Ribeira.

3.4 - O CASO DE ESTUDO E O ENSAIO DE UM PROCESSO DE REGENERAÇÃO URBANA

Sendo a capacidade intelectual do Homem/Mulher, o seu maior desafio desde a Antiguidade Clássica, a valorização desse passado apenas fará sentido se servir para refletir o presente e prever/melhorar o futuro, tendo o património um enorme potencial enquanto elemento ativo no combate à desertificação dos núcleos históricos e na valorização da história e identidade da sociedade, esta intimidade entre o Homem/Mulher e o lugar torna-a Identitária.

É através da arquitetura que se reflete a identidade de uma cidade, região e até de um país, ou o ambiente é bom e as pessoas ficam ou já não é e vão-se embora o núcleo histórico de Odivelas apesar de ser um lugar de antepassados, a memória coletiva não pode deixar que seja apenas isso, para que as gerações futuras saibam o caminho percorrido e o que percorrem.

Desta forma sensível, como deve ser este contributo para o ensaio de o processo de regeneração deste núcleo histórico e no âmbito dos objetivos gerais desta investigação, não se pretende gerar transformações imediatas, mas pontuais que funcionem como (...) *“impulsionadoras para o desenvolvimento de uma ação propagadora”* (...) (Lerner, 2003).

Configurando o início de uma eventual estratégia de criação de uma nova centralidade no contexto da AML, nesta nova fase da modernidade urbanística, é intenção deste projeto de investigação através de linhas orientadoras para um eventual Plano de Pormenor de Reabilitação e Regeneração Urbana do Núcleo Histórico de Odivelas:

1º - A proximidade de Lisboa, característica histórica e atual e agora ainda mais com o Metropolitano de Lisboa poderá promover o contacto com Odivelas aproximadamente dois milhões de habitantes que não conhecem Odivelas e muito menos a sua história e identidade.

Esta proximidade tem aspetos negativos como a saída das pessoas de Odivelas para a Capital, tanto profissionalmente como para consumo, por este motivo a competitividade de Odivelas na oferta e qualidade de vida e de trabalho terão de afirmar-se definitivamente.

A transformação do percurso entre a estação do metropolitano e o núcleo histórico de Odivelas com a reconfiguração da rua Guilherme Gomes Fernandes e a Avenida Major Caldas Xavier, pressupõe passeios generosos e arborizados e diversidade de espaços públicos para recreação, ciclovias que englobem toda esta área incluindo o novo jardim ribeirinho com várias alusões artísticas que definiriam o percurso até ao núcleo histórico de Odivelas.

Com a extensão deste núcleo até à Quinta Espírito Santo promoveria a Ribeira de Caneças e esta Quinta através da ligação do Jardim do Mosteiro que aberto ao público e com passagens pedonais para as Colinas do Cruzeiro, quebraria a fronteira natural existente da ribeira de Caneças, integrando o núcleo histórico de Odivelas nesta urbanização, equipada com um pavilhão multiusos, onde já aconteceram eventos de nível mundial, também a possibilidade de um aumento mínimo do caudal desta ribeira poderia Odivelas ficar com um espaço raro na AML.

2º - Património/Rei D. Dinis/Turismo, O património arquitetónico de Odivelas e o seu impulsionador, é uma mais-valia na AML.

A divulgação da presença deste que foi uma das figuras mais importantes da História de Portugal no núcleo histórico de Odivelas. A grande bandeira deste projeto de investigação será a entrega à comunidade do Mosteiro D. Dinis e S. Bernardo, o qual foi a matriz fundadora do espaço urbano e arquitetónico de Odivelas, com o intuito que se desenvolva turisticamente este núcleo histórico, Mosteiro que com as atuais características se transformaria numa ala em unidade hoteleira de categoria superior, conforme exemplos já existentes como o Mosteiro de Terras do Bouro [fig. 52] transformado em pousada e que é hoje uma referência. A abertura do jardim e claustros ao público através da demolição das barreiras existentes, muros que não têm fim e cercam o que mais importante aqui existe, abrindo frentes de paisagem e lazer.

A criação de *Hostales*, no conjunto urbano do núcleo histórico de Odivelas e o intercâmbio habitacional internacional trariam novas dinâmicas a este conjunto.



Figura 52 – Pousada de Terras do Bouro, Souto de Moura. (Portugalvirtual, 2014)

Também o Mercado de Odivelas teria um papel muito importante na divulgação da cidade, através da gastronomia a exemplo do que se está a passar nos Mercados de Campo de Ourique e Ribeira, onde a procura é imensa, evitando desta forma a desertificação e degradação a que este está a ser alvo, apesar de estar localizado numa das centralidades comerciais de Odivelas.

3º - Capacidade Cultural.

Tendo Odivelas no Concelho um dos Centros Culturais mais ativo da AML, seria interessante parcerias e intercâmbios com o Centro Cultural da Malaposta e com outros da AML, tal como associações culturais do concelho, apesar das poucas salas fechadas para eventos de grande dimensão, o Largo D. Dinis terá a possibilidade de apresentação de eventos ao ar livre, para festivais de verão.

Imagine-se empenas mudas, vazias e desperdiçadas na proximidade do panteão daquele que para além de homem de paz, mais impulsionou a cultura deste país ao ponto de instituir o português como língua oficial, enquanto a igreja pregava a Bíblia, aquele que conseguiu que a arte da cultura académica fosse uma realidade, cultura quase inexistente no resto do mundo, aquele que mandou plantar o pinhal de Leiria, se assim não fosse teríamos talvez um areal, transformando-o na maior mancha verde de Portugal, aquele que mandou equilibrar a disparidade de cobranças de impostos que os nobres cobravam ao povo aquele que definiu as fronteiras nacionais enfim o panteão de uma das mais importantes figuras da história de Portugal.

Rei D. Dinis que tem como única referência em Odivelas, sem ser o seu túmulo, a justa homenagem que é a estátua de Luís LaRoche (1944), existente numa rotunda secundária desta cidade.



Figura 53 – S. n., Alexandre Vihls, s. d., Exter,
R.U. (Vihls, 2014)



Figura 54 – Urban Art Bennale, Alexandre Vihls,
s. d., Volkingen, Alemanha (Vihls, 2014)

Está na hora de chamar os jovens artistas, juntando-os com alguns consagrados, sedentos de criação e levantar estas empenas despidas, nomeadamente a que dá acesso ao Largo do Mosteiro e onde já existiu um edifício. A empena em frente à varanda da Quinta da Memória, atualmente Paços do Concelho, através da arte, por exemplo, de Alexandre Farto Aka Vihls (1987), prestigiado tratador de fachadas nuas em todo o mundo. Incluindo Odivelas na arte de rua, onde Lisboa se protagoniza mundialmente ganhando prémios como uma das cidades mais importantes neste âmbito trazendo muitos visitantes, homenageando o visionário e nosso percursor na elevação da cultura como identidade.



Figura 55 – Arte anamórfica, Julian Beever, 2010 (kromo-ssomos, 2014)

Imagine-se o eixo entre a estação do metropolitano e o Mosteiro as ruas arborizadas, como já o foram, com extratos de poemas e textos enriquecedores e provocadores dos que passam fazendo recordar as primeiras apresentações de Gil Vicente (c. 1465 – c. 1536) neste Mosteiro, através do alargamento destes acessos e

onde o trânsito é condicionado e os quintais e terraços desaparecem, anulando o aspeto de abandono e degradação dos edifícios. Transformando os pisos térreos desses edifícios em espaços comerciais variados, criando espaços de lazer nestes passeios mais largos, transferindo o trânsito atual dissipando o tráfego desta zona. Promovendo o acesso pedonal ou através de ofertas municipais já existentes acrescidas com ciclovias e aluguer de bicicletas, com passagem pelo núcleo histórico e ligação, através de pontes e acessos pedonais a zonas com uma componente social fantástica, como sejam as Colinas do Cruzeiro onde a diversidade de serviços e a generosidade da largura dos passeios, assim como os seus recantos verdes, transformaram esta zona num sucesso na vivência económico, social e habitacional.



O Teatro é um grande meio de civilização, mas não prospera onde não a há. Não têm procura os seus produtos enquanto o gosto não forma os hábitos, e com eles a necessidade.

Almeida Garrett



Figura 56 – rua Rosa, Cais do Sodré, Lisboa, José Adrião, 2012 (i.ytimg, 2014)

Figura 57 – Escritos no pavimento ou craquelado, (craquelado, 2014)

4º - Polo Universitário/ Desporto

Aproveitando a oportunidade da mudança operacional do Instituto de Odivelas e a criação do Polo Tecnológico, este Instituto poderia adaptar-se a uma extensão do polo universitário do O'Tech, com cursos no âmbito da história, história das artes e o design, seria de todo interessante com apoio municipal o desenvolvimento deste curso com peças para concorrer aos mais diversos prémios internacionais de design em parceria com outros municípios, como por exemplo o Município de Paredes que ganha há dois anos consecutivos o prémio Europeu *Regiostars* que promove projetos regionais, este ano foi premiada uma cadeira desenvolvida em parceria com o

Município, no âmbito da gestão de resíduos da Câmara, no programa *Art on Chairs* (O Público, 2014).

Também como extensão à Universidade de Motricidade Humana, a localizar-se no O'Tech – Polo Tecnológico e sendo Odivelas um concelho jovem, apesar de a este nível o grande horizonte passa quase em exclusivo pelo futebol e futsal, a polivalência do Instituto de Odivelas, poderia ser reutilizada com escola de ténis, de equitação, entre outros visto que as instalações já existem, obrigaria agora adaptá-las, oferecendo ao município um leque de opções desportivas que muito poucos têm.

Esta capacidade universitária que Odivelas poderá vir a ter, potenciará o concelho, não só tornando a população mais jovem e ativa, com fortes possibilidades de fixação no perímetro urbano da cidade, assim como, a criação de residências universitárias poderiam ser uma maior valia para o núcleo histórico.

Apesar do investimento municipal realizado para a promoção e divulgação do núcleo histórico, Odivelas ainda continua a ser uma cidade periurbana, que necessita urgentemente de recuperar todo o tempo perdido em desavenças políticas e que só agora se afirma como capital de um polo, com responsabilidades acrescidas no âmbito da AML.

Chegou a hora de ser uma cidade polarizadora, só sendo isso possível com a atração do que aqui não existe, as pessoas e o conhecimento da liberdade cultural da procura, não a do consumo, que é importante para o mantimento do conhecimento, mas a da diversidade e da arte porque a cultura existe, não consigo imaginar um Mosteiro, Património Nacional sozinho em que a procura só existe em época de eventos porque numa época em que Odivelas é concelho deverá mostrar o seu dote a quem a visita e as ruas do núcleo histórico a fervilharem de pessoas nas compras de natal.

Deixando Odivelas de ser uma cidade monótona e dormitório onde nada existe ou acontece, encontrando a Identidade original e adaptada à nova realidade, tornando-se assim, numa cidade mais moderna, competitiva e polarizadora, inserida na metrópole polinucleada de Lisboa, respondendo esta cidade aos desafios de competitividade desta metrópole e preparada para os desafios do século XXI.

CONCLUSÃO

A ‘bandeira’ de Odivelas é sem dúvida o seu Mosteiro e D. Dinis, carregando ambos um testemunho histórico, social e cultural, menosprezado, estando incluída num conjunto arquitetónico que o valorizou e dele dependeu. Este património é indiscutivelmente simbólico na paisagem deste território, que apesar da falência a que está dotado, a cidade deve manipular dinâmicas para que uma nova alavanca crie novos meios de crescimento e progresso, que recupere a Identidade e memória coletiva deste Núcleo Histórico, invertendo a imagem de que “ (...) *o património histórico parece hoje em dia representar o papel de um vasto espelho no qual nós, os membros das sociedades humanas, contemplaríamos a nossa própria imagem*” (Choay, p. 253, 2011).

Desta forma, as motivações para o desenvolvimento desta dissertação de Mestrado empolgaram-se pela sensibilidade e antagonicamente pela inércia demonstrada pela sociedade a que está entregue, de forma obsolescente, os núcleos históricos, porque ao olhar estes lugares e perceber-se o que já foram, levam-me cada vez mais a acreditar que é este o motivo deste trabalho.

A principal linha orientadora desta dissertação foi a pesquisa dos fenómenos resultantes da transformação da cidade mononucleada e radiocêntrica para a metrópole polinucleada e contemporânea, derivada pela Revolução Industrial. Deparando-se com as problemáticas decorrentes dos processos de expansão das cidades, invertendo as lógicas das centralidades, desadequando-as perante tais dinâmicas, tornando a metrópole contemporânea produtora de espaços abandonados, fragmentados ou de passagem e o seu crescimento associado ao aumento de circulação, da comunicação e do consumo. Sendo a metrópole cada vez mais o motor da economia, este novo modelo urbano tem uma organização económica cognitiva e estruturada numa organização urbana, social e política, promovendo este estilo de vida aos indivíduos, uma heterogeneidade social, derivando em muitos casos em anomia.

“A dimensão das cidades dependeu dos meios de transporte e de “armazenamento” de pessoas, em particular das técnicas de construção em altura, da gestão urbana dos fluxos e dos serviços, bem como das exigências de proteção e controlo.”

“A história das cidades foi assim ritmada pela história das técnicas de transporte e armazenamento de bens, de informações e de pessoas. Este sistema de mobilidade, a que chamamos “sistema bip”, está no

centro das dinâmicas urbanas, da escrita à Internet, passando pela roda, a imprensa, o caminho-de-ferro, o telégrafo, o betão armado, a esterilização, a pasteurização e a refrigeração, o carro elétrico, o elevador, o telefone, o automóvel, a telefonia, etc. O crescimento horizontal e vertical das cidades tornou-se possível pela invenção e aplicação destas técnicas.”

(Ascher, p. 22, 2012)

Esta forma tão prática e fria, segundo Ascher, ao demonstrar a caracterizar a evolução da cidade real, como estudante de arquitetura obstina-me, direcionando a minha sensibilidade para os temas desenvolvidos nesta dissertação que tiveram como principal linha orientadora a transformação da cidade mononucleada para uma metrópole polinucleada, modelos económicos e teorias sobre a evolução da sociedade e como transformou a cidade. As questões patrimoniais e dos núcleos históricos, também apoiados por várias teorias, Nomeadamente a valorização do património através das *Cartas Internacionais* e regulamentação existente, a memória coletiva, que transmitiu a ideia da relação entre o lugar e a sociedade.

Neste contexto foi importante relevar os fundamentos e princípios da *Carta Europeia do Património Arquitectónico Europeu* de 1975, que estabelece que todos os monumentos e conjuntos arquitectónicos dentro do espaço europeu são da Europa. Alertando as consciências de que a história de cada nação se encontrava materializada, obrigando os europeus a repensar, em conjunto a necessidade de reabilitação desse património, desde o monumento mais importante à arquitetura mais modesta e vernacular.

Na atual conjuntura económica essas transformações e adaptações são dificultadas por questões financeiras, podendo ser ultrapassadas, contrariando esta tendência da cidade abandonada e dormitório, através de pequenas intervenções capazes de gerar melhorias significativas nas cidades. O recurso ao conceito de acupuntura urbana faz parte de uma teoria de ecologia urbana, que propõe, principalmente, o desenvolvimento sustentável, criando um conjunto de ações de revitalização que podem mudar a vida da cidade, através de três desafios fundamentais: a mobilidade, a sustentabilidade e a tolerância à sociodiversidade.

Estas matérias do primeiro Capítulo foram bastante importantes para complementar e concluir esta dissertação, através das ilações tiradas para fundamentar grande parte deste trabalho. Neste sentido algumas críticas que são lançadas a estes

temas tiveram como objetivo principal a forma de pensar o exercício da arquitetura no século agora iniciado.

Partindo dos conceitos referidos, cidade industrial, cidade mononucleada, desindustrialização, metrópole polinucleada, património, núcleo histórico e acupuntura urbana, começou a desenhar-se uma estratégia de intervenção que Odivelas, através de uma investigação exaustiva sobre a sua matriz e evolução urbana. Neste âmbito, foi importante perceber, a partir da análise, como foi dito, dos documentos produzidos pela Câmara Municipal de Odivelas sobre este assunto, as configurações e conceitos referidos para contextualizar a emergência de intervenção em Odivelas, para que este concelho se torne competitivo dentro da metrópole polinuclear de Lisboa, para isso acontecer, o segundo Capítulo permitiu um aprofundado estudo sobre o desenvolvimento urbano, social, económico e cultural de Odivelas através da documentação e pesquisa realizada, estando na base deste tema a capacidade polarizadora e competitiva de Odivelas.

Travar o despovoamento do núcleo histórico e introduzir dinâmicas de revitalização face à generalização deste fenómeno, porque a maioria dos núcleos antigos encontram-se obsoletos, devido à inadaptação da nova realidade da cidade moderna, do acesso automóvel, desatualização e legislação demasiado rígida que obriga a introdução de medidas radicais para esses núcleos, como a sociedade de consumo, a procura de habitação mais moderna e adaptada às suas necessidades habitacionais e de comércio. Da análise daqueles documentos municipais orientadores da política urbana municipal infere-se que não está implícita uma política de defesa e integração do núcleo histórico nas dinâmicas do crescimento urbano, municipal e regional. Procedendo deste modo, este município como muitos outros, desligou por completo o núcleo central das novas malhas e dinâmicas urbanas. Ao atuarem deste modo, criaram um quadro de intervenção pouco respeitador da legislação sobre o património e desencadearam um processo de que resultou, por falta de orientações esclarecidas, uma intervenção pouco esclarecida e até de abandono. Foi sobre este tipo de preocupações que no terceiro Capítulo se avançou com uma valência de ideias como ponto de partida para inverter a situação atual do núcleo histórico de Odivelas.

Neste novo contexto, e procurando encontrar resposta para às questões que se apresentaram na Introdução, pode-se afirmar que Odivelas tem todas as possibilidades de potenciar uma capacidade polarizadora, no contexto da metrópole polinucleada de Lisboa. De fato, através do Polo Tecnológico em projeto e com a afirmação do seu

património histórico, arquitetónico e urbanístico existente no núcleo histórico, Odivelas tem condições, como foi exposto nesta dissertação, de desempenhar um papel ativo e concorrencial com os restantes polos da metrópole polinuclear de Lisboa.

Aproveitando a chegada do Metropolitano e a reconversão do Instituto de Odivelas e com isso a valorização habitacional, com espaços públicos condignos, com uma mobilidade exatamente inversa à atual, com um novo modelo residencial e usos no seu núcleo histórico, aspetos salientados nesta dissertação, poder-se-á valorizar um processo de miscigação geracional e cultural, através de desejáveis alternativas turísticas, universitárias, culturais e desportivas. Tais aspetos e ideias poderão projetar Odivelas e o seu núcleo histórico com um protagonismo na metrópole polinucleada e fragmentada, valorizando sempre a sua identidade e singularidade arquitetónica como fatores potenciadores dessa estratégia.

Relativamente à questão, de que políticas municipais adotar no sentido de modificar esta tendência centrífuga do centro-cidade. O caminho de uma Odivelas como centralidade emergente, ainda muito dependente de Lisboa social e culturalmente, só deixará de o ser, para passar a ser uma centralidade quando se rever a política de fixação de pessoas e principalmente com capacidade crítica e cognitiva, escalão muito deficitário no concelho. Visitantes e principalmente juventude para o seu núcleo histórico, através de múltiplas atividades, residenciais, culturais, desportivas, etc.

Para que tudo isto seja possível, a conversão de Planos, projetos, Decretos-Lei sobre reconfiguração, reabilitação e regeneração, concordantes e ao mesmo tempo contranitentes, num só documento que defina um Plano Estratégico exequível e que todos o entendam, com capacidade de leitura constante das dinâmicas e transformações de Odivelas agindo o município de forma heurística, reunindo toda esta literatura densa e enigmática, que se traduz em absolutamente nada, como se tem confirmado.

Relativamente à segunda questão que interroga sobre a possibilidade de Odivelas vir a desempenhar um papel polarizador idêntico ao de outros núcleos, na metrópole polinucleada de Lisboa. Esta investigação conclui afirmativamente com a pesquisa efetuada, através do seu Polo Tecnológico e com as ideias que fomentam esta dissertação, Odivelas tornar-se-á sustentável e polarizadora.

Nesta nova realidade urbana do núcleo histórico está implícita uma revalorização patrimonial catapultando-a para impulsionar geracionalmente nos diferentes momentos da sua evolução e adaptá-lo sucessivamente aos novos desafios,

não podendo o passado se circunscrever a si próprio. Terá que construir uma estrutura que sustente no futuro, porque o lugar na sociedade é simultaneamente o princípio de sentido para os que o habitam e o princípio de inteligibilidade para aquele que o observa, estes lugares são identitários, inclusive na Identidade individual, ou seja, no mesmo lugar podem coexistir elementos distintos e singulares, não esquecendo as relações históricas nem a identidade.

Estes novos compromissos urbanos, para Odivelas, serão a base orientadora da solução que se pretendeu encontrar para a regeneração deste Núcleo Histórico, preservando o compromisso histórico e a identidade do lugar, de forma a angariar o reconhecimento efetivo da sua importância e motivar através das sinergias comunitárias o interesse coletivo, elevando condignamente o seu estatuto de núcleo histórico de reconhecido interesse, cuja capacidade mobilizadora seja uma influência benéfica para todo o concelho onde se insere, assumindo-se como um exemplo a seguir na nossa realidade social e política, onde o desinteresse pelo nosso património edificado é uma constante.

Se por um lado este projeto de investigação proporcionou uma reflexão aprofundada, não somente sobre o núcleo histórico de Odivelas, mas também uma reflexão alargada sobre a regeneração de outros e a toda a problemática a estes associada. Por outro, levou a que as questões de cariz urbano, social e histórico, inicialmente levantadas conduzissem a outras que se enquadram quer nos movimentos sociais urbanos quer na nova contemporaneidade do urbanismo e nos novos princípios a ele associados.

Com este projeto de investigação, foi cumprido o objetivo de conhecer profundamente o núcleo histórico de Odivelas, a sua morfologia, a sua génese e a compreensão das questões da sua evolução urbana, social e cultural, valorizando-o ainda mais. Não querendo ser pretensioso, as ideias apresentadas foram idealizadas e pensadas para inverter o atual estado de coisas, não quer isso dizer que vão resolver o problema do caso de estudo, mas que estas sejam uma ajuda para o início de que algo aconteça.

Esta dissertação permitiu-me desenvolver e aperfeiçoar competências de investigação, seleção, organização e comunicação de informação para a regeneração de centros históricos, tendo um papel fundamental a bibliografia disponível tornando possível identificar conceitos, aprofundar e desenvolver as suas características e as decorrentes do tema.

Apesar de muitas vezes as necessidades temporais não se coadunarem com o tempo necessário na execução desta dissertação, principalmente devido a ausências prolongadas do país, refira-se que com esta dissertação não pretendo que seja o final do percurso académico, porque o impulso dado, despertou-me a vontade de aprofundar este tema e a relação com a problemática dos núcleos históricos. Tornando-se esta dissertação uma grande homenagem ao Rei D. Dinis, O Povoador.

BIBLIOGRAFIA

- ALMEIDA, F. (1967) – ***História da Igreja em Portugal***. Porto: Portucalense editora.
- ARQUIVO PITORESCO (1862 e 1863) – ***Vol. V e Vol. VI***. Lisboa: Semanário Ilustrado.
- ASCHER, F. (2010) – ***Novos Princípios do Urbanismo***. Lisboa: Livros Horizonte.
- ASCHER, F. (1998) – ***Metapolis: Acerca do Futuro da Cidade***. Oeiras: Celta.
- AUGÉ, M. (1994) – ***Não-Lugares***. Venda-Nova: Bertrand.
- BARATA, J. (1977) – ***A Doença na Cidade***. Lisboa: Livros do Horizonte
- UPJOHN, E.; WINGERT, P.; MAHLER, J. (1975) – ***História Mundial da Arte, Vol. III***. Venda-Nova: Bertrand.
- BENEVOLO, L. (1995) – ***A Cidade na História da Europa***. Lisboa: Editorial Presença
- BENEVOLO, L. (2006) – ***A Cidade e o Arquiteto***. Lisboa: Edições 70.
- BENEVOLO, L. (2009) – ***Comentário ao Preâmbulo da Introdução à Arquitetura***. Lisboa: Edições 70.
- CHOAY, F. (1998) – ***O Urbanismo – Utopias e Realidades, uma Antologia***, 5ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva.
- CHOAY, F. (2010) – ***A Alegoria do Património***. Lisboa: Edições 70
- CM LOURES (1986) – ***Tradição e Mudança, Loures***. Loures: Edição da CM Loures.
- DGOTDU (2005) – ***Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território***; Coleção Informação. Lisboa: Direção de Estudos e Planeamento Estratégico.
- DUBY, G. (1979) – ***Saint Bernard, L`art Cistercien***. Paris: Flammarion.
- EXPRESSO (2014) – ***O Ano 2050***, Revista nº 2149 de 4 de janeiro de 2014. Edição de João Ramos. Lisboa: Jornal Expresso
- FARIA, C. (1990) – ***Reabilitação Urbana em Portugal, “Viver (n)a Cidade”***. Lisboa: LNEC e ISCTE, 433-453.
- FARIA, C. (2009) – ***As Cidades na Cidade – Movimentos Sociais Urbanos em Setúbal 1966-1995***. Lisboa: Esfera do Caos.

- FIGUEIREDO, A. (1889) – **O Mosteiro de Odivelas**. Lisboa; livraria Ferreira.
- FOCILLON, H. (1938) – **A Idade Média Romântica e Gótica**. Lisboa; Arte do ocidente
- GALANTAY, E. (1975) – **Nuevas Ciudades de La Antigüedad a Nuestros Días**. Nova Iorque: George Braziller.
- GOITIA, F. (2010) – **Breve História do Urbanismo**, 8ª edição. Queluz de Baixo: Presença.
- HARVEY, D. (1992) – **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola.
- HOLL, S. (2014) – **Questões de Percepção: Fenomenologia da Arquitetura**. Consultado em 25 de junho de 2014, disponível em:
<http://www.archdaily.com.br/18907/questoes-de-percepcao-fenomenologia-da-arquitetura-steven-holl>
- HOWARD, E. (1996) – **Cidades-Jardins de Amanhã**. São Paulo: Hucitec.
- IDEALISTA (2014) – **Invest**. Consultado em 12 de setembro de 2014, disponível:
<http://www.idealista.pt/news/imobiliario/habitacao/2014/05/23/21301-reabilitacao-segunda-edicao-do-consultorio-dos-imoveis-arranca-hoje>
- I.N.E. (2014) – **Instituto Nacional de Estatística - Censos 2011**. Consultado em 4 de junho de 2014, disponível em:
http://censos.ine.pt/xportal/xmain?xpid=CENSOS&xpgid=censos2011_apresentacao
- JACOBS, J. (1961) – **Morte e Vida das Grandes Cidades**. Nova Iorque: Martins Fontes.
- KAUFMANN, E. (1951) – **Três Arquitetos Revolucionários: Boullée, Ledoux y Lequeu**. Barcelona: Gustavo Gilli.
- LE CORBUSIER (1998) – **Por uma Arquitetura**, 5ª edição. São Paulo: Perspectiva.
- LE CORBUSIER (2009) – **Unité d'Habitation**. Paris: Fondation Le Corbusier.
- LEDOUX, C. (1997) – **L'Architecture Considérée Sous le Rapport de l'Art, des Mœurs et de la Législation**. Paris: Hermann, Éditeurs des Sciences et des Arts.
- LENIAUD, J. (1994) – **Viollet-le-Duc ou les Délires du Système**. Paris: Mengès.
- LERNER, J. (2003) – **Acupuntura Urbana**. Rio de Janeiro: Editora Record.

MARQUES, A. (1997) - ***História de Portugal, Vol. I, das Origens ao Renascimento***. Lisboa: editorial presença.

MINISTÉRIO DA CULTURA (2014) – ***MinCultura – Ministério da Cultura da Colômbia***.

Bogotá. Consultado em 12 de agosto de 2014, disponível em:

<http://www.mincultura.gov.co/areas/fomento-regional/Paginas/default.aspx>

MORAIS, A.; OLIVEIRA, F.; SERDOURA, F.; MOREIRA, G.; SIMÕES, I.; ROSA, I.; MORAIS, J.; JORGE, J.; CABIDO, J.; MATOS, M.; LOURO, M.; NETO, Maria P.; LEONARDI, M.; KONG, M.; JANUÁRIO, P.; DUARTE, R.; CAÇOILA, S.; RAMOS, B. (2007) – ***Artitextos 05 – A Cidade Informal no Pensamento Contemporâneo***. Lisboa: Faculdade de Arquitetura.

NERÉ, J. (1977) – ***História Universal – O Mundo Contemporâneo***. Lisboa: Círculo de Leitores.

PEREIRA, P. (1995) – ***“A Arquitetura (1250-1450)”, História da Arte Portuguesa, Vol. I***, pp. 335-433. Lisboa: Bertrand.

PINDYCK, R. ; RUBINFELD, D. (1994) – ***Microeconomia***, São Paulo: Makron Books.

PORTAS, N. (1983) – ***Conservar Renovando ou Recuperar Revitalizando***. Coimbra: Museu Nacional de Machado de Castro.

PORTAS, N; DOMINGUES, A. & CABRAL, J. (2003) – ***Políticas Urbanas. Tendências, estratégias e Oportunidades***. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTAS, N. (2005) – ***A Cidade Feita e Refeita***. Minho: Departamento Autónomo de Arquitetura da Universidade do Minho (DAAUM).

PORTAS, N. (2011) – ***Políticas Urbanas II: Transformações, Regulação e Projeto***. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

PORTO VIVO (2014) – ***Porto Vivo, Sociedade de Reabilitação Urbana***. Porto. Consultado em 12 de julho de 2014, disponível em: http://www.portovivosru.pt/gestao_urbana.php?id=2

RAMOS, R.; Bernardo S.; Nuno M. (2009) – ***História de Portugal***. Lisboa: Esfera dos Livros.

RICHARDSON, J. (2004) – ***Nietzsche's New Darwinism***. Nova Iorque: Universidade de Oxford.

ROA, O. (2012) – ***Bogotá Segmentada***. Bogotá: Universidad Externado de Colombia.

RODRIGUES, J. (2010) – ***Teoria Crítica da Arquitetura. Século XX***. Lisboa: Caleidoscópio

ROSSI, A. (1977) - ***A Arquitetura da Cidade***. Lisboa: Edições Cosmos.

RYKWERT, J. (2004) – ***A Sedução do Lugar - A história e o Futuro da Cidade***. São Paulo: Martins Fontes.

RUSKIN, J. (1990) – ***The Stones of Venice***. Londres: George, Allen & Unwin.

RUSKIN, J. (1990) – ***The Seven Lamps of Architecture***. Nova Iorque: Dover Publications.

SALGUEIRO, T. (1992) - ***A Cidade em Portugal. Uma Geografia Urbana***. Porto: Edições Afrontamento.

SMMA (2014) – ***Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba***. Curitiba. Consultado em 2 de julho de 2014, disponível em:
<http://www.curitiba.pr.gov.br/servicos/cidadao/equipamento/secretaria-municipal-do-meio-ambiente-sede/1654>.

TOMÉ, M. (2001) - ***Odivelas - Um Mosteiro Cisterciense, da Comissão Instaladora do Município de Odivelas***. Odivelas: Janeiro.

TRIENAL DE ARQUITECTURA DE LISBOA (2007) - ***Vazios Urbanos***. Trienal de Arquitetura de Lisboa 2007. Lisboa: Caleidoscópio.

VAZ, M. (1986) – ***Património Histórico-Artístico de Loures, vol. I***. Loures: CM Loures.

VIOLLET-LE-DUC, E. (1990) – ***The Architectural Theory of Viollet-le-Duc: Readings and Commentary***. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.

CONVENÇÕES INTERNACIONAIS SOBRE PATRIMÓNIO

CIAM (1933) - ***Carta de Atenas***. Atenas: CIAM. Consultado em 4 de junho de 2014, disponível em <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=233>.

CONSELHO DA EUROPA (1975) - ***Carta Europeia do Património Arquitectónico***. Consultado em 12 de junho de 2014, de IGESPAR:
<http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/cartaeuropeiapatrimonioarquitectonico1975.pdf>.

ICOMOS (1964) - ***Carta de Veneza – Sobre a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios***. Consultado em 12 de julho de 2014, de IGESPAR:
http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Veneza_1964.pdf.

ICOMOS (1987) - **Carta de Washington – Carta sobre a Conservação das Cidades Históricas e das Áreas Urbanas Históricas**. Consultado em 12 julho de 2014, de Wordpress: <http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-washington.pdf>.

UNESCO (1972). **Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural**. Paris. Consultado em 16 de julho de 2014, disponível em <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoParaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>.

UPJOHN H, WINGERT E., MAHLER P. (1975) – **História Mundial da Arte, Vol. III**. Venda-Nova: Bertrand.

DOCUMENTOS INSTITUCIONAIS

CM LISBOA (2009) – **REOT – Enquadramento Estratégico da AML**. Lisboa: CM Lisboa.

CM LISBOA (2014) – **Programa Porta 65**. Lisboa. Consultado em 2 de setembro de 2014, disponível em: <http://www.cm-lisboa.pt/servicos/por-temas/habitacao-e-patrimonio/habitacao-municipal/atribuicao-de-habitacao-municipal>.

CMO (2002) – **Estudos Prévios de Planeamento Estratégico**. Odivelas: CM Odivelas.

CMO (2003) – **Estudos de Orientação Para o Planeamento do Concelho de Odivelas, vol. I**. Odivelas; CM Odivelas.

CMO (2005) – **Rede Social do Concelho de Odivelas**. Odivelas; CM Odivelas.

CMO (2009) – **IX – Património Arquitetónico e Arqueológico – Planta 17 – Carta do Património Arquitetónico e Arqueológico**. Odivelas: CM Odivelas.

CMO (2011) – **Reabilitação do Centro Histórico de Odivelas – Jornadas SIPA 2011**. Odivelas: CM Odivelas.

DG (1910) – **Diário do Governo nº 136, de 23 de junho de 1910**. Classificação Património Nacional do Mosteiro e Memorial de Odivelas. Consultado em 6 de junho de 2014, disponível em: http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/decsmaria/Decreto23_06_1910.pdf.

DR (2005) – **Diário da República nº 218, Portaria nº 1111/2005, de 14 de novembro**. Classificação de Imóvel de Interesse Público da Igreja Matriz de Odivelas. Consultado em 21 de junho de 2014, disponível em:

http://www.patrimoniocultural.pt/media/uploads/dgpc/procedimentos_concursais/Aviso_de_abertura_MNAC.pdf.

DR (2009) – ***Diário da República nº 206, Decreto-Lei 307/2009, de 23 de outubro***. Legislação sobre reabilitação urbana. Consultado em 28 de julho de 2014, disponível em: <http://dre.pt/pdf1s/2009/10/20600/0795607975.pdf>.

DR (2013) – ***Diário da República nº 182, Portaria nº 629/2013, de 20 de setembro***. Zona Especial de Proteção do Núcleo Histórico de Odivelas. Consultado em 6 de junho de 2014, disponível em: <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2013/09/182000000/2915829159.pdf>.

DR (2014) – ***Diário da República nº 69, Portaria nº 53/2014, de 8 de abril***. Regime excecional de reabilitação de edifícios. Consultado em 28 de julho de 2014, disponível em: <http://www.dre.pt/pdf2sdip/2013/09/182000000/2915829159.pdf>.

TORRE DO TOMBO (2008) - ***Processos de Extinção das Casas Religiosas Femininas em Portugal***. Decreto de Mouzinho da Silveira de 30 de maio de 1834. Consultado em 28 de agosto de 2014, disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224345>.

WEBGRAFIA

<http://www.censosine.pt>

<http://www.cm-odivelas.pt>

<http://www.cm-lisboa.pt>

<http://www.cm-loures.pt>

<http://www.patrimoniocultural.pt>

DISSERTAÇÕES

LAIA, S. (2014) - ***Operações de Revitalização Urbana no Tecido Pós-Industrial da Covilhã***. Dissertação apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia, orientada por Maria João Matos, Lisboa.

ANEXOS

ANEXO I**Mosteiro de S. Dinis – Matriz fundadora urbana do Núcleo Histórico de Odivelas**

O mosteiro de S. Dinis foi fundado em 1295, por ordem do rei D. Dinis que dedicou a edificação desta casa monástica a S. Dinis e S. Bernardo de Claraval. S. Bernardo foi o fundador da ordem de Cister em Alcobaça. Este edifício originalmente construído segundo a arquitetura gótica, terá ao longo dos séculos sofrido intervenções que alteraram parte das características iniciais, no entanto podemos reconhecer na sua essência estrutural elementos dum gótico puro. Reza a lenda que D. Dinis terá tido esta iniciativa como forma de pagamento duma promessa feita, quando numa caçada no Alentejo foi surpreendido por um urso. Nesse momento de aflição o monarca clamou a ajuda de S. Luiz, bispo de Tolosa. Perante a aparição do santo, o rei recobrou forças e neutralizou o enorme animal. Como agradecimento desta graça concedida por S. Luiz, D. Dinis terá prometido mandar construir uma capela no convento de S. Francisco de Beja e mais tarde o mosteiro de Odivelas (Arquivo Pitoresco, p. 78, 1862) que viria a servir-lhe de panteão, e que permanece até aos nossos dias como ex-libris do concelho de Odivelas. A devoção do rei a S. Dinis, bem como a S. Luiz encontra-se bem retratada nas esculturas do seu túmulo. (consta que o túmulo terá sido aberto à cerca de 100 anos, verificando-se que o corpo do rei se encontrava em bom estado de conservação).

A escolha do local para D. Dinis edificar a sua fé, incide numa propriedade do Rei no termo de Lisboa, numa localidade chamada Odivelas, onde possuía a “ Quinta das flores”. Esta zona gozava de ótimos recursos naturais, nomeadamente, solos férteis, um curso de água, e ainda a sua morfologia que favorecia um natural abrigo das culturas. Odivelas era nesta época composto essencialmente por quintas, habitadas por famílias nobres influentes do reino. Naturalmente não era desvalorizado o fácil acesso a Lisboa.

O mosteiro destinava-se a receber uma comunidade feminina cisterciense e a escolha do local pretendia assegurar a subsistência das monjas e garantir o recato das mesmas. O momento que marca o início da construção é vivido com solenidade, contando com a presença da rainha Dona Isabel, os infantes, o Bispo de Lisboa, o abade de Alcobaça e a primeira abadessa deste mosteiro Dona Elvira Fernandes. Esta casa de culto cristão, também destinado ao recolhimento das religiosas foi desde a sua fundação um importante polo político e económico. O mosteiro não só dispunha do total favorecimento da realeza como também foi destino de generosas doações de particulares. Quantias avultadas de dinheiro, terras, habitações, moinhos, lagares, fornos, etc. Os domínios desta instituição não se confinavam às áreas circundantes, estendiam-se a outras cidades do reino.

Desta forma podemos estimar que esta casa monástica tenha sido por ventura a mais majestosa congregação da Ordem de Cister. Foi ainda dada a possibilidade ao mosteiro de acumular as heranças das religiosas, abrindo uma exceção à lei em vigor. Segundo ordenação régia, não era permitido às ordens religiosas a formação de património através das heranças dos seus membros, ou mesmo pela compra de bens de raiz (Ramos et al, p. 113, 2009). D. Dinis foi responsável pela mudança do paradigma político e administrativo do reino. Tomou várias medidas que visavam não só um melhor conhecimento da organização territorial, mas que pretendiam criar bases legais que no futuro regulassem o bom funcionamento do reino.

Desta forma e dando continuidade às políticas do seu pai, realizou importantes inquirições gerais, ordenou a reforma dos arquivos gerais, fundou a Ordem de Cristo e a marinha portuguesa, entre outras medidas estruturais. O sexto rei da primeira dinastia foi ainda responsável pelo forte impulso do comércio interno e externo com a criação da bolsa de mercadores. O rei lavrador como ficou conhecido pelo seu apoio no setor agrícola, gozava ainda de grande prestígio além fronteiras, tendo sido chamado algumas vezes para mediar conflitos em reinos vizinhos. No plano cultural foi determinante na formação da identidade do povo português. Em 1290 funda a primeira universidade e ordena que todos os documentos oficiais sejam escritos em português corrente substituindo o latim. D. Dinis era ainda um amante das artes em geral, privilegiando a literatura e a música. Podemos destacar da sua postura governativa uma atitude de plena consciência da conjuntura da época, mas com uma grande visão de futuro e do caminho a seguir pelo seu reino.

A construção do mosteiro de S. Dinis poderá estar na origem do povoado em Odivelas, no entanto não há uma certeza, visto não se conhecer documentação que sustente esta teoria. Alguns historiadores defendem já existir nesta região, situada a duas léguas de Lisboa, vários grupos de camponeses que trabalhavam as terras de excecional qualidade, justificando as suas teses com a predominância de grandes quintas.

Durante o período de construção do mosteiro, pelo menos numa fase inicial, as oitenta religiosas que compunham a comunidade ficaram instaladas na quinta real. As obras de construção estiveram a cargo de Antão e Afonso Martins (Figueiredo, p. 149, 1889). D. Dinis expressou através de testamento a vontade inequívoca de ser sepultado no centro da igreja. Ao escolher esta casa para panteão régio, também o monarca abre um precedente no que respeita às formalidades fúnebres praticadas até então. Em 1325 morre D. Dinis e conforme sua vontade é sepultado no mosteiro que representa talvez a obra arquitetónica mais emblemática do seu reinado. Dona Orraca era então a abadessa do mosteiro.

O mosteiro de S. Dinis após a morte do seu fundador permaneceu ao longo dos reinados sucessores ligado à realeza numa estreita relação de amizade e cooperação

institucional. Este local foi escolha privilegiada de alguns membros da família real para perpetuar a sua memória. D. Maria Afonso, filha do rei D. Dinis foi aqui recolhida onde tomou o hábito. D. Filipa de Lencastre, também acabou aqui os seus dias, e foi sepultada, tendo sido trasladados os seus restos mortais para o mosteiro da Batalha ao cabo de quinze meses. Local onde descansa eternamente ao lado de seu marido D. João I e dos infantes seus filhos. Dona Filipa, filha de D. Pedro e de D. Isabel de Aragão, também escolheu os bons ares de Odivelas para se exilar apos a morte de seu pai na batalha de Alfarrobeira. Aqui foram educados D. Afonso V, D. João II e a princesa Santa Joana que mais tarde ingressou num mosteiro dominicano em Aveiro.

No século XVI, Portugal vivia num clima de grande esplendor em todas as áreas da sociedade e também esta instituição religiosa foi palco de inúmeros eventos culturais e recreativos. A representação de “Auto da Cananeira” de Gil Vicente foi uma das atividades escolhida pela abadessa Dona Violante Cabral, irmã de Pedro Alvares Cabral.

D. Afonso VI foi visita assídua desta casa, devido à relação de amizade que cultivava com Dona Ana de Moura e a abadessa Dona Feliciano de Milão, membros desta comunidade. D. João V, grande amigo do mosteiro e em particular da madre Paula, com a qual manteve uma relação amorosa. O rei terá dotado todo o complexo de riqueza com a elaboração de várias obras de melhoramento. Foi ainda grande entusiasta dos célebres recitais de poesia neste espaço, bem como os eventos musicais de enorme qualidade. O mosteiro foi célebre pelas grandes festas, ilustres convidados, faustosos banquetes e ainda o ambiente de favorecimento económico, sendo bem visível na riqueza que exibia. Esta forma de vida não servia os propósitos da simplicidade e austeridade preconizados pela Ordem de Cister. O facto viria a refletir-se negativamente na vida claustral e na reputação das freiras que aqui professavam a sua fé.

O Mosteiro de Odivelas, terá sido um dia a mais grandiosa obra da Ordem de S. Bernardo, quer na essência da sua construção quer no volume de privilégios e rendas arrecadadas. No entanto em 1755, com o terramoto boa parte do edifício terá ficado praticamente arruinado. As obras de reconstrução da cabeceira da igreja, do pórtico e de duas alas do claustro terão ironicamente obrigado as freiras a viver temporariamente em casas de madeira. A imponente casa monástica viria a sentir verdadeiramente dias de angústia e declínio, quando por decreto a 30 de maio de 1834 se extinguem as ordens religiosas e os bens da coroa são nacionalizados. Em 1875 apenas habitam o mosteiro oito freiras, a ultima abadessa Dona Bernarda da Encarnação Correia, morre em 1886 e finalmente em 1909 morre Dona Carolina Augusta de Castro e Silva a ultima religiosa desta comunidade.

No final do século XIX a localidade de Odivelas, continuava a ser um lugar aprazível, bom para viver devido à pureza natural da sua geografia. A paisagem permanecia essencialmente rural, onde se podiam avistar aqui e ali magníficas quintas. No entanto o Mosteiro de S. Dinis e S. Bernardo ficaria para a posteridade apenas como comemorações solenes. Dia de S. Bernardo a 20 de agosto e de S. Dinis a 9 de outubro.

Em 1898 é formada uma comissão para fundar um colégio “Colégio para a educação de órfãos de oficiais do exército e da armada”. Em 1899 é criado o “Instituto infante D. Afonso” que funcionaria nas instalações do mosteiro.

A 14 de janeiro de 1900 é inaugurado o Instituto de Odivelas que funciona até à atualidade como instituição de ensino de referência nacional. Esta casa de ensino é apenas frequentada por meninas em regime de internato e externato do 5º ao 12º ano.

Por decreto a 16 de junho 1910 o edifício é classificado como monumento nacional.

Do mosteiro de D. Dinis e S. Bernardo de outrora, fica a sua história, a sua herança cultural e os seus afamados doces conventuais: suspiros, tabefes, farturas, raivas e célebre marmelada de Odivelas. Da bela localidade de Odivelas doutros tempos com os seus palacetes e imponentes quintas: Quinta do Espanhol, Quinta da Memória, Quinta da Senhora do Monte Carmo e a Quinta do Espírito Santo, que se encontram em perfeito estado de abandono, resta-nos a esperança que um dia a sua dignidade histórica lhes seja restituída.



Figura 58 – Mosteiro S. Dinis, vista do Largo D. Dinis, 1295, Odivelas a.d. (umrumo, 2014)



Figura 59 – Mosteiro S. Dinis, estrutura do Altar, 1295, Odivelas a.d. (expressodalinha, 2014)



Figura 60 – Mosteiro S. Dinis, Panteão de D. Dinis, interior da Igreja, Odivelas, Brás Mendes (Mendes, 2014)

Claustro da Moira



Figura 61 – Mosteiro S. Dinis, Claustro da Moira, Odivelas, a.d. (DGPC, 2014)



Figura 62 – Mosteiro S. Dinis, Claustro Maior, Odivelas, Brás Mendes (DGPC, 2014)



Figura 63 – Mosteiro S. Dinis, sala de refeições, Odivelas, Luís Lopes (DGPC, 2014)



Figura 64 – Mosteiro S. Dinis, cozinha, Odivelas, Luís Lopes (DGPC, 2014)



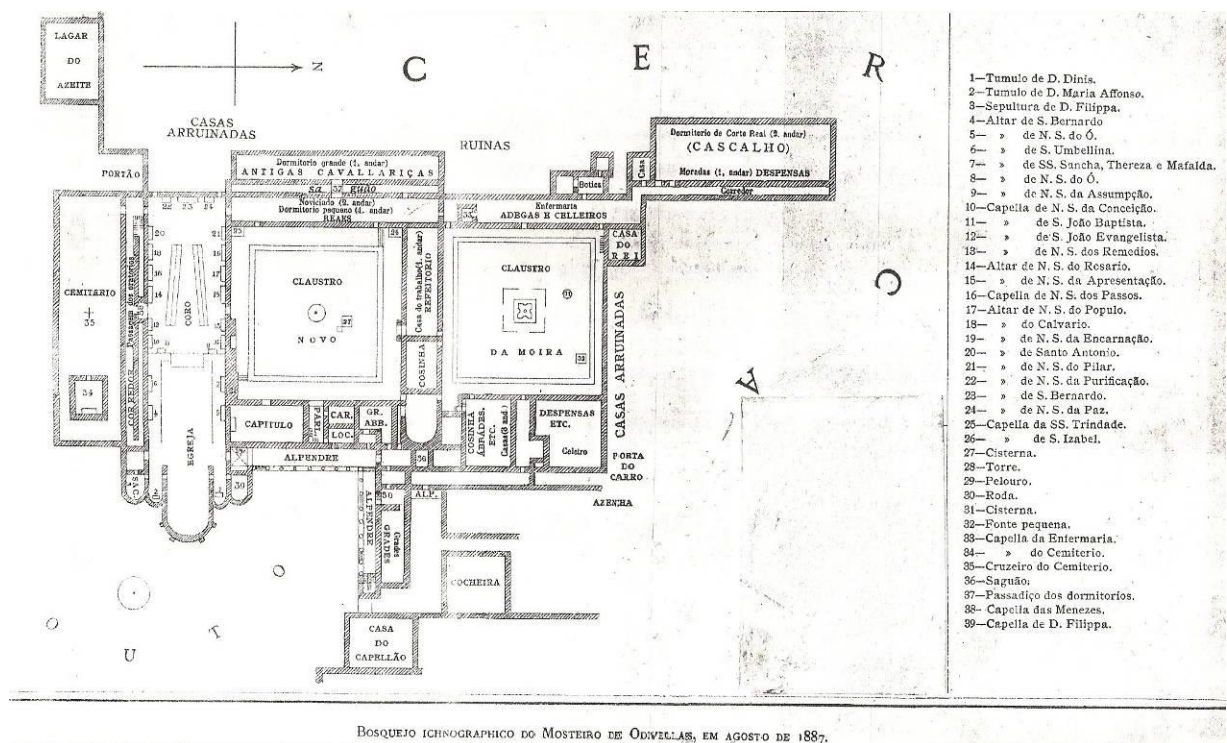
Figura 65 – Mosteiro S. Dinis, fogão e retábulo de doçaria, Odivelas. (Odivelas.com, 2014)



Figura 66 – Mosteiro S. Dinis, doçaria conventual, marmelada branca, Odivelas, Brás Mendes. (Odivelas.com, 2014)

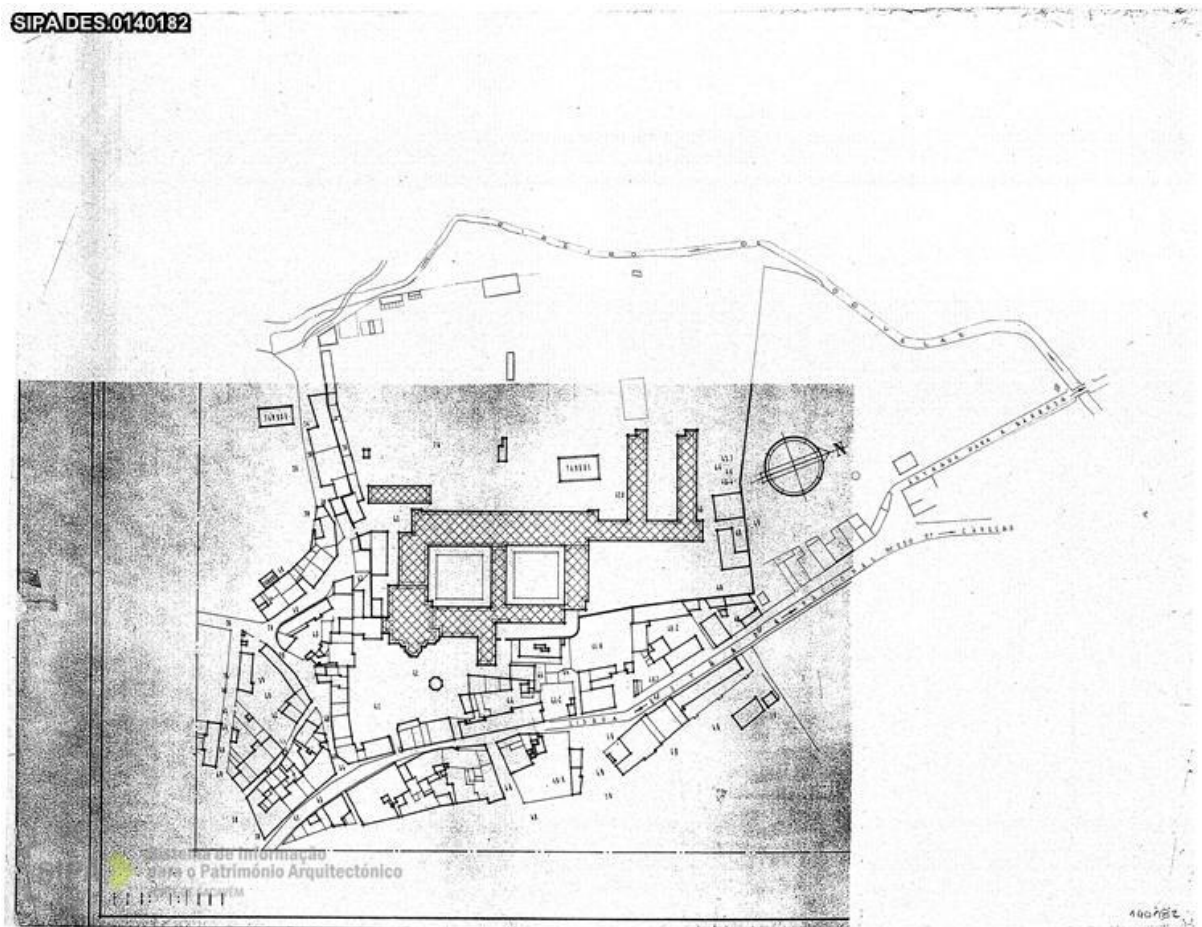
APÊNDICES

Apêndice 1 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e Bernardo | Levantamento

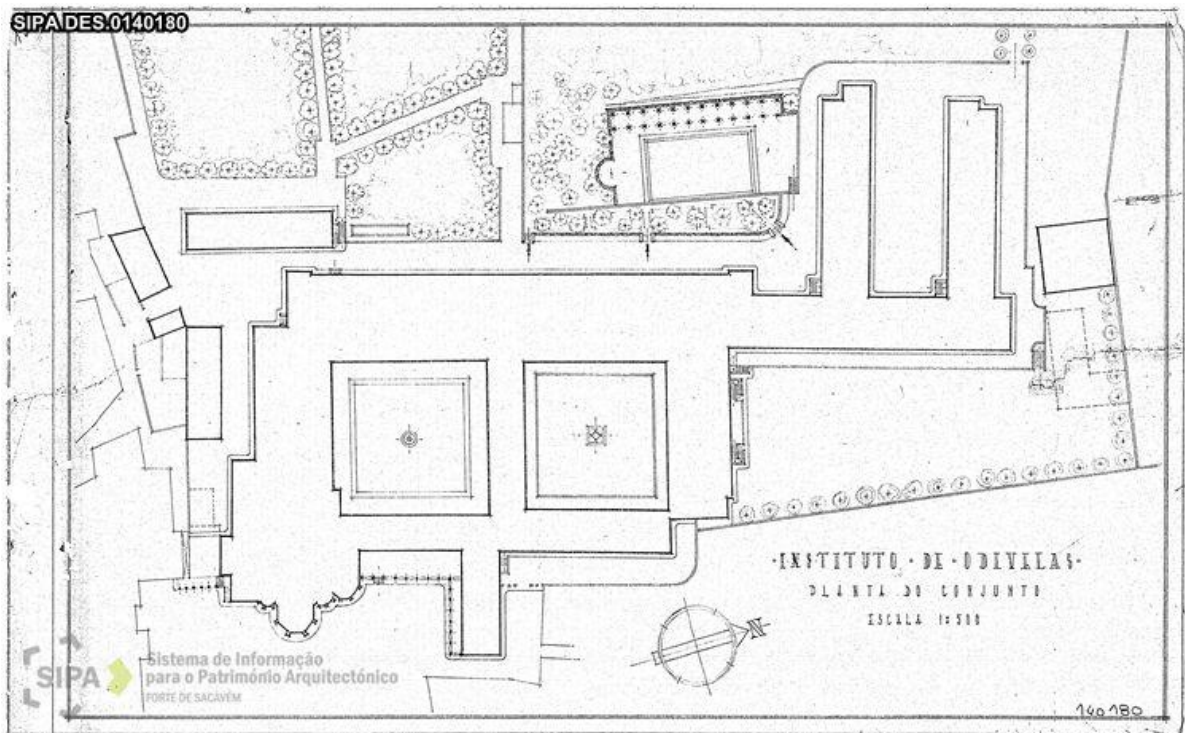


Apêndice 1.2 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e Bernardo | Localização e Implantação

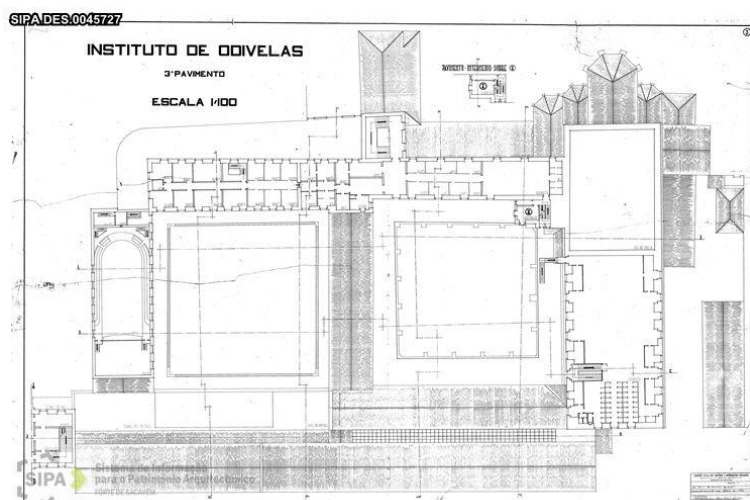
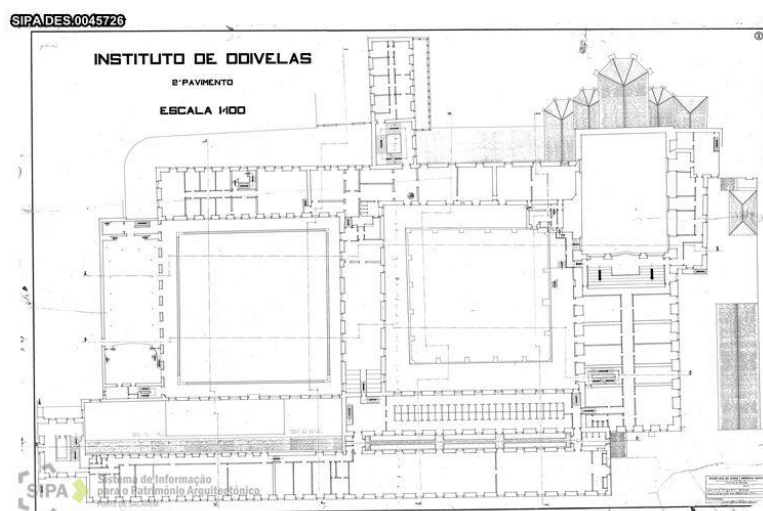
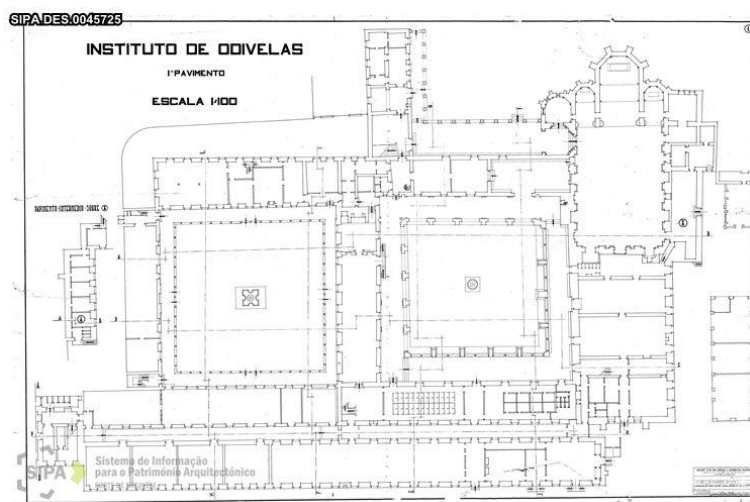
SIPADES.0140182



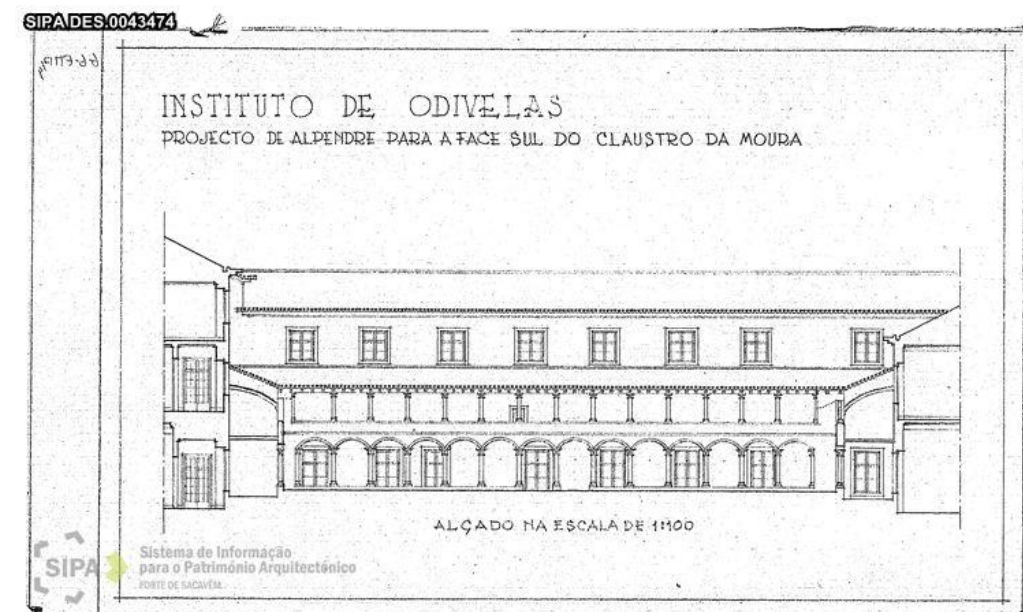
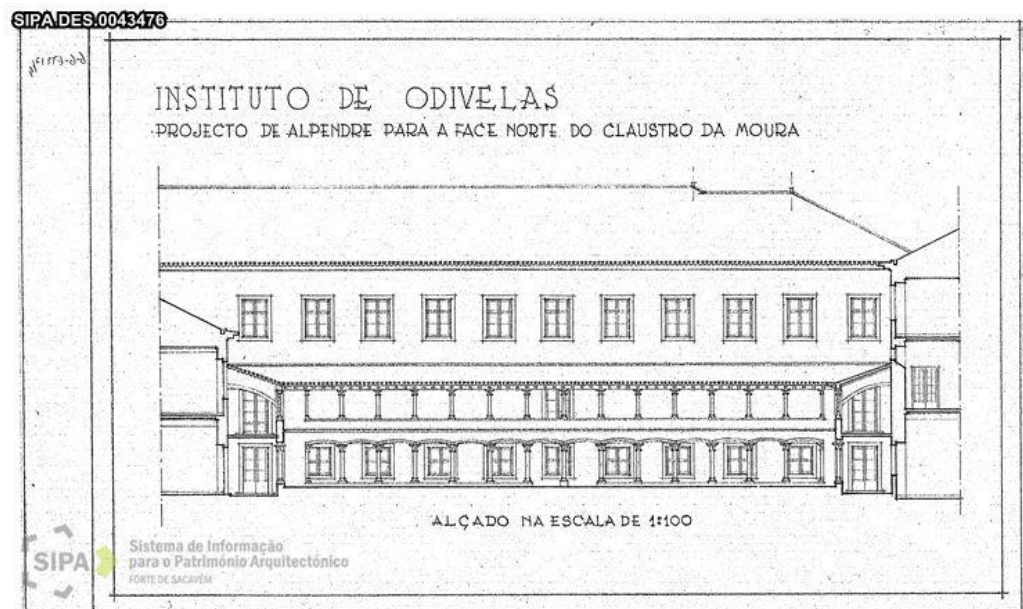
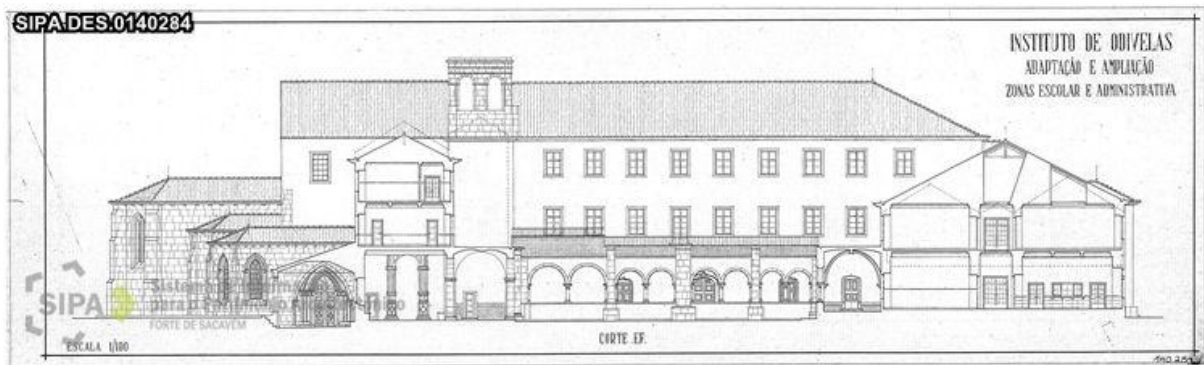
SIPADES.0140180

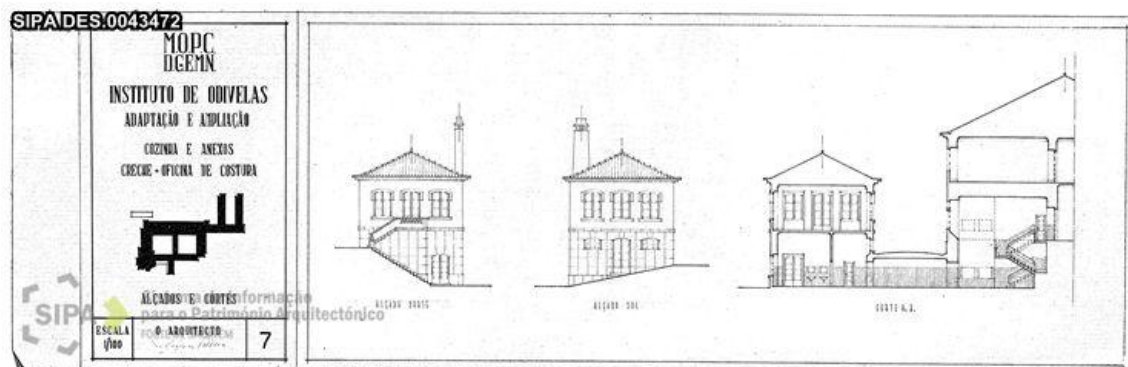
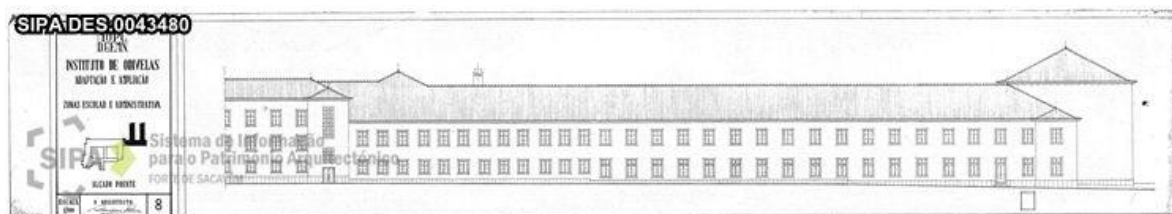
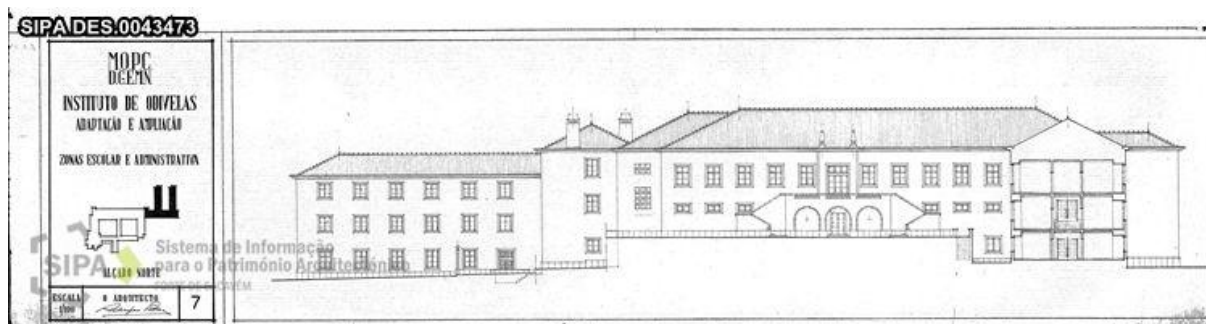
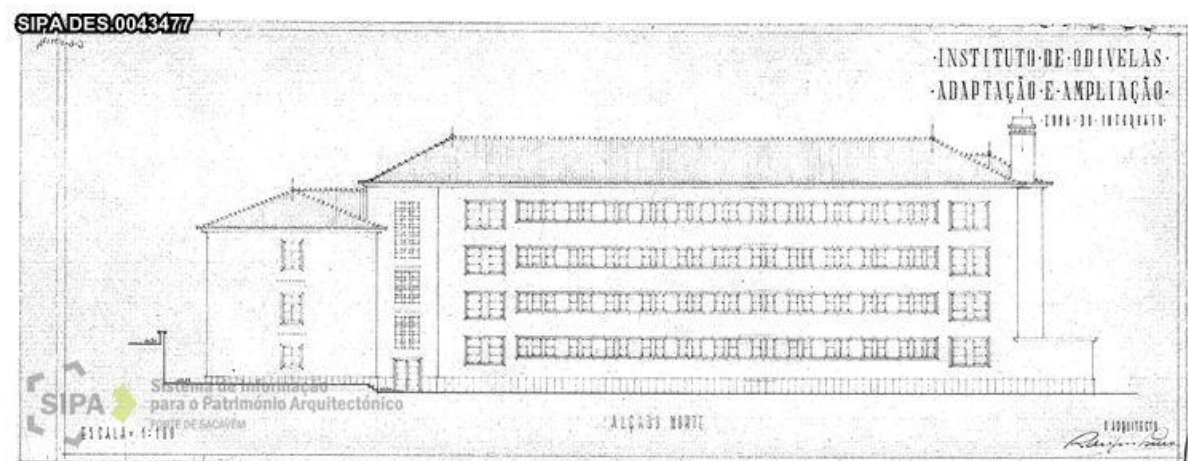


Apêndice 1.3 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e Bernardo | Plantas

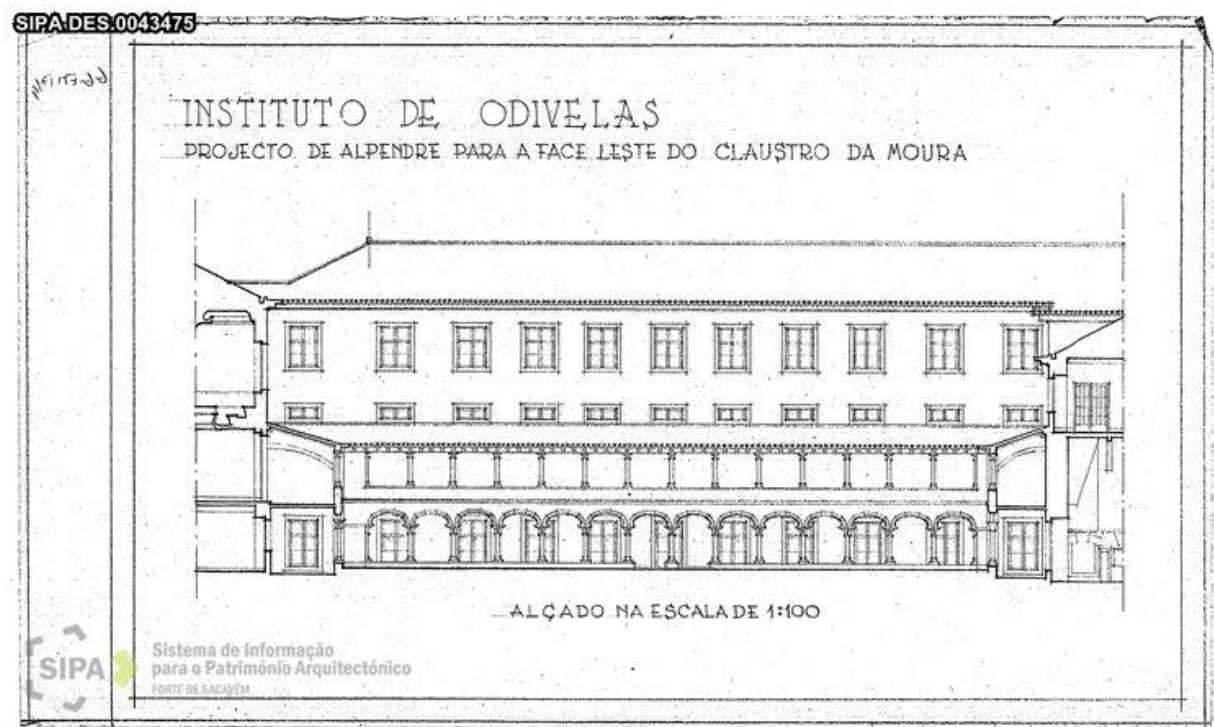
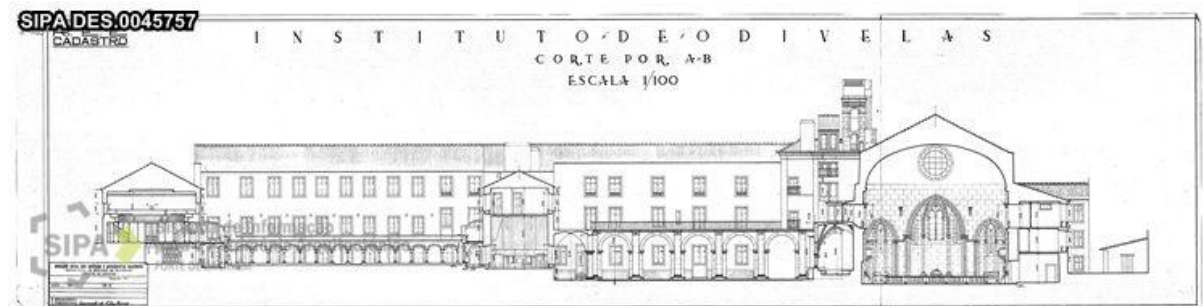


Apêndice 1.4 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e Bernardo | Alçados

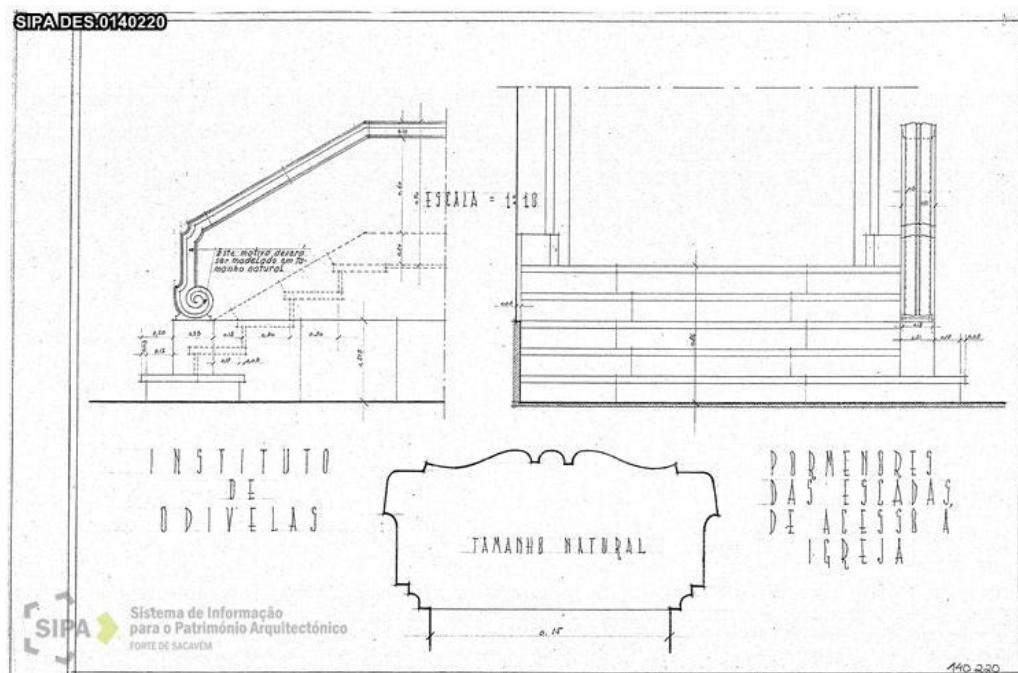
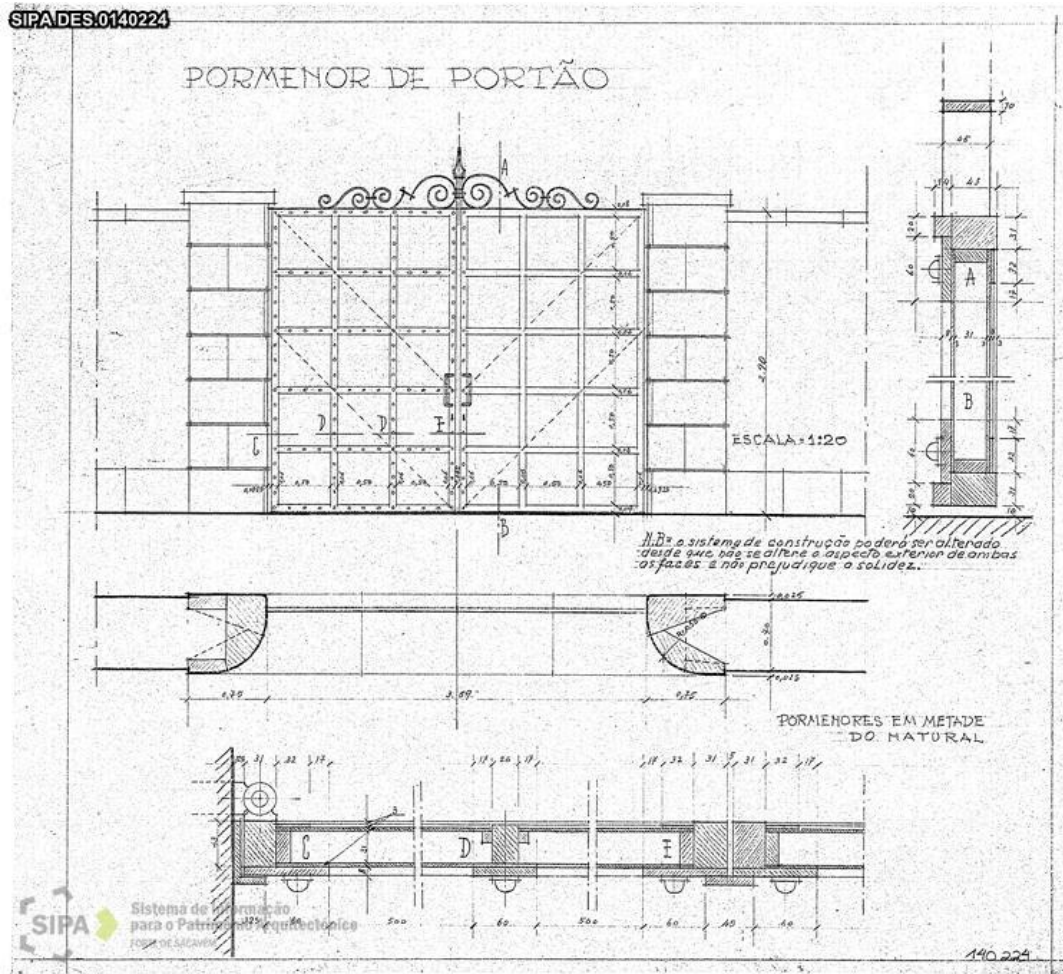


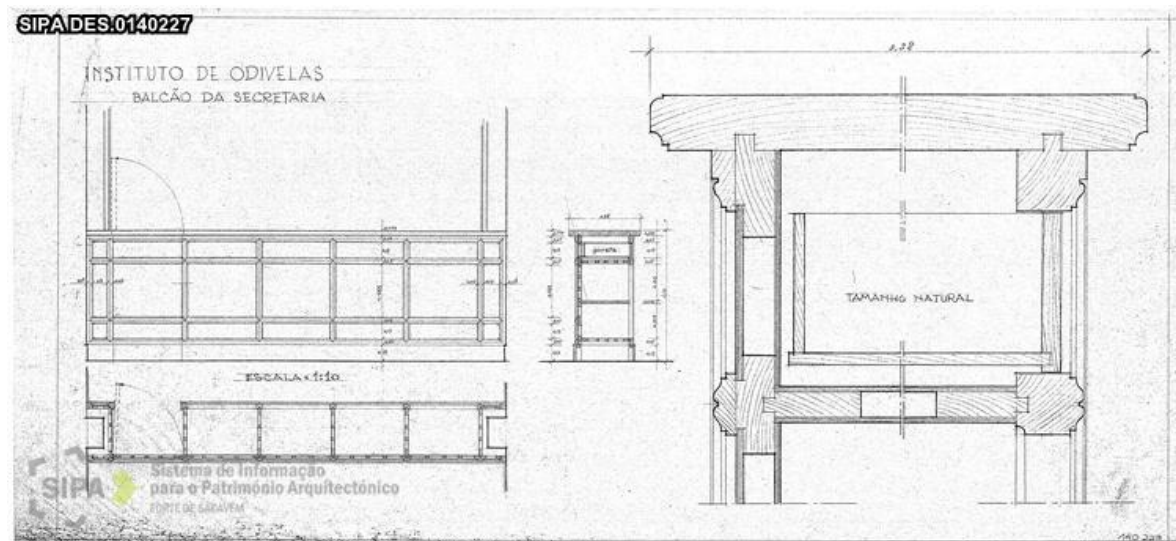
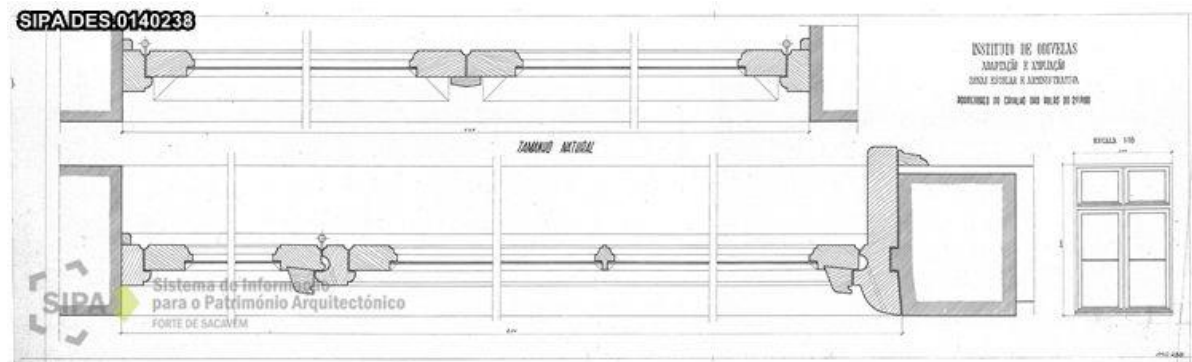
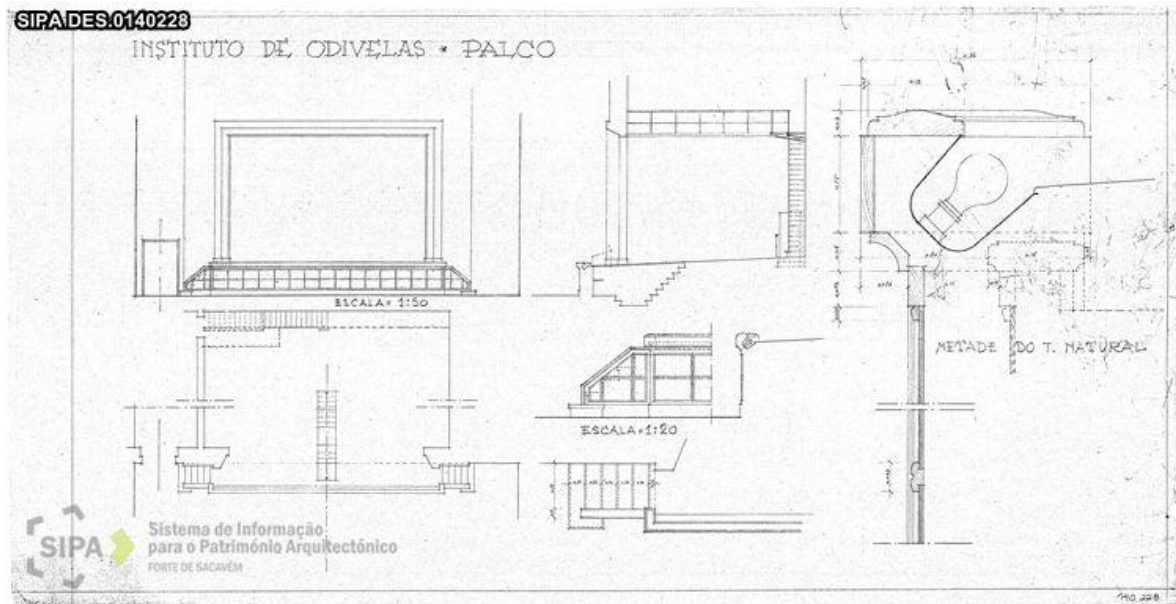


Apêndice 1.5 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e Bernardo | Cortes

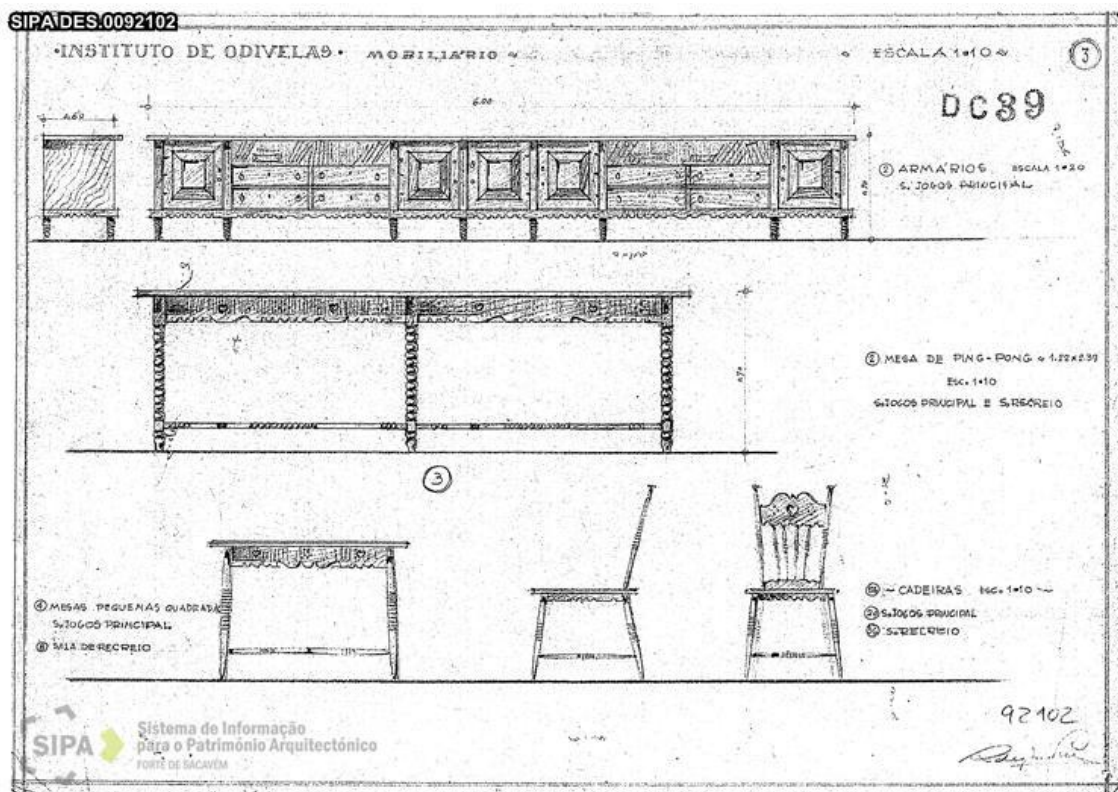
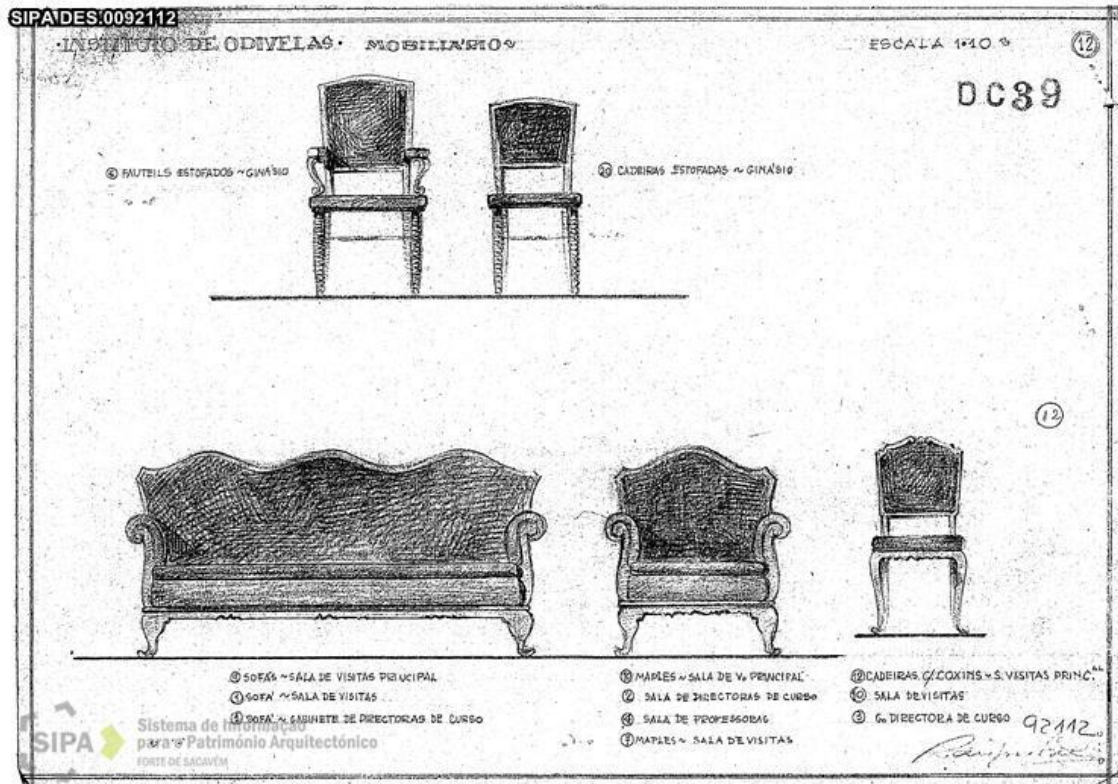


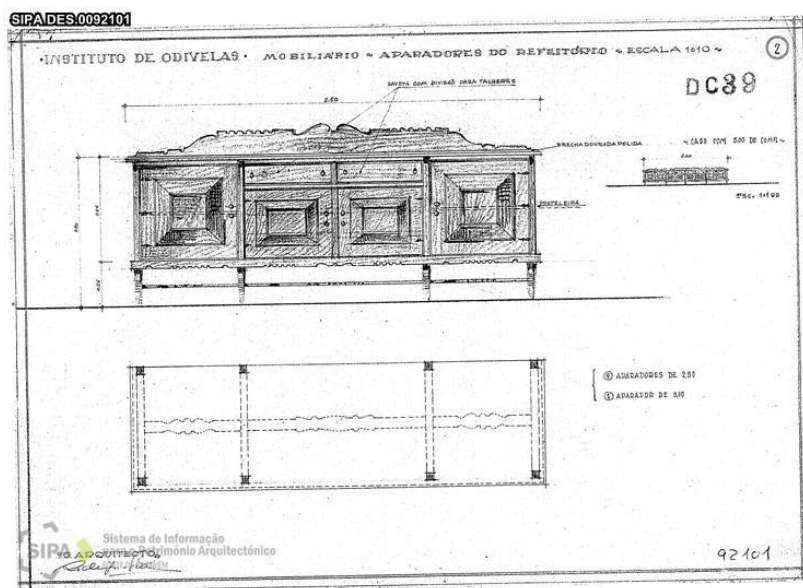
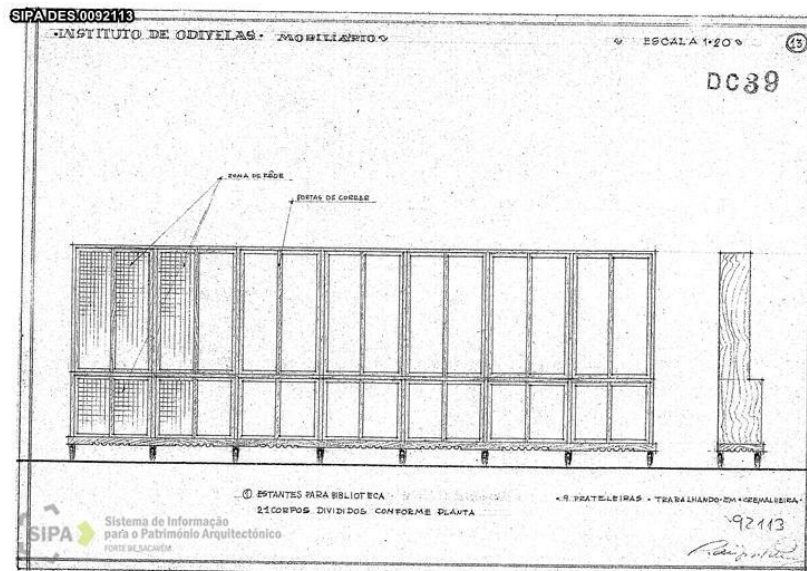
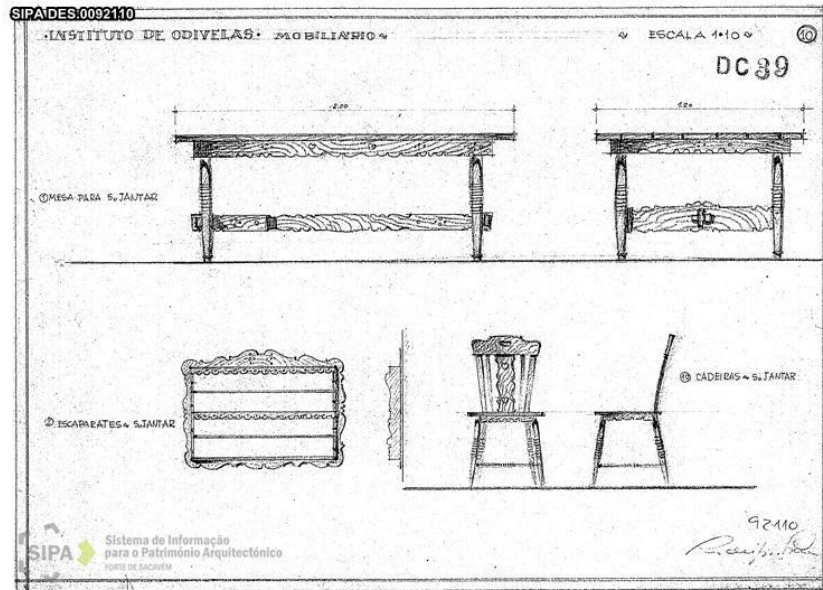
Apêndice 1.6 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e Bernardo | Pormenores





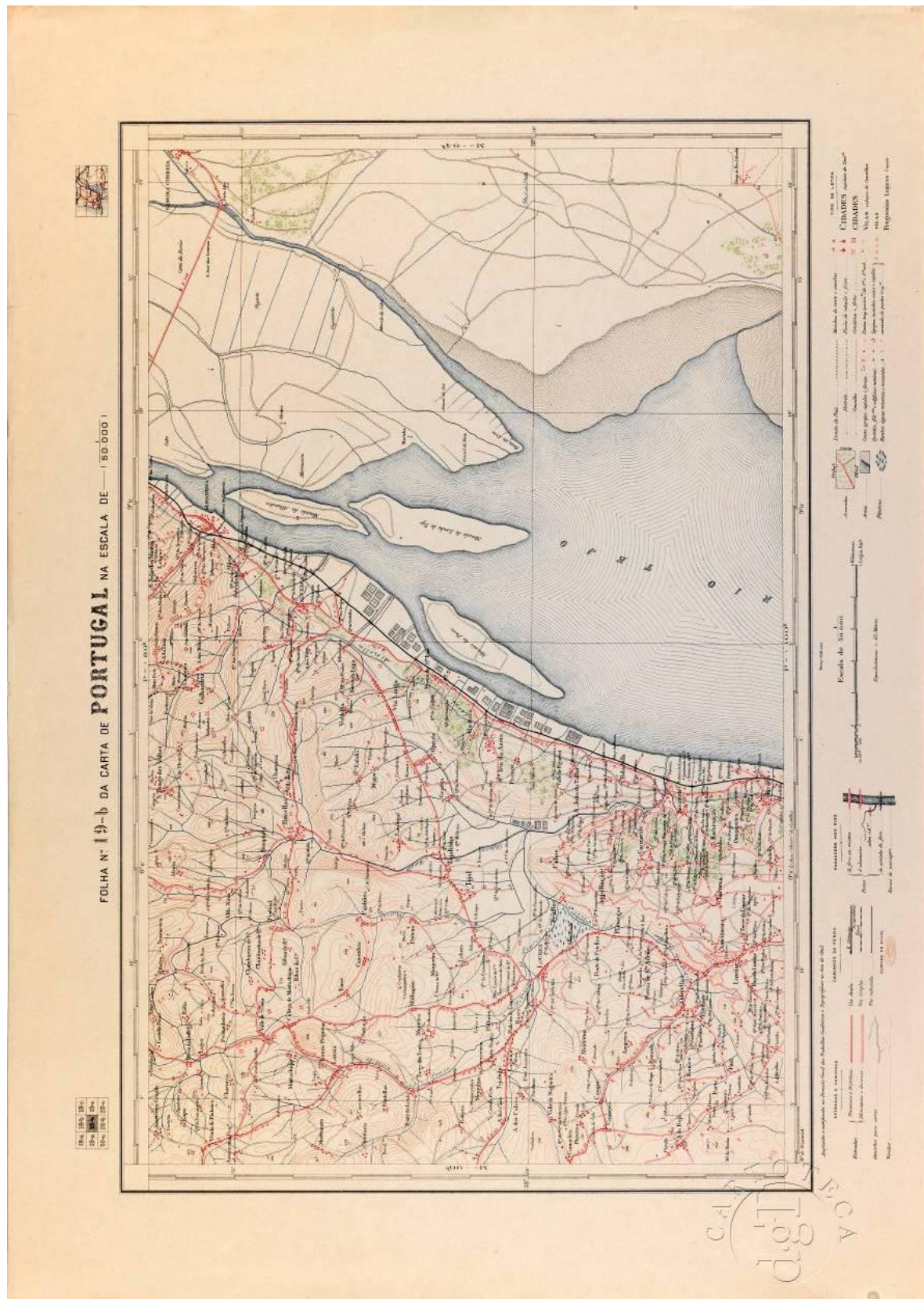
Apêndice 1.7 – Projeto do Mosteiro S. Dinis e Bernardo | Mobiliário



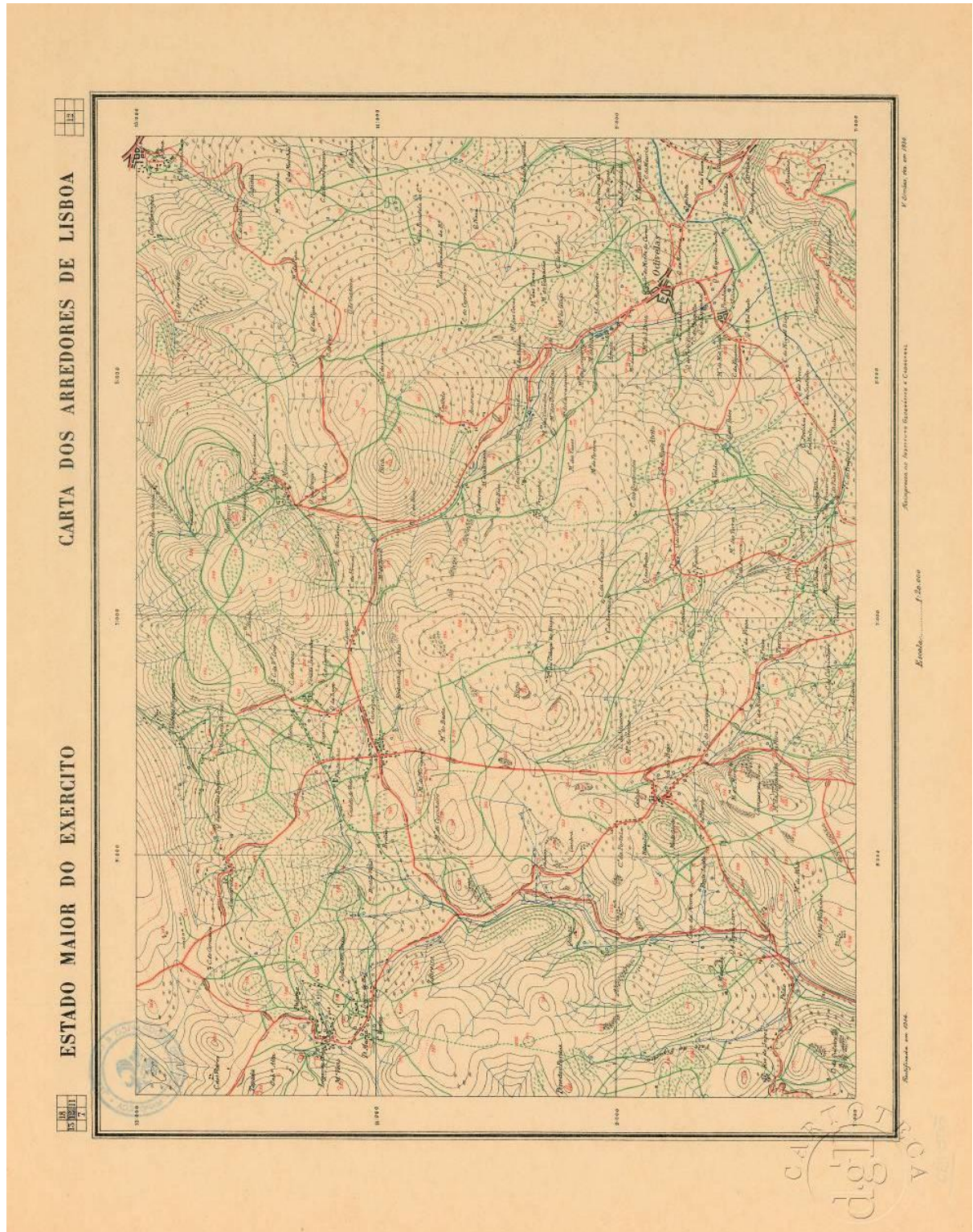


Apêndice 2 – Cartografia de Portugal, zona de Odivelas, DGOTDU

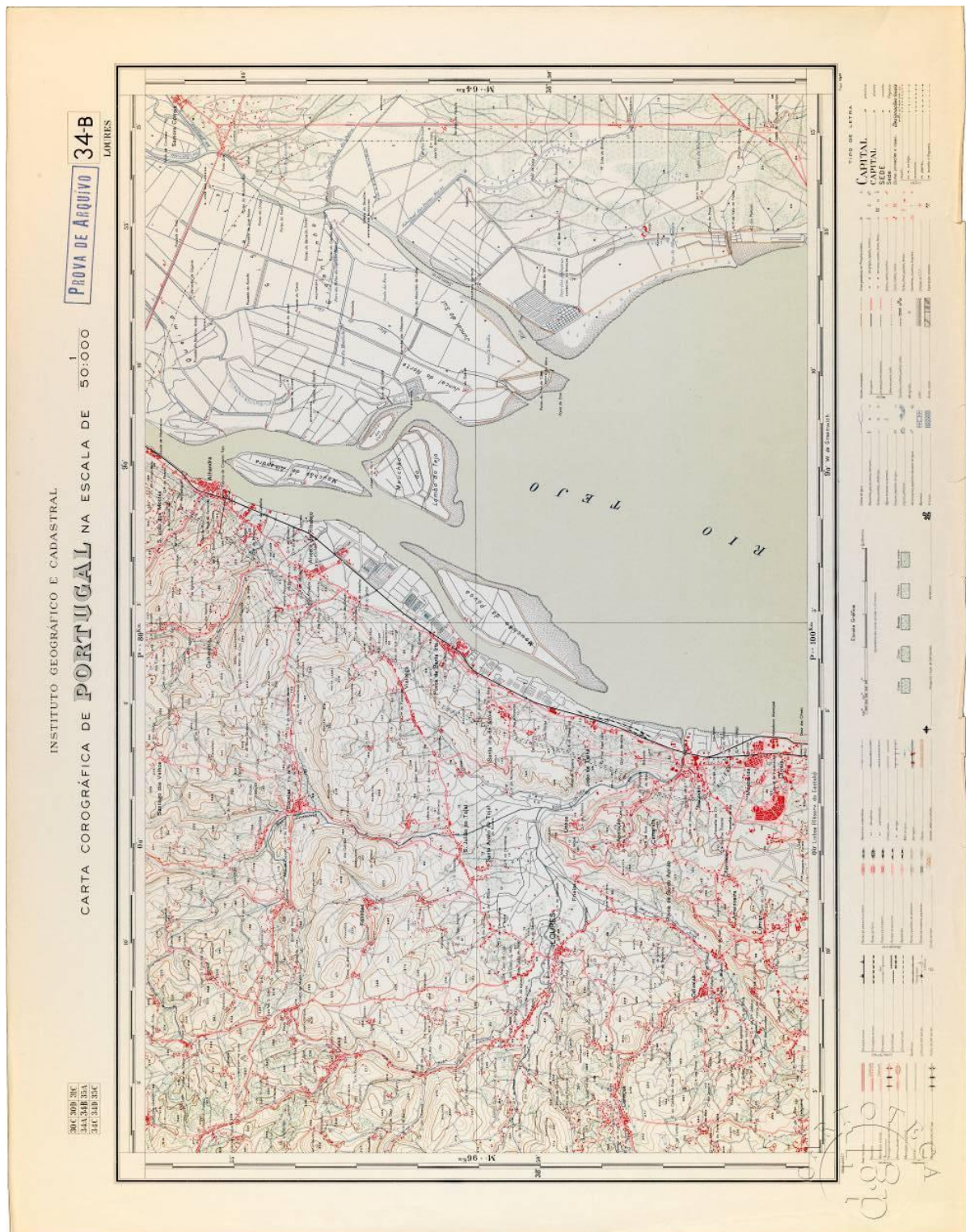
Apêndice 2.1 – Planta, 1903, s. e.



Apêndice 2.2 – Carta Militar, 1914, s. e.



Apêndice 2.3 – Carta, 1957, s. e.



Apêndice 2.3 – Carta, 1990, s. e.

